

MÁRIO FERREIRA PRESSER

O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA DO
DO RIO GRANDE DO SUL, 1920 - 1975

Dissertação de Mestrado em Economia,
apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UNICAMP, sob a orientação do
Prof.Dr.WILSON CANO.

Campinas, 1978.

Para Tussí, Ruth e Flavio

AGRADECIMENTOS

A Wilson Cano, pelo aprendizado do ofício de economista.

A Eneas Costa de Souza, Sérgio Silva, José Francisco Graziano da Silva e Tamás Szmeccsányi pelas sugestões e críticas a versões preliminares. Como é de praxe, o autor é o único responsável pelos erros que subsistem.

À Fundação de Economia e Estatística, Eneas Costa de Souza, Cláudio Accurso, José Francisco Graziano da Silva e Vivian Furstenau pela cessão de material empírico inédito de pesquisas em que participaram.

A Nelson Castro Machado e demais colegas do Centro de Computação da UNICAMP pelo apoio durante a elaboração dessa dissertação.

Ao Convênio UNICAMP/IPEA referente à pesquisa "Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970", da qual faz parte essa dissertação.

À Tracema, que não só datilografou todas as versões, como foi companheira paciente ao longo desse trabalho.

Campinas, novembro de 1978

ÍNDICE

I	- INTRODUÇÃO	p. 1
II	- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA E SOBRE A FORÇA DE TRABALHO RURAL	p. 7
III	- A PECUÁRIA TRADICIONAL	p. 23
IV	- A AGROPECUÁRIA COLONIAL	p. 62
V	- A LAVOURA EMPRESARIAL	p. 93
VI	- CONCLUSÕES	p. 125

ABREVIACOES

1. BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
2. CACEX - Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil
3. CCLEF - Comissão Central de Fiscalizao das Safras Tricolas
4. CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Rio Grande do Sul
5. CIBPU - Comissão Interestadual da Bacia Paran-Uruguai
6. FECOTRIGO - Federao das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul
7. FEE - Fundao de Economia e Estatística
8. FGV - Fundao Getúlio Vargas
9. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
10. IEPE - Centro de Estudos e Pesquisas Econmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
11. INCRA - Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
12. IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social

13. IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz

14. SUPLAN - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do
Ministério da Agricultura

15. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

QUADROS

1. Evolução dos Estabelecimentos e Respectivas Áreas, RS, 1920-1940 (Por Estrato de Área)..... p. 8
2. Evolução dos Estabelecimentos e Respectivas Áreas, RS, 1940-1950 (Por Estrato de Área)..... p.10
3. Evolução dos Estabelecimentos e Respectivas Áreas, RS, 1950-1960 (Por Estrato de Área)..... p.11
4. Evolução do Número de Estabelecimentos, RS, 1940-1970. p.12
5. Evolução da Área Ocupada, RS, 1940-1970..... p.13
6. Tamanhos Médios por Estrato de Área, RS, 1940-1970.... p.14
7. Número de Assalariados Rurais por Região de Programação, RS, 1965-1972..... p.19
8. Rebanho e Abate de Bovinos, RS, 1920-1975..... p.36
9. Rebanho Ovino e Produção de Lã, RS, 1920-1975..... p.41
10. Abate de Bovinos por Quinquênios, RS, 1941-1965..... p.47
11. Preços para a Pecuária de Corte, RS, 1944-1975..... p. 49
12. Exportação de Carnes Bovinas, Brasil e RS, 1962-1972. p. 54
13. Principais Produtos Agrícolas do RS - Produção segundo os Estratos de Área, 1970.....p. 92

14. Mecanização da Lavoura do Arroz, RS, 1948-1975... p. 100
 15. Área Cultivada, Produção e Rendimento Físico Médio para o Trigo, RS, 1947-1975..... p. 107
 16. Exportações de Soja em Grão, Brasil, RS, 1950-1975. p. 116
- Anexo Estatístico - Exportações do RS, 1920-1975.....pp.137-186

I. INTRODUÇÃO

Quando elaborei meu projeto de tese, tinha em mente pesquisar a estrutura e a dinâmica da indústria no Rio Grande do Sul, entre 1920-1970, e sua articulação tanto com a dinâmica interna dessa economia, como também com o movimento dominante de acumulação à escala nacional, proveniente do "polo".

Para tanto, necessário se fazia analisar o setor - agropecuário, ainda hoje o setor produtivo responsável pela maior contribuição à formação da renda regional e na análise de suas exportações, para, posteriormente, efetuar uma investigação acurada do movimento da estrutura industrial gaúcha. Mais ainda, o projeto implicava, necessariamente, no estudo das articulações econômicas desta região "periférica" com as demais regiões brasileiras, principalmente com aquelas decorrentes da dinâmica de acumulação do "polo" (*verbi gratia* de São Paulo).

Entretanto, das discussões com meu orientador, revelou-se que o propósito inicial era demasiado abrangente para os objetivos de uma dissertação de mestrado, e tenho ainda em conta que o tempo necessário para pesquisa e reflexão era algo, dado a sua complexidade, que ultrapassaria de muito o cronograma de pesquisa em que estava engajado.

Por outro lado, e em que pese a existência de vários trabalhos que discutiram a problemática regional, constatamos que seria necessária profunda reflexão sobre a dinâmica da agricultura gaúcha e de seu movimento de exporta-

ções.⁽¹⁾ Assim, tentamos evitar a possível superficialidade e optamos por concentrar nossos esforços nesse último objetivo. Cremos, com isso, que nossa contribuição não sai diminuída. Pelo contrário, minimamente, o material estatístico levantado e seu tratamento, assim esperamos, poderão facilitar investigações futuras sobre a economia regional.

Para analisar as transformações operadas na agricultura gaúcha, julgamos que a alternativa adequada era vincular sua dinâmica ao padrão nacional de acumulação, na medida em que as transformações desse setor são manifestações das necessidades nacional e internacional de acumulação de capital nas distintas conjunturas abrangidas no período proposto para análise. Ainda de acordo com a nossa perspectiva, as necessidades do capital internacional já estariam inseridas no padrão nacional de acumulação, que assim refletiria as distintas conjunturas internacionais. Naturalmente, a articulação da economia gaúcha com o "polo" era complementar, por efeitos de encadeamento seja via fornecimento de insumos para a expansão industrial, seja pelos decorrentes da crescente ur-

(1) Entre os principais trabalhos que tratam da economia gaúcha no nosso período de análise, citamos os seguintes, correndo naturalmente o risco de correr alguma injustiça.

ACCURSO, C; CANDAL, A. e VERAS, A. - Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa do Estado do RS - nº 16 - 1965

CANO, W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo - São Paulo - Companhia Editora Nacional - 1977

CASTRO, A. de B. - Sete Ensaíos sobre a Economia Brasileira - Rio de Janeiro - Ed. Forense Universitária - 1969 - 2º volumes

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Porto Alegre - FEE - 1976 - 4 volumes

INCRA - Levantamento e Avaliação dos Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul - Brasília - 1973 - 6 volumes e,

SINGER, P. - Desenvolvimento Econômico e Expansão Urbana - São Paulo - Companhia Editora Nacional - 1974

banização nacional que implicou na expansão da oferta de alimentos.

Seguindo a orientação dos trabalhos mais recentes e profícuos sobre o setor agropecuário gaúcho, adotamos um corte analítico que o divide em tres sub-setores: a Pecuária Tradicional, Agropecuária Colonial e as Lavouras Empresariais.⁽²⁾ Investigamos as formas de produção em cada um desses tres sub-setores e relacionamos a dinâmica específica de cada um a da economia gaúcha e nacional, no período assinalado, procurando na análise histórica concreta os movimentos de associação/oposição entre os tres sub-setores, e entre o conjunto deles e o movimento da economia regional e nacional, tentando esclarecer, dessa maneira, a dinâmica e as transformações do setor agropecuário sulino.

Determinado o corte analítico, restava o problema da periodização. De acordo com a metodologia proposta e uma vez que esse trabalho originalmente era um estudo de caso de uma pesquisa sobre desequilíbrios regionais, entre 1930-1970, realizada no Departamento de Economia da UNICAMP, a periodização devia se adequar às mudanças no padrão nacional de acumulação de capital.⁽³⁾ Desta forma periodização nossa análise como

(2) Estes trabalhos são:

INCRA - op. cit. e,

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Versão preliminar - mimeografado - 1978

(3) Sobre as mudanças no padrão nacional de acumulação ver:

TAVARES, M. da C. - A Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil - Rio de Janeiro - Tese de Livre-Docência - UFRJ - 1974 e,
MELLO, J.M.C. de - O Capitalismo Tardio - Campinas - Tese de Doutorado - UNICAMP - 1975

segue:

1) 1920-1939: O início da análise em 1920 deveu-se a dois motivos.

O primeiro é que a análise, se iniciada em 1930, coincidiria com a crise política e econômica a nível nacional; desse modo, a análise da década de 1920 serviu como ligação para os anos trinta; ainda devemos lembrar que a década de 1920 é bastante relevante para se entender a expansão da nascente indústria, e do processo de urbanização por que passaram algumas regiões brasileiras. O segundo, é que os dados sobre os principais produtos e exportações do estado sulino estão sistematizados a partir desse ano. Temos consciência da mudança do padrão nacional de acumulação no início dos anos trinta, quando o comando do processo de acumulação passou do setor agrário exportador para o urbano-industrial. No entanto, os efeitos dessa mudança para a economia gaúcha, só se fariam sentir, de maneira mais acentuada, no final da década, o que justifica a escolha de 1939 como final do primeiro sub-período, que, veremos foi um período de lento crescimento para a economia gaúcha.

2) 1940-1955: No final da década de 1930, o crescimento da produção industrial, a demanda nacional por produtos sulinos como arroz, lã, fumo em folha e vinho, bem como a demanda internacional por carnes bovinas, arroz e madeiras, revitalizou a economia sulina que ainda seria, por suas condições ecológicas, escolhida para a tentativa de substituição das importações de trigo. Foi a fase da penetração de formas capitalistas de produção no campo gaúcho. Muito contribuiu, para o crescimento das exportações gaúchas, como veremos, tanto a difícil situação cambial da economia nacional no sub-período, como também os sucessivos acordos de suprimento, durante a guerra, efetuados com algumas potências internacionais.

3) 1956-1965: A determinação deste sub-período é um tanto complexa. De um lado, lembremos que a partir de 1956 se alterou o padrão nacional de acumulação de capital, com a implantação dos setores industriais de bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis, provocando novos efeitos de en-

cadeamento urbano-industrial. Em que pese isso, por uma sêrie de razões, a agricultura gaúcha não se beneficiou como se poderia esperar. Lembremos o grave problema das sucessivas quebras de safras do trigo gaúcho - o produto de maior peso na agricultura gaúcha; o contingenciamento das exportações de alguns produtos da pecuária (carnes e lã); a abertura da região Centro-Oeste, devido as novas ligações rodoviárias surgidas com a construção de Brasília, que possibilitaram nessa última região, o estabelecimento de uma agricultura produtora de alimentos e de uma pecuária extensiva, ambas competidoras das similares sulinas; ainda, principalmente, a notável expansão da agricultura paranaense produtora de alimentos, melhor localizada e em terras mais férteis do que a similar sulina.

O corte é feito em 1965, face as mudanças da política econômica que implicaram em nova performance para a economia regional.

4) 1966-1975: A partir de 1966, as alterações na política agrícola que já vinham sendo implantadas anteriormente, passaram a se refletir de forma mais acentuada na agricultura gaúcha. Tanto a expansão do crédito rural quanto a instituição de incentivos fiscais às exportações de produtos primários não-tradicionais (no caso gaúcho soja e carnes) permitiram notável expansão da agricultura sulina.

No plano interno, há que se considerar a recuperação da lavoura tritícola e da renovação tecnológica na cultura rizícola. Acresça-se a peculiar situação da economia internacional que possibilitou extraordinária expansão do valor e volume das exportações gaúchas de carnes e, principalmente soja, ocasionando um "boom" dessa lavoura.

Assim, esse sub-período marcou nova fase nas transformações da agricultura gaúcha, avançando e consolidando as formas capitalistas de produção. Quando do término da coleta de dados, o último ano com informações disponíveis era o de 1975.

Tentemos dar uma idéia ao leitor da importância da agricultura gaúcha, no plano regional e nacional. A agricultura do Rio Grande do Sul acusou um crescimento de seu Produto Interno Líquido (PIL), a custo de fatores, a uma taxa anual de 4,3% entre 1948-1973. Em 1947, contribuía com 41 % para a composição do Produto Interno Líquido estadual e, em 1973 o último ano para o qual haviam dadas publicados, com cerca de 29%, diminuindo a importância relativa do setor na economia gaúcha, porém de forma mais atenuada do que para a economia brasileira como um todo, já que as contribuições respectivas da agricultura para a composição do Produto Interno Líquido dessa última eram de 31% em 1947, e de 19% em 1972⁽⁴⁾.

Quanto a participação relativa do produto agrícola gaúcho em relação ao brasileiro e ao da região Sul (RS, SC e PR), a participação gaúcha nos anos extremos de 1947 e 1972 foi de 13%, mantendo-a, portanto. O ponto mais baixo dessa participação foi em 1961, onde atingiu apenas 10%. Em relação a região-Sul, o produto agrícola gaúcho vem acusando perda de posição, já que sua participação era de 52% em 1947 caindo para 37% já em 1961, recuperando-se a partir daí mas sem voltar ao nível inicial. Esse comportamento, a nível de região, é explicado basicamente pela extraordinária expansão da agricultura paranaense.

Uma análise das exportações dos principais produtos da agricultura gaúcha está incluída no texto. Porém, publicamos em Anexo Estatístico, dados mais completos, ainda não publicados sobre as exportações gaúchas que esperamos sirvam de subsídio a futuras pesquisas sobre a economia gaúcha.

(4) Dados retirados de :

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Uma Visão Global da Economia do Estado - Ponto Alegre - FEE - 1976. Os dados foram elaborados pela FEE a partir das Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

II. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA E SOBRE

A FORÇA DE TRABALHO RURAL

Não pretendemos realizar uma análise exaustiva da estrutura agrária, mas apenas ressaltar alguns aspectos que consideramos fundamentais para um melhor entendimento do campo gaúcho. (1)

É fato sabido que o Rio Grande do Sul apresenta um elevado grau de concentração da posse da terra. Para verificarmos como evoluiu essa concentração, estratificamos os estabelecimentos por estrato de área, tomando como fontes os Censos Agrícolas de 1920 a 1970 e as Estatísticas Cadastrais do INCRA para 1967 e 1972.

Em primeiro lugar, vamos analisar a evolução da distribuição da posse da terra entre 1920 e 1940. Como a divisão por estrato de área foi diferente, deparamo-nos com certa dificuldade na comparação direta dos dados de ambos os Censos. Para superar esta dificuldade criamos uma estratificação comum: até 100 ha, 100-1.000 ha e mais de 1.000 ha (ver Quadro 1). Verificamos, então, que os estratos que se apropriaram de terras entre 1920-1940, foram os dois primeiros, enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha tiveram que cede-las. Esta mudança no perfil da distribuição refletiu tanto a crise da Pecuária Tradicional, quando alguns estancieiros tiveram que vender suas terras ou mesmo entregá-las aos credores, quanto o avanço das áreas coloniais, que continuaram a expansão na direção noroeste. Se existiu um fracionamento generalizado dos estabelecimentos entre 1920-1940, foi bem mais sensível nos estratos inferior e superior, onde diminuiu o tamanho médio em cerca de 20%.

(1) Para uma análise mais detalhada da estrutura agrária ver: INCRA - op. cit. e, FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - mimeo - 1978 - cap. III

Quadro 1

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E RESPECTIVAS ÁREAS: 1920-1940

Por Estrato de Área

GRUPOS de ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (nº)		ÁREA (ha)		TAMANHO MÉDIO (ha)	
	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Até 100.ha	104.529	203.877	3.303.518	5.286.831	31,6	25,9
100 - 1.000 ha	16.982	23.315	5.345.961	6.845.385	314,8	293,6
Mais de 1.000 ha	3.479	3.520	9.929.444	8.309.599	2.854,1	2.360,7
TOTAL	124.990	230.722	18.578.923	20.441.815	148,6	88,6

Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

Outro fato a destacar entre 1920-1940, foi o aumento no número de arrendatários e da área arrendada, que passaram de 7.341 (com 1.764.046 ha) em 1920, para 26.699 (com 2.936.278 ha) em 1940, refletindo, principalmente a expansão da lavou ra arrozeira no final da década de 1930.

Em segundo lugar, desejamos discutir a hipótese de que a penetração capitalista no campo gaúcho levaria a uma intensificação de duas tendências: fracionamento dos pequenos estabelecimentos (minifundização) e concentração da propriedade da terra pelos grandes proprietários (reforçamento do latifúndio). (2)

Quanto à intensificação da primeira tendência, fracionamento das pequenas propriedades, não temos discordância. Tanto os dados já analisados dos Censos de 1920 e 1940, quanto os dados dos Censos de 1940 a 1970 demonstram isto (ver Quadros 2 a 6). Considerando genericamente "pequenos estabelecimentos" como aqueles com menos de 50ha, o tamanho médio destes estabelecimentos diminuiu, entre 1940-1970, de 20 ha para 14,5 ha, ou seja, uma redução de mais de 25%. Essa diminuição no tamanho médio não se deu por uma redução, absoluta ou relativa, da participação desses estabelecimentos na área total do estado, mas sim devido ao grande aumento de seu número, que aumentou 252%, enquanto que a área por eles ocupada aumentou em apenas 183%, entre 1940-1970. Refletindo isso, aumentaram mais do que proporcionalmente o número dos estabelecimentos até 20 ha. Veremos na análise da Agropecuária Colonial, setor ao qual a maioria dos estabelecimentos desse

(2) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - mimeo - 1978 - cap.III

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E RESPECTIVAS ÁREAS : 1940 - 1950

Por Estrato de Área

GRUPOS de ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (Nº)		ÁREA (ha)		TAMANHO MÉDIO (ha)	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
<u>menos de 10 ha</u>	<u>37.457</u>	<u>47.724</u>	<u>209.976</u>	<u>266.340</u>	<u>5,6</u>	<u>5,6</u>
- menos de 1	150	666	47	212	0,3	0,3
- 1 a menos de 2	1.042	2.261	1.261	2.579	1,2	1,1
- 2 a menos de 5	11.667	13.901	38.073	45.447	3,3	3,3
- 5 a menos de 10	24.598	30.938	170.595	218.102	6,9	7,0
<u>10 a menos de 100 ha</u>	<u>166.420</u>	<u>211.274</u>	<u>5.076.855</u>	<u>6.033.114</u>	<u>30,5</u>	<u>28,6</u>
- 10 a menos de 20	52.866	78.043	735.261	1.084.998	13,9	13,9
- 20 a menos de 50	87.588	105.729	2.607.377	3.105.507	29,8	29,4
- 50 a menos de 100	25.966	27.502	1.734.217	1.842.609	66,8	67,0
<u>100 ha a menos de 1000 ha</u>	<u>23.315</u>	<u>24.147</u>	<u>6.845.385</u>	<u>7.003.470</u>	<u>293,6</u>	<u>290,0</u>
- 100 a menos de 200	11.119	11.599	1.543.561	1.599.669	138,8	137,9
- 200 a menos de 500	8.332	8.661	2.607.681	2.694.008	313,0	311,1
- 500 a menos de 1000	3.864	3.887	2.694.143	2.709.793	697,2	697,1
<u>1000 a menos de 10.000 ha</u>	<u>3.479</u>	<u>3.535</u>	<u>7.715.205</u>	<u>7.992.729</u>	<u>2.217,7</u>	<u>2.261,0</u>
- 1000 a menos de 2000	3.253 ^{a/}	2.135	6.223.562 ^{a/}	2.946.086	1.913,2 ^{a/}	1.379,9
- 2000 a menos de 5000		1.153		3.438.050		2.981,8
- 5000 a menos de 10000	226	247	1.491.642	1.608.593	6.600,2	6.512,5
<u>10.000 ha e mais</u>	<u>41</u>	<u>51</u>	<u>594.394</u>	<u>773.722</u>	<u>14.497,4</u>	<u>15.171,0</u>
-10.000 a menos de 100.000	...	51	...	773.722	...	15.171,0
-100.000 e mais	...	-	...	-	...	-
TOTAL	230.712	286.731	20.441.815	22.069.375	88,6	77,0

FONTE dos Dados Brutos: IBGE, Censos Agrícolas

^{a/}Para o ano de 1940, o dado se refere aos estabelecimentos na faixa de 1.000 a menos de 5.000 ha.

Quadro 3

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E RESPECTIVAS ÁREAS: 1960 - 1970

Por Estrato de Área

CAMPOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (Nº)		ÁREA (ha)		TAMANHO MÉDIO (ha)	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
<u>Menos de 10 ha</u>	<u>100.132</u>	<u>177.519</u>	<u>526.768</u>	<u>853.462</u>	<u>5,3</u>	<u>4,8</u>
-Menos de 1	1.735	6.312	1.445	2.830	0,8	0,4
-1 a menos de 2	5.280	16.068	7.051	20.274	1,3	1,3
-2 a menos de 5	33.973	63.642	110.582	201.205	3,3	3,2
-5 a menos de 10	59.144	91.497	407.690	629.153	6,9	6,9
<u>10 ha a menos de 100 ha</u>	<u>252.465</u>	<u>301.069</u>	<u>6.717.311</u>	<u>7.699.620</u>	<u>26,6</u>	<u>25,6</u>
-10 a menos de 20	110.162	143.774	1.502.791	1.964.259	13,6	13,7
-20 a menos de 50	113.659	126.849	3.305.406	3.685.854	29,1	29,1
-50 a menos de 100	28.644	30.446	1.909.114	2.049.507	66,7	67,3
<u>100 ha a menos de 1000 ha</u>	<u>24.480</u>	<u>29.827</u>	<u>6.908.653</u>	<u>8.371.286</u>	<u>282,2</u>	<u>280,7</u>
-100 a menos de 200	12.005	14.530	1.633.781	2.000.960	136,1	137,7
200 a menos de 500	8.744	10.949	2.689.645	3.368.818	307,6	307,7
-500 a menos de 1000	3.731	4.348	2.585.227	3.001.508	692,9	690,3
<u>1000 ha a menos de 10000</u>	<u>3.074</u>	<u>3.216</u>	<u>6.594.995</u>	<u>6.530.864</u>	<u>2.145,4</u>	<u>2.030,7</u>
-1000 a menos de 2000	1.945	2.136	2.669.927	2.912.445	1.372,7	1.363,5
2000 a menos de 5000	960	959	2.800.005	2.829.474	2.916,7	2.950,4
5000 a menos de 10000	169	121	1.125.063	788.945	6.657,2	6.520,2
<u>10000 ha e mais</u>	<u>48</u>	<u>19</u>	<u>911.679</u>	<u>351.947</u>	<u>18.993,3</u>	<u>18.523,5</u>
-10000 a menos de 100000	47	19	787.679	351.947	16.759,1	18.523,5
-100000 e mais	1	-	124.000	-	124.000,0	-
TOTAL	380.199	511.650	21.659.406	22.807.179	57,0	46,5

Quadro 4

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS: 1940-1970

ESTRATOS DE ÁREA	1940		1950		1960		1970	
	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%	Estab.	%
0 - 50 ha	177.911	77,1	231.496	80,7	323.953	85,2	448.142	87,6
50 - 500 ha	45.417	19,7	47.762	16,7	49.393	13,0	55.925	10,9
+ de 500 ha	7.384	3,2	7.473	2,6	6.853	1,8	7.583	1,5
TOTAIS	230.712	100,0	286.731	100,0	380.199	100,0	511.650	100,0

FONTE dos Dados Brutos: IBGE, Censos Agrícolas

Quadro 5.

EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA: 1940-1970

ESTRATOS DE ÁREA	1940		1950		1960		1970	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
0 - 50 ha	3.552.614	17,4	4.456.845	20,2	5.334.965	24,6	6.503.575	27,3
50 - 500 ha	5.885.459	28,8	6.136.286	27,8	6.232.540	28,8	7.419.285	31,2
+ de 500 ha	11.003.742	53,8	11.476.244	52,0	10.091.901	46,6	9.884.319	41,5
TOTAIS	20.441.815	100	22.069.375	100	21.659.406	100	23.807.179	100

FONTE dos Dados Brutos: IBGE, Censos Agrícolas

Quadros 2.a a 5.a extraídos de:

FEE - 25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - 1978

Quadro 6

TAMANHOS MÉDIOS POR ESTRATO DE ÁREA: 1940-1970

(em ha)

ESTRATO de ÁREA	1940	1950	1960	1970
Até 50 ha	20,0	19,3	16,5	14,5
50 até 500 ha	129,6	128,5	126,2	132,7
+ de 500 ha	1.490,2	1.535,7	1.472,6	1.303,5
Total	88,6	77,0	57,0	46,5

Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

estrato pertencia, pelo menos até o "boom" da soja, os fatores que contribuíram para a intensificação dessa primeira tendência.

Nossa discordância é com a hipótese de que a penetração capitalista tenha levado a uma maior concentração da propriedade da terra pelos grandes proprietários. Essa hipótese, a nosso juízo, é aceitável para o período 1940-1950, onde os "grandes estabelecimentos", de mais de 500 ha, aumentaram tanto o tamanho médio, quanto a participação absoluta na área estadual. Porém, a partir de 1950, tanto esta participação, quanto o tamanho médio diminuíram rapidamente: cederam cerca de 15% da área e reduziram o tamanho médio na mesma proporção, entre 1950-1970. A argumentação dos defensores da hipótese é de que os Censos, ao refletirem a estrutura de uso da terra estariam mascarando a concentração da posse da terra, principalmente na década de 1960, devido a elevada percentagem dos arrendamentos na Lavoura Empresarial, realizados sobre terras pertencentes aos grandes proprietários. Porém, as Estatísticas Cadastrais do INCRA, para 1967 e 1972, não confirmam esse raciocínio: entre aqueles dois anos houve um fracionamento generalizado em todo o perfil da distribuição de imóveis, com acentuada redução no tamanho médio dos imóveis nos estratos inferiores (menos de 50 ha) quanto nos estratos superiores (mais de 1.000 ha)^(3) Concluindo: se é possivelmente verdadeiro que esteja ocorrendo um reforçamento do latifúndio a nível nacional, esta hipótese não se confirma para o nível regional, e as causas desta exceção devem ser procuradas na crise da Pecuária Tradicional - dentro do estado, que fez com que muitos pecuaristas passassem a adquirir terras na frente de expansão da pecuária extensiva,

(3) SILVA, J.F.G. da (Coord) - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Botucatu - Faculdade de Ciências Agronômicas - 1977 - 6 volumes.

vendendo parcial ou totalmente, seus campos no Rio Grande do sul.

O que devemos destacar é a crescente importância do estrato médio (50-500 ha), que acentuou-se entre 1960-1970, quando aumentaram o tamanho médio e a participação, absoluta e relativa, na área estadual. Esta crescente importância está diretamente vinculada à produção destes médios estabelecimentos: são eles que produzem arroz, trigo e soja em moldes empresariais, realizando investimentos em máquinas e equipamentos e utilizando insumos industriais, como fertilizantes e defensivos, em grande escala.

Também não vamos realizar uma análise exaustiva da mão-de-obra rural. Vamos destacar apenas alguns aspectos importantes do período em análise.⁽⁴⁾

O primeiro aspecto a destacar é o processo de concentração da mão-de-obra rural nas unidades de produção familiares, que são justamente os estabelecimentos de menores áreas e pertencentes, em sua maioria, à Agropecuária Colonial. Nestes estabelecimentos, a família, representada pela categoria "Responsável e Membros não Remunerados da Família" dos Censos Agrícolas, é a modalidade de força de trabalho predominante. Assim, em todos os Censos Agrícolas do nosso período de análise, a família representava mais de 90 % do pessoal ocupado nos estabelecimentos de menos de 50 ha, que por sua vez absorviam 70 % do pessoal ocupado na agropecuária gaúcha em 1940 e 84 % em 1970, caracterizando a concentração da força de trabalho rural nas pequenas propriedades,

(4) Para as análises mais detalhadas da força de trabalho rural ver:

FUNDAÇÃO de ECONOMIA e ESTATÍSTICA - op. cit. - Cap. V, e CARRION, O.B. - Modificações nos Padrões de Utilização da Mão-de-Obra Rural, RS - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em Economia - IEPE - 1977

embora essas ocupassem apenas 17% e 27% da área total em 1940 e 1970, respectivamente ^(5).

Mais ainda, as maiores taxas geométricas de crescimento da categoria "Responsável e Membros não Remunerados da Família" deram-se nos estabelecimentos com menos de 20 ha: entre 1940 e 1970, a taxa geométrica de crescimento do número de pessoas computadas nessa categoria, nesses estabelecimentos, foi de 11,3% ao ano. ^(6)

Outra importante variável a considerarmos na análise do problema da força de trabalho familiar nos pequenos estabelecimentos (menos de 50 ha) é o número de ha por pessoa ocupada da família, que se tem praticamente mantido constante, ao redor de 6 ha/pessoa, entre 1940-1970. Isto significa que, a retenção de mão-de-obra nos pequenos estabelecimentos está diretamente associada à possibilidade de incorporação de novas terras, pois 6 ha por pessoa é o mínimo necessário para assegurar a permanência no meio rural ^(7).

Até 1970 essa incorporação de novas terras havia sido parcialmente possível: entre 1940-1970, os estabelecimentos de até 50 ha haviam incorporado terras no montante equivalente de 83% das terras possuídas no início do período, enquanto aumentava de 98% a mão-de-obra familiar retida ^(8).

Por outro lado, embora os estabelecimentos de mais de 50 ha tivessem aumentado a área ocupada pelo estrato em 2%, entre 1940-1970, reduziram sua população rural ocupada em cerca de 12% ^(9).

(5) Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

(6) Fonte: FUNDAÇÃO de ECONOMIA e ESTATÍSTICA - op. cit. - cap. V, quadro 5.

(7) A associação entre pessoa ocupada e economicamente ativa no caso dos pequenos estabelecimentos é correta.

(8) Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

(9) Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

Dessa maneira, a situação em 1970 era de que os estabelecimentos de até 50 ha ocupavam 27 % da área mas ocupavam 84 % da força de trabalho rural.

Essa anomalia na distribuição do pessoal ocupado refletiu-se na incapacidade do campo gaúcho absorver a taxa - de crescimento natural de sua população que, conforme veremos ao longo da dissertação, em parte migrou para novas frentes de expansão da agricultura camponesa (em 1970, haviam 593.169 gaúchos em outros estados, o que equivalia a 10,5 % da população do Rio Grande do Sul), em parte dirigiu-se às cidades, onde a expansão da oferta de empregos urbanos não foi suficiente para absorvê-los no mercado "formal" de trabalho. Daí o agravamento dos problemas urbanos no estado, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre.

O segundo aspecto a destacar são as transformações na utilização da mão-de-obra rural no período recente. Os dados dos Censo Agrícolas de 1960 e 1970, a respeito da força de trabalho rural, não são comparáveis, uma vez que em 1960, os dados foram coletados em setembro, e em 1970, os dados foram coletados em dezembro e, certamente, neste último levantamento, devem ter ocorrido vícios que resultaram em violenta subestimação do número de assalariados permanentes e temporários. Utilizamos, então, os dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA e por elas verificamos o aumento absoluto do número de assalariados, entre 1965-1972, principalmente os temporários (ver Quadro 7).

Também quanto à utilização de mão-de-obra podemos tipificar os tres segmentos da agricultura gaúcha. A Pecuária Tradicional utilizou como força de trabalho principalmen

Quadro 7

NÚMERO DE ASSALARIADOS RURAIS, POR REGIÃO DE PROGRAMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: 1965-1972

RP	ASSALARIADOS PERMANENTES			ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS		
	1965	1972	%	1965	1972	%
1	6.202	4.487	-0,28	27.438	38.802	0,41
2	8.828	7.752	-0,12	22.003	28.121	0,28
3	5.329	9.431	0,77	14.328	30.792	1,15
4	4.540	8.665	0,91	15.896	29.707	0,87
5	12.516	16.186	0,29	48.647	57.778	0,19
6	1.844	1.962	0,06	6.942	11.218	0,62
7	2.797	2.944	0,05	2.301	4.224	0,84
8	2.193	3.033	0,38	9.007	13.872	0,54
9	11.921	15.488	0,30	28.496	32.593	0,14
RS	56.170	69.948	0,25	175.058	247.107	0,41

FONTE: INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1965/72.

Obs: 1: foram incluídos, em 1972, os "inconsistentes".

EXTRAÍDO DE: CARRION, O. - Modificações nos Padrões de Utilização da Mão-de-Obra Rural - RS - Porto Alegre - Tese de Mestrado em Economia - IEPE - 1977 - p.99

te o assalariado permanente. No entanto, o número absoluto de empregados permanentes era relativamente baixo e a demanda de trabalho temporário também era relativamente baixa. Após a legislação trabalhista para o campo (Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural), os pecuaristas passaram a pagar salário-mínimo para os peões, com descontos variáveis, entre 30 e 50%, para mesa e leite. Entre 1960 e 1970, a população da Fronteira, reduto tradicional da pecuária, diminuiu de 5,9 %, mas suas cidades cresceram - 27,4%⁽¹⁰⁾. É nessa região que se registram atualmente os piores níveis de vida do Rio Grande do Sul, juntamente com a região do arroz.

As Lavouras Empresariais, quanto à utilização de mão-de-obra, devem ser estudadas por produto. A lavoura rizícola foi outra atividade que não fixou a mão-de-obra rural no campo, devido à elevada mecanização, que apenas ainda não atingiu todo o trabalho de colheita, embora, como veremos, seja essa a tendência. Da mesma forma que a região da Pecuária Tradicional, o crescimento urbano da região do arroz foi elevado nas últimas décadas. Para os trabalhos de colheita eram empregados assalariados temporários, recruta

(10) PEBAYLE, R. - *Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul - Lille, France - These pour le Doctorat d'Etat Université de Paris I - Service de Reproduction des Theses - Université de Lille III - 1974*

dos nas vilas da região ou entre pequenos proprietários, particularmente da Serra do Sudoeste, que necessitavam complementar suas rendas monetárias⁽¹¹⁾.

As regiões do trigo e da soja tiveram características diferentes quanto à utilização da força de trabalho, conforme fosse uma região de origem colonial ou antes pertencente à Pecuária Tradicional. Nas regiões coloniais, a penetração da agricultura capitalista reforçou o trabalho familiar. Assim, a Região de Programação 1, que corresponde ao Alto Uruguai, diminuiu o número de trabalhadores assalariados permanentes entre 1967-1972 e os assalariados temporários cresceram 41%, tornando-se a segunda Região em números absolutos a utilizar este tipo de mão-de-obra. Trocar o assalariado permanente pelo temporário e a utilização de assalariados temporários são nas fases de trabalho mais intenso, como na colheita, foi a resposta dos empresários familiares à necessidade de aumentar seus excedentes monetários para, principalmente, adquirir mais terras e viabilizar seu empreendimento pelo aumento da área cultivada, principalmente com soja. Como o papel desempenhado pelas Cooperativas foi tal que, pelo menos nesse instante inicial da consolidação do capitalismo agrário na região, preservou a pequena exploração, a solução dos pequenos para se manterem como produtores foi a intensificação do trabalho familiar, abundante e possivelmente sub-utilizado no período anterior, quando da recessão das Lavouras Empresariais. Já as regiões do trigo e da soja, localizadas em antigas regiões da Pecuária Tradicional, utilizaram com maior intensidade o assalariado temporário, principalmente os pequenos proprietários dessas regiões. Assim,

(11) PEBAYLE, R. - op. cit. - p.612

as regiões 3 e 4, Missioneira e do Planalto Médio, respectivamente, foram as que apresentaram os maiores crescimentos relativos no número de assalariados permanentes e temporários. São essas, justamente as regiões de médias propriedades, altamente capitalizadas, que plantam trigo e soja. A região 5, Depressão Central, de maiores valores absolutos em ambas as categorias de assalariados, é a região do arroz (ver Quadro 7).

Como consequência da maior demanda por trabalho temporário, as regiões de trigo-soja passaram a se constituir em regiões de atração para a mão-de-obra rural, já havendo favelas nas cidades de Santa Rosa e Ijuí, por exemplo, formadas por "sem-terras" à procura de trabalho.

Logo, ao contrário do que indicavam os dados dos Censos, os dados do INCRA mostram que o desenvolvimento do capitalismo agrário no Rio Grande do Sul levou também a uma intensificação do trabalho temporário cuja oferta foi suprida pela mão-de-obra camponesa das proximidades. Os camponeses, tradicionalmente auferindo baixas rendas líquidas, foram compelidos a buscar fora de suas propriedades uma complementação de suas magras rendas. (12) Assim, é de se supor ter havido, na economia camponesa, uma forte intensificação do trabalho familiar, com a incorporação dos menores e mulheres nas tarefas na propriedade familiar, enquanto o chefe da família estava ausente. Como resultado, a migração para as cidades foi temporariamente atenuada, já que, embora a custa desta intensificação do trabalho da família camponesa, o trabalho temporário lhes permitiu a fixação por mais algum tempo à terra.

[12] Tese semelhante à nossa foi defendida por Otília Carrion, autora do trabalho do qual foram retirados os dados, e pelos técnicos da Fundação de Economia e Estatística em seu trabalho sobre a agricultura gaúcha.

III. A PECUÁRIA TRADICIONAL

Este setor compreende as atividades da pecuária bovina de corte e a pecuária ovina, esta primordialmente voltada para a produção de lã. Estas atividades precederam e condicionaram o surgimento, a localização e a estrutura fundiária das demais atividades agrícolas do Rio Grande do Sul e necessitam, portanto, de um quadro histórico mais amplo do que o período em análise, para melhor entendimento de seu papel.

A pecuária, vista como atividade organizada e sistemática no atual Rio Grande do Sul, teve suas origens nos imperativos políticos e militares que obedeceram à estratégia da expansão colonial portuguesa numa zona de conflagração com os espanhóis, e as razões econômicas relacionadas ao comércio de animais de carga (no caso, de gado muar), para o suprimento da área mineradora do Brasil, no século XVIII⁽¹⁾. Disto resultou que o povoamento do Rio Grande do Sul se apoiou em duas formas básicas de ocupação da terra: a vila fortificada (um núcleo militar estável) e a estância. Temos que assinalar que o boi precedeu a estância no território gaúcho já que estava em estado "selvagem" naquele meio. É no início do século XIX, com o estabelecimento das "charqueadas" no território gaúcho, que a estância passou a se organizar como empresa mais racionalizada, visando o fornecimento de gado para as charqueadas ou para exportação de boi em pê. Antes da abolição, a estância era uma propriedade autárquica com utilização de mão-de-obra escrava. Sabe-se também que as charqueadas, atividade justaposta à criatõ-

(1) Para a descrição do Rio Grande do Sul no século XIX apoiamos-nos largamente na clássica obra de CARDOSO, F.H. - Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - Rio de Janeiro - Ed. Paz e Terra - 2a. edição - 1977

ria e surgida principalmente da iniciativa de comerciantes e seguida por alguns grandes estancieiros, tinham, no século passado, uma produção escravista, uma das raras aplicações de mão-de-obra escrava numa indústria no Brasil, e que essas atividades nem sempre foram prósperas devido à concorrência dos charqueadores platinos no mercado nacional. Cabe lembrar que o charque se constituía em alimento básico dos escravos, sendo exportado principalmente para os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife e, eventualmente, para as Antilhas. As vantagens do charque platino, como bem mostrou Fernando Henrique Cardoso, provinham sobretudo da forma capitalista de sua produção. Com o desenvolvimento das atividades exportadoras de produtos de origem animal, a atividade comercial intensificou-se durante o século XIX na então Província de São Pedro, fazendo com que as cidades de Pelotas e Rio Grande surgissem como centros urbanos hegemônicos, situação que permaneceu até o último quartel daquele século, quando as exportações de charque não mais conseguiram apresentar o dinamismo do período de 1848-1867. (2)

As estâncias, é necessário lembrar, se constituíram como enormes latifúndios cujas concessões equivaliam à unidade de medida agrária da época, a lēgua de sesmaria (43 quilômetros quadrados), havendo propriedades de várias lēguas de sesmaria, através de doações a familiares próximos do estancieiro.

Feito este retrospecto, vejamos quais as mudanças registradas na Pecuária Tradicional, entre o último quartel do século XIX e o início do período que nos interessa analisar. Em primeiro lugar, mudaram as relações de produção: a mão-de-obra escrava utilizada nas charqueadas e estâncias foi subs-

(2) *Inferimos o comportamento das exportações totais de charque gaúcho no século XIX pelas quantidades exportadas para o principal mercado, a cidade do Rio de Janeiro, apresentadas em PEBAYLE, R. - Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul - These présentée devant l'Université de Paris I - Service de Reproduction des Theses - Université de Lille III - 1974.*

tituída por outras formas de exploração da força de trabalho. As charqueadas passaram a utilizar mão-de-obra assalariada; as estâncias, peões e agregados remunerados, em boa parte em espécie. A seguir, lembremos que a articulação do Rio Grande do Sul com o mercado dinâmico da Primeira República, o complexo cafeeiro paulista, não se deu através do suprimento de produtos da Pecuária Tradicional, que tinha como principais mercados os velhos e pouco dinâmicos centros urbanos do Nordeste e a cidade do Rio de Janeiro.⁽³⁾ O charque, de produto fundamental na manutenção da força de trabalho escrava, passou a produto de consumo das classes de baixa renda nesses centros urbanos, perdendo sua demanda qualquer componente dinâmico de crescimento a longo prazo que não o crescimento vegetativo dessas camadas populacionais. Agravou-se o problema de demanda - para o charque gaúcho, tanto pela concorrência do charque uruguaio (os charqueadores argentinos foram afastados pela instalação da indústria frigorífica naquele país) como também pela crescente concorrência dos produtores nacionais, notadamente São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Pretendemos deixar claro que no início do período que nos interessa analisar o charque já era uma atividade em crise. Outra mudança notável na Pecuária Tradicional foi a introdução do rebanho ovino, que passou de 1.000.000 de cabeças em 1899 para 5.000.000 em 1920; além disso, mais da metade desse rebanho foi cruzado com reprodutores de raças mais apropriadas à produção de lã; da mesma forma, o rebanho bovino também teve iniciado o cruzamento com raças inglesas, seguindo os estancieiros gaúchos o exemplo dos criadores argentinos.⁽⁴⁾ Finalmente, a última grande transformação no meio pecuarista é o surgimento - dos frigoríficos durante a Primeira Guerra Mundial. É dentro

(3) Ver análise a seguir sobre as exportações de produtos com origem na Pecuária Tradicional.

(4) PEBAYLE, R. - op.cit. - p.267

desse novo quadro que devemos investigar o potencial de acumulação da Pecuária Tradicional.

Em primeiro lugar cumpre investigar qual o tipo de empresa que podemos considerar como característica da Pecuária Tradicional. Embora essa atividade tenha hoje duas zonas geoeconômicas distintas, a Campanha e os Campos de Cima da Serra, tentaremos trabalhar com algumas características comuns das empresas pecuárias de ambas as zonas, chamando a atenção para diferenças importantes.⁽⁵⁾ Para isso nos apoiaremos largamente no minucioso "Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha", realizado na década de 1960, mas que, a nosso juízo, mantém validade durante todo o nosso período de análise, considerado o imobilismo da atividade pecuária no Rio Grande do Sul.⁽⁶⁾

Nesse estudo foram montados tres perfis de empresas pecuárias: dois, referentes às atividades de criação em duas regiões distintas do território gaúcho, a Fronteira (ou Campanha) e a Depressão Central; o outro, referente à atividade de engorda na Fronteira. É necessário ressaltarmos que, comumente, criação e engorda são atividades justapostas nas grandes empresas pecuárias, embora possa haver especialização. A conclusão a que chega o estudo acima referido é a de inexistência de lucro contábil na atividade criatória, uma vez computada uma pretensa depreciação do capital fundiário; por sua vez, a atividade de engorda apresenta um lucro contábil.

Como explicarmos, então, a grande resistência da Pecuária Tradicional dentro da economia gaúcha, em face da rentabilidade negativa de sua atividade principal?

É que essa atividade, sem apresentar um lucro contábil nas suas empresas típicas, faculta a obtenção de um excedente monetário pelo pecuarista. Apropriadamente os autores dos "25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul" denominaram essa massa monetária excedente de "lucro mercantil".⁽⁷⁾

(5) Para uma minuciosa descrição de diferenças e semelhanças ver o excelente trabalho já citado de PEBAYLE, Raymond.

(6) ESTUDOS BANNÉRCIO - Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha - Porto Alegre - 1969 - 2. vol.

(7) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - *op.cit.* - cap. VI

Por que "lucro mercantil"? Os pecuaristas evidentemente per seguem a obtenção de um excedente; porém, esse excedente não vai ser primordialmente utilizado na compra de novos meios de produção e força de trabalho segundo uma lógica capitalis - ta de produção: o capital, na Pecuária Tradicional, não subor dina e transforma a natureza, principalmente na atividade cri atória. A reprodução de seu produto - o gado - se dá de maneir a natural, sendo necessários apenas desembolsos monetários - com medicamentos, para assegurar um estado sanitário adequado ao rebanho, e com melhorias ou novas instalações eventuais no estabelecimento pecuário. Para maximizar o excedente monetá - rio, o pecuarista procura o menor desembolso monetário possí - vel. Evidentemente, esse objetivo não é compatível com uma intensificação e melhoria das técnicas de produção. Assim, co mo a massa monetária obtida como excedente não é fundamental na reprodução do processo produtivo, foi denominada de "lucro mercantil."

Além disso, na Pecuária Tradicional a massa monetária excedente varia diretamente com o tamanho do estabelecimento - supondo dada a capacidade de suporte das pastagens naturais.⁽⁸⁾ Daí a compulsão do pecuarista pelo fator decisivo no processo produtivo, a terra. O pecuarista bem sucedido é, antes de tu do, um grande proprietário de terras. Pelo que dissemos até aqui fica claro que não consideramos o pecuarista um persona - gem capitalista, embora o emprego do trabalho assalariado na atividade. Veremos mais tarde qual a mudança que a penetração do capitalismo no campo gaúcho trouxe a esse personagem.

Ressaltemos mais algumas características dessa ativida de criatória. A primeira delas é a estacionalidade da oferta.

(8) ESTUDOS BANMÉRICO - op. cit. - p.285

Para o pecuarista, é conveniente vender o gado gordo até o início do inverno, devido à perda de peso do gado durante essa estação. Isso porque são predominantes no Rio Grande do Sul as pastagens naturais, sendo as artificiais uma exceção, e a capacidade de suporte de pastagens naturais é grandemente reduzida durante o rigoroso inverno. Então, é no período março - junho que se concentram as transações do gado sulino. Esse fato permitia, pelo menos até o movimento cooperativo atingir a Pecuária Tradicional, na década de 1940, uma fonte de renda suplementar ao grande estancieiro, que comprava dos proprietários menores, novilhos e vacas velhas para invernar, tornando-se o invernador um intermediário entre o produtor e os estabelecimentos compradores.

A segunda característica é que, ao ser uma atividade extensiva, a Pecuária Tradicional faz com que além do tamanho da propriedade sejam fatores explicativos da produção a capacidade dos campos. Naturalmente, condições climáticas adversas - como secas e geadas afetam essa capacidade, tornando a produção sujeita a oscilações bruscas.

A terceira característica é a diversificação dentro da atividade. Grandes estancieiros tornaram-se "cabanheiros", isto é, criadores especializados em animais de raça, aumentando o cruzamento do rebanho gaúcho com as raças europeias e distinguindo-o do gado zebuino predominante no resto do país. Na Fronteira ou Campanha foi intensificada a criação de ovinos para a lã, como meio de elevar o excedente monetário obtido pelo pecuarista. É interessante notar que a criação ovina não conflita com a bovina, pois alimenta-se na resteva ou do que sobra do pastoreio bovino.

Dissemos que embora hajam características comuns às empresas pecuárias, a Campanha e os Campos de Cima da Serra são duas zonas geo-econômicas distintas. Embora os campos sejam o tipo de vegetação típica de ambas regiões, na segunda, a presença de arbustos espinhosos eliminou a possibilidade de criação conjunta de ovinos em grande escala. Os tamanhos dos

imóveis são também radicalmente distintos. Os estabelecimentos na Campanha são grandes: em 1967, a superfície média dos imóveis agrícolas na Região de Programação 9 do INCRA, que corresponde a grosso modo ao que entendemos por Campanha, era de 214 ha e as propriedades com mais de 1.000 ha ocupavam 51,6% da área da Região, embora fossem apenas 5,1% do número de imóveis. Os Campos de Cima da Serra correspondem, a grosso modo, à Região de Programação 7 do INCRA. Aqui os imóveis são bem menores, ficando com uma superfície média ao redor de 100 ha, embora a concentração fundiária seja também forte: em 1967, os imóveis com mais de 1.000 ha ocupavam 22,5 % da área total, embora fossem apenas 1,2% do número total de imóveis da Região. (9) Os criadores menores, nesta zona, se especializaram em vender no vilhos de um ano aos maiores proprietários, tipificando os pecuaristas da região em criadores e invernadores, estes naturalmente com os maiores lucros. O próprio gado não é semelhante nas duas zonas da Pecuária Tradicional, já que nos Campos de Cima da Serra o gado europeu teve que ser cruzado com o zebu para resultar mais resistente. Finalmente, nessa zona não existem frigoríficos e matadouros em número suficiente para a oferta local de gado, fazendo com que devido às boas ligações rodoviárias com Santa Catarina e Paraná, seja o gado vendido aos centros urbanos desses estados. Para as transações inter-zonas da Pecuária Tradicional é costume recorrer ao capital comercial - para intermediário, aparecendo então a figura do "corretor de gado".

É importante ressaltar que se hoje a pecuária é predominante nessas duas zonas, já o foi em algumas zonas que hoje estão dedicadas ao binômio trigo-soja e nas zonas hoje dedicadas ao arroz, respectivamente as zonas fisiográficas Missioneira e do Planalto Médio para o primeiro e a zona da Depressão Central para o segundo. Tentaremos, ao longo do capítulo, indicar quando essas zonas substituíram a pecuária pela Lavoura Empresarial.

(9) As informações sobre a estrutura fundiária dos imóveis se encontram em INCRA - op. cit. - volume 4 - pp.111 e 309.

Vejamos agora as características da comercialização da produção. São tres os tipos de estabelecimentos que demandam o gado bovino gaúcho (as exportações de gado em p^ê são desprezíveis no período estudado). Os frigoríficos, produzem carnes resfriadas e congeladas, além de carnes em conserva, extratos, etc., primordialmente destinadas ao mercado internacional. As charqueadas, produzem o charque, destinado ao mercado nacional. Os matadouros, produzem carne verde, destinada ao consumo interno gaúcho. Vejamos como interagem os compradores.

São as exportações internacionais de carnes em conserva ou congelada que determinam os preços para o boi gordo e, em certa medida, a produção das charqueadas e matadouros. Isso porque quando existe possibilidade de colocação de grandes quantidades de carne no exterior, por intermédio dos frigoríficos, aumenta o preço do boi gordo, dificultando a aquisição de animais pelas charqueadas, que não podem, devido à forte concorrência que sofrem no mercado nacional, pagar preços mais elevados, sob pena de compressão dos seus lucros ou perda dos mercados. Os matadouros são obrigados a trabalhar com baixas taxas de lucro para evitar a concorrência dos frigoríficos no mercado regional. Quando as exportações internacionais de carne são restringidas, diminui o abate nos frigoríficos, com conseqüente aumento da oferta e diminuição dos preços para o boi gordo. Nessas ocasiões é estimulada a produção de charque para os mercados nacionais e de carne verde para o consumo regional. É preciso notar a importância da sazonalidade da oferta na manutenção desse mecanismo, já que somente os pequenos frigoríficos e os matadouros, especializados no abastecimento regional de carne verde, compram gado na chamada entresafra. Da mesma forma a sazonalidade da oferta, mais acentuada do que no Brasil Central, é responsável pela elevada capacidade ociosa dos frigoríficos e charqueadas, que necessitam dimensionar suas plantas para o período de safra, o que

afeta desfavoravelmente a estrutura de custos das carnes gaúchas frente a seus competidores.

Indagaremos agora sobre o destino do excedente monetário obtido na Pecuária Tradicional até o início do nosso período de análise. É sabido que essa atividade, exceção feita à inversão em charqueadas e, mais tarde, em cooperativas de carnes, não contribuiu com capital para nenhuma atividade industrial significativa, embora o próprio gado seja matéria-prima para inúmeras atividades industriais. Isso significa que, via de regra, o pecuarista não procurou diversificar seus investimentos produtivos em atividades diversas da atividade-matriz. Vejamos algumas das causas desse comportamento.

A razão fundamental desse comportamento foi a limitada acumulação de capital monetário em mãos dos pecuaristas ao longo do período de implantação de plantas industriais no Rio Grande do Sul, durante a República Velha. Conseguimos comprovações dessa limitada acumulação ao verificarmos o fracasso dos criadores na montagem de um frigorífico nacional durante a Primeira Guerra Mundial e na análise da atividade charqueadora.

Logo no início da República, a Pecuária Tradicional - passou por terrível crise: a Revolução de 1893 dizimou aproximadamente a metade do rebanho bovino gaúcho, que na época contaria com cerca de 7.500.000 cabeças⁽¹⁰⁾, além de se encontrar seu principal produto, o charque, em graves dificuldades, no último quartel do século XIX, devido à concorrência do produto platino no mercado nacional. A partir de 1906, aumentaria a proteção tarifária, permitindo significativo aumento nas quantidades exportadas do charque e minorando a crise: entre 1906-1913, a média anual esteve em 56.100 t, contra 31.800 t, entre 1900-1905. Porém, a partir de 1914, diminuiu novamente o

(10) PEBAYLE, R. - op. cit. - p. 265

volume das exportações, que se situaram ao redor de 36.800 t anuais, entre 1914-1919. Examinando os preços reais para a tonelada exportada, verificamos que houve um acréscimo de - 118%, nesse período.⁽¹¹⁾ Essa elevação não deve ser creditada a pressões pelo lado da demanda, mas sim pelo lado do custo de produção, uma vez que aumentaram tanto o preço do gado, quanto dos insumos importados, o sal de Cadiz e a anagem para embalar o charque. Sendo o charque produto de consumo das classes de baixa renda do Rio de Janeiro e Nordeste (os hábitos alimentares do migrante, em São Paulo, não incluíam o charque), qualquer elevação no preço do produto ocasionava uma retração da demanda, ainda mais que os salários nominais não costumavam acompanhar a desvalorização da moeda. Além disso, o maior preço do produto gaúcho estimulava o aumento da produção dos demais concorrentes nacionais e também diminuía a diferença de preço para com o similar platino e com o produto substituto, o bacalhau. Assim, em 1919, Minas Gerais e São Paulo já excediam, com as respectivas entradas, o volume exportado pelo Rio Grande do Sul, para o até então principal mercado, a cidade do Rio de Janeiro.⁽¹²⁾

Assim, seja por retração da demanda, seja pela elevação da oferta de charque dos demais estados produtores, o efeito da elevação dos preços do charque gaúcho era único: perda de seus mercados, com conseqüente diminuição nos abates e crise na Pecuária Tradicional.

A solução dessa crise foi pensada de modo a modernizar a indústria da carne no Rio Grande do Sul, pela instalação de uma empresa capitalista "revolucionária": o frigorífico⁽¹³⁾.

(11) Os dados sobre as exportações de charque entre 1900-1919 , foram retirados de: Relatório do Secretário da Fazenda ao Presidente da Província, 1926. As cotações nominais da tonelada exportada foram deflacionadas pelo Índice Geral de Preços de Haddad.

(12) O Comércio do Charque - Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - jul/1923.

(13) Para a tentativa de implantação do frigorífico nacional no Rio Grande do Sul, ver:

PESAVENTO, S. - Charqueadas, Frigoríficos e Criadores - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em História - PUC - 1978.

Com a Primeira Guerra Mundial e a dizimação dos rebanhos franceses e ingleses, as oportunidades de abastecer os exércitos em conflito, com carnes congeladas e em conserva se apresentavam extremamente favoráveis, como mostravam as exportações argentina e uruguaia de carnes. Assim, a União dos Criadores do Rio Grande do Sul chamou a si a tarefa de implantar um frigorífico nacional, com o apoio do Governo Provincial, que garantiu juros de 6% sobre o capital como suplemento à insuficiência de lucros. Mesmo assim, e apesar da alta cotação na época, para o boi gordo, os pecuaristas não conseguiram completar o capital de 4.000 contos de rês. Registre-se que a União dos Criadores tinha cerca de 1.500 associados. Foi necessária a intervenção do Governo Provincial para colocar ações em toda a Província e induzir o Banco Pelotense a completar o capital, com uma participação de 2.000 contos de rês. Esse frigorífico, que tinha seu funcionamento autorizado desde setembro de 1917, ficou pronto apenas em 1920 e só funcionando após sua venda, em 1921, à firma inglesa Vesley Brothers, operando, a partir de daí, com o nome de Frigorífico Anglo de Pelotas. (14)

Outra comprovação da débil acumulação de capital realizada pelo pecuarista gaúcho foram as charqueadas. Essas empresas continuaram utilizando técnicas primitivas, sem pleno aproveitamento de todos os subprodutos do gado, devido a falta de capital para implementar inovações, como máquinas a vapor para obtenção de sebo. Além disso existiam 31 charqueadas no Rio Grande do Sul, em 1920. Dessas, 10 eram de capital estrangeiro, sendo seis de capitais uruguaio, aqui aplicados para contornar a elevação das tarifas alfandegárias de 1905. Em 1920, na lista das maiores charqueadas as de controle estrangeiro figuravam com destaque, sendo inclusive a principal, o Saladeiro Dickinson, de capital uruguaio. A insuficiente capitalização do pecuarista gaúcho não lhe permitia, em regra, tornar-se sequer um grande charqueador. (15)

(14) Conforme informações apresentadas ao longo da citada tese de PESAVENTO, S.

(15) Idem.

Assim, chegamos a uma conclusão de extrema importância no processo de acumulação de capital originado pela industrialização e comercialização das carnes gaúchas: o excedente gerado era, em grande parte, desviado para o exterior devido à predominância do capital estrangeiro nessas atividades.

Pela própria lógica de geração de um excedente dentro da atividade criatória, a aquisição de terras para a expansão do lucro mercantil joga um papel fundamental. No entanto, no início da Primeira República, a aplicação fundamental do excedente deve ter sido na aquisição de rebanho platino para completar a lotação dos campos, devido às perdas, já referidas, durante a Revolução de 1893, uma vez que o rebanho gaúcho, em 1920, já era de cerca de 8.500.000 cabeças. Além disso, um incipiente aperfeiçoamento zootécnico do rebanho, ⁽¹⁶⁾ a introdução de algumas instalações, como poteiros e banheiros carrapaticidas, nas maiores estâncias, e a introdução dos ovinos tipo lã, justificam a hipótese de que a maior parte do excedente tenha sido aplicado na atividade-matriz.

Tentaremos analisar o comportamento da Pecuária Tradicional em diversos sub-períodos, examinando algumas séries estatísticas disponíveis a respeito de rebanhos, abates, preços aos produtores e exportações, adicionando informações qualitativas importantes para a compreensão do processo de acumulação de capital nesse setor. Como o dinamismo do setor é dado pelas exportações para os mercados internacionais, a nossa periodização tenta respeitar os cortes significativos dados por mudanças no comportamento dessas exportações.

[16] Em 1914, o Rio Grande do Sul possuía 312 bovinos puro-sangue registrados. Conforme

PESAVENTO, S. - op. cit. - p. 63

O período 1920-1939

Esse foi um período de estagnação para a Pecuária Tradicional, que se refletiu na constância do número de cabeças - do gado bovino entre os Censos de 1920 e 1940 (ver Quadro 8).

Para examinar os motivos dessa estagnação é forçoso iniciar pela atuação dos frigoríficos que se instalaram no Rio Grande do Sul durante a Primeira Guerra Mundial: Companhia Swift do Brasil, capitais americanos, com sede em Rio Grande, em julho de 1917; Companhia Frigorífica Armour do Brasil, capitais americanos, com sede em Livramento, também em 1917, e, Companhia Wilson, capitais americanos, também em Livramento, em 1918. Como já dissemos, em 1921, o Frigorífico Rio Grande, localizado em Pelotas, de capital nacional e recém-instalado, foi vendido à firma Vesley Brothers, assumindo o nome de Frigorífico Anglo.

A instalação de empresas internacionais do cartel da carne deve ser entendida dentro dos quadros de uma economia internacional já dominada pelo capitalismo monopolista e, especificamente no caso da carne, dominada pelo capital americano e inglês, em feroz competição. O desdobramento dessa competição, durante a Primeira Guerra Mundial, face à crescente demanda de carnes congeladas e em conserva para alimentar os exércitos beligerantes, foi a instalação de filiais em zonas de baixo custo de mão-de-obra e gado abundante e barato. No caso do Rio Grande do Sul, além de cumpridas as duas premissas acima, receberam incentivos do Governo Provincial tais como isenção de impostos de exportação para seus produtos e de outras taxas.

As exportações internacionais de carnes mantiveram-se elevadas até 1921. A crise mundial do pós-guerra ocasionou uma diminuição na demanda internacional de carnes, principalmente as de qualidade inferior, como as nacionais. Além disso,

Quadro 8

REBANHO E ABATE DE BOVINOS NO RIO GRANDE DO SUL:1920-1975

Anos	Rebanhos (em 1.000 cab.)	Abates (em 1.000 cab.)	Desfrute(%)
1920	8.489
1940	8.354	1.253	14,9
1950	8.457	995	11,7
1951	8.544	1.092	12,7
1952	8.999	1.164	12,9
1953	8.898	1.263	14,1
1954	9.015	1.151	12,7
1955	9.174	1.045	11,3
1956	9.309	1.115	11,9
1957	9.272	1.041	11,2
1958	9.417	1.173	12,4
1959	9.123	1.058	11,5
1960	9.382	886	9,4
1961	9.691	992	10,2
1962	9.706	1.009	10,3
1963	10.402	1.099	10,5
1964	10.711	970	9,0
1965	11.069	1.163	10,5
1966	11.746	1.173	9,9
1967	11.926	1.035	8,6
1968	11.959	1.216	10,1
1969	11.953	1.300	10,8
1970	12.415	1.162	9,3
1971	12.123	1.264	10,4
1972	12.081	1.240	10,2
1973	12.038	1.351	11,2
1974	12.040	1.230	10,2
1975	12.370	1.240	10,0

FONTES: Rebanho 1920 e 1940: Censos Agrícolas

1941 e 1972: FEE

1973 a 1975: CEPA - Secretaria da Agricultura

Abates - FEE

o aumento da capacidade produtiva mundial tinha avançado muito à frente da demanda e a tendência dos preços internacionais - da carne era de queda. A política do cartel internacional da carne foi no sentido de limitar a oferta no mercado europeu: assim, evitavam a queda dos preços do produto final e, em áreas como o Rio Grande do Sul e o Prata, obtinham baixos preços na compra de gado gordo, uma vez que abatiam menos para um mesmo rebanho, lotando os campos dos criadores.

A diminuição do preço do gado favoreceu as charqueadas: diminuindo os custos de produção, reduziram os preços reais do charque e conseguiram aumentar as quantidades exportadas, em cerca de 80% entre 1920-1923 (ver a queda dos preços reais no Quadro A. 7 do Anexo Estatístico). Os países do Prata, também passando por idêntica crise, retomaram a atividade charqueadora, arrebatando a parcela do mercado cubano que o Rio Grande do Sul havia conquistado durante a Primeira Guerra e que equivalia, em 1920, a 20% do volume exportado do charque gaúcho. Mais ainda, passaram a colocar crescentes quantidades nos mercados nacionais, de tal modo que os representantes gaúchos no Congresso, a duras penas, conseguiram fazer aprovar a Lei nº 1548 de 19/06/1922, que limitava a quantidade anual de charque importado à média do triênio anterior: 40.000 t (17). Até 1928, quando foi aprovada a Lei de Desnacionalização do Charque, o similar platino, por meio do contrabando, manteve forte concorrência com o produto gaúcho, que ainda tinha de enfrentar a competição com o charque mineiro, goiano, mato-

(17) PESAVENTO, S. - *op. cit.* - p.307

grossense, baiano e paulista. (18)

Dessa forma, o pecuarista viu seu interesse, a manutenção do preço do gado, contrariado pelos frigoríficos, enquanto que os charqueadores aproveitaram a oportunidade para recuperar posições no mercado nacional, uma vez que a diminuição do preço do gado lhes proporcionava uma diminuição nos custos de produção. O conflito pecuarista-indústria aumentava sempre que as charqueadas ou frigoríficos entravam em crise, pois ambos tentavam transferir as perdas ao criador. (19)

O conflito charqueador-frigorífico também existia, uma vez que os frigoríficos podiam levantar os preços oferecidos ao gado gordo, aumentando os custos de produção do charque gaúcho que estava submetido à intensa concorrência em seus mercados tradicionais. O mais grave para as charque

(18) A concorrência do charque uruguaio se dava também através do contrabando de charque: o charque mato-grossense e mesmo charque da Fronteira do Rio Grande do Sul podiam ser embarcados para as cidades litorâneas do Brasil, com maiores lucros, através dos tributários do Rio da Prata ou das ferrovias uruguaias, até Montevideu, e daí despachado para os portos nacionais. A quantidade embarcada por esta rota poderia ter sido insignificante, se não existisse o tráfico com guias falsas, que possibilitava ao charque uruguaio, disfarçado em produto nacional, entrar no Brasil evitando as barreiras alfandegárias existentes. Em 1928, foi aprovada a Lei da Desnacionalização do Charque, proibindo o transporte do charque através de portos estrangeiros. Conforme LOVE, J. - O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930 - São Paulo - Perspectiva - 1975 - p.240.

(19) Para o conflito entre as diferentes frações de classe da pecuária gaúcha, ver PESAVENTO, S. - op.cit. - cap.III.

Com a crise internacional iniciada em 1929, a Pecuária Tradicional viu sua situação inadimplente agravada, ocasionando uma crise bancária no Rio Grande do Sul, entre 1930-1931, com a falência do Banco Popular, em 1930, seguida pela do Banco Pelotense em 1931, iniciando um período de arrocho no crédito e liquidação progressiva de hipotecas assumidas pelos pecuaristas.

A partir de 1933, recuperou-se o charque, cujas exportações em volume permaneceram em nível elevado até 1937 com uma média anual de 57.500 t. A partir de 1937, a crescente demanda dos frigoríficos elevou novamente o preço do boi gordo, prejudicando as charqueadas.

Os estancieiros-charqueadores tentaram resolver o conflito com os frigoríficos com a criação de cooperativas de carnes, destinadas a concorrer com os frigoríficos na produção de charque. A fraca capitalização dessas cooperativas levou o movimento ao fracasso: em 1942, os frigoríficos produziam 53% do charque gaúcho. (22)

As carnes frigorificadas tiveram na década de 1930, uma média anual de 26.000t colocadas no mercado internacional, que embora superior à média da década passada (14.000 t), representou apenas uma lenta recuperação para a crise.

Uma compensação parcial para a crise da Pecuária Tradicional, foi a crescente demanda de lã. Este produto passou por radical transformação: de produto dirigido ao mercado internacional, se tornou, com a grave restrição à capacidade para importar do país nessa década, produto dirigido ao mercado nacional, suprimindo a demanda da indústria têxtil nacional, em franca expansão, e impedida de adquirir a lã em fio, na quantidade adequada, do exterior. Assim, a lã bruta gaúcha passou a ser processada, com dificuldades consideráveis, devido sua qualidade inferior, pela fiação nacional, principalmente a carioca e a paulista.

[22] Foram fundadas na década de 1930, sete cooperativas de carnes, conforme:

PIMENTEL, F. - op. cit. - p.260

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA OVINOCULTURA

(1920 - 1975)

<u>Anos</u>	<u>Rebanho (1.000 cab.)</u> (1)	<u>Produção de lã (1.000 t.)</u> (2)
1920	4.485	3,5
1940	6.136	10,7
1945	9.111	20,5
1950	7.915	19,3
1951	9.693	20,1
1952	9.966	20,7
1953	10.397	23,7
1954	10.749	24,8
1955	11.437	27,0
1956	11.469	27,6
1957	11.564	27,7
1958	12.396	31,0
1959	9.339	29,7
1960	9.896	22,1
1961	10.780	23,9
1962	11.121	24,6
1963	11.524	25,7
1964	11.911	27,3
1965	11.977	28,2
1966	12.133	27,9
1967	12.260	27,4
1968	13.260	29,7
1969	13.233	30,3
1970	13.393	30,6
1971	12.873	29,4
1972	12.739	29,4
1973	12.552	29,4
1974	12.230	28,8
1975	11.909	28,2

FONTES: (1) FEE ; os dados de 1920 e 1940 são dos Censos Agrícolas

(2) FEE; os anos de 1972-1975 foram reestimados pela
CEPA-SA-RS

As exportações, em volume, passaram de uma média anual de 6.800 t, no quinquênio 1930-1934, do qual aproximadamente 1/3 se dirigia ao mercado nacional, para 8.300 t, no quinquênio 1935 - 1939, da qual aproximadamente a metade se dirigia a esse mercado; em 1939, 62% do volume exportado tinha tal destino. Assim, a partir de 1935, a melhoria dos preços reais da lã, que cresceram muito à frente do nível geral de preços (ver Quadro A. 19, para as quantidades e para os preços, Quadro A.8 do Anexo Estatístico).

Dessa forma, a crescente demanda de lã gaúcha permitiu uma melhor defesa do excedente monetário pelo pecuarista.

Finalmente, sintonizado com a demanda dos frigoríficos, surgiu nessa década a figura do "Cabanheiro", criador preocupado em fornecer um tipo de gado mais selecionado, dedicando-se à criação de animais puros, principalmente das raças inglesas, com vistas ao aumento do cruzamento do rebanho.

Certamente é fora de propósito se pensar que, ao longo do sub-período, tivesse sido acumulado, por parte dos pecuaristas, um excedente que permitisse uma diversificação maior dos investimentos: a fraca capitalização das cooperativas de carnes é prova eloquente da penúria em que se encontravam após tantas dificuldades.

O período da Segunda Guerra Mundial e o Imediato Pós-Guerra:

1940-1948

O período da Segunda Guerra Mundial foi um novo período de euforia para os pecuaristas, tal como havia sido o período da Primeira Guerra. O rebanho bovino teve praticamente mantido o número de cabeças entre 1940-1945, mas não devemos esquecer que esse foi um período de forte aumento dos abates, o que torna o pequeno aumento expressivo. Por outro lado, houve um grande au

mento, de cerca de 50%, no rebanho ovino (ver Quadro 9).

Essa euforia foi devida tanto pelo comportamento favorável das exportações de carnes para os mercados internacionais, quanto pelo das exportações de lã para os mercados nacionais. As do charque sofreram forte contração no volume exportado. Vejamos o comportamento dessas exportações com maior detalhe, entre 1940-1948.

As carnes bovinas, congeladas e em conserva, a partir de 1939, tiveram novamente colocadas quantidades significativas no mercado internacional. As carnes em conserva, alimento básico para os soldados, tiveram altas quantidades exportadas enquanto durou a guerra, diminuindo depois; as congeladas tiveram comportamento muito irregular, com quantidades anuais médias elevadas (24.400 t), entre 1940-1942 diminuindo (7.400t), entre 1943-1946, para aumentarem novamente (22.400 t), entre 1947-1948. Ambos os tipos de carnes foram objeto de acordo de suprimento com a Inglaterra, e mantiveram, principalmente as congeladas, o crescimento dos preços nominais muito à frente do nível geral de preços (ver, para as quantidades, Quadro A. 25 e 26, e para os preços, Quadro A.9 do Anexo Estatístico).

Como dissemos, a Inglaterra foi o principal mercado para as carnes bovinas, devido ao acordo de suprimento, durante a guerra. Porém, a recuperação das carnes bovinas congeladas, a partir de 1947, se deu em função da demanda da economia americana, pela necessidade de recuperação de seus rebanhos após o aumento da produção de carnes durante a guerra.

O charque teve aprofundada a crise que se esboçava no final do período anterior, uma vez que a quantidade exportada anual média foi reduzida para 27.300 t, contra 47.500 t anteriores. O comportamento das cotações da tonelada exportada, aumentando à frente do nível geral dos preços, não é paradoxal. Evidencia, apenas, o aumento do custo de produção do charque -

sulino, em função do aumento do preço do gado gordo, com a retomada da produção por parte dos frigoríficos. Assim, a oferta concorrente passou a suprir o mercado nacional, deslocando a produção sulina (ver, para as quantidades, Quadro A.27 e, para os preços, Quadro A.9 do Anexo Estatístico).

A concentração das charqueadas, com a eliminação das mais débeis, foi a consequência dessa crise do charque gaúcho: das 31 charqueadas que funcionavam em 1941, apenas 20 continuariam em funcionamento no ano seguinte. (23)

As lãs tiveram as quantidades exportadas mais do que duplicadas ao longo do período, sendo que boa parte desse cresmento se verificou após 1945, quando passaram a ser exportadas quantidades crescentes para os mercados internacionais que, em 1948, demandavam 42% da lã gaúcha. Lembremos que as exportações eram de lã bruta, que durante a guerra tiveram as quantidades importadas pelo Brasil aumentadas violentamente - (13.900 t, entre 1942-1945), ao mesmo tempo que eram drasticamente reduzidas as importações de lã em fio. Isso se deveu, a nosso juízo, à dificuldade das fiações nacionais em proces-sarem a lã gaúcha, de qualidade inferior. Em 1947, já foi normalizada a importação de lã em fio, normalizando o abastecimento da têxtil de lã nacional.

A baixa das cotações da tonelada exportada, no após-guerra, representou a normalização da estrutura de preços relativos, antes distorcida com a restrição à capacidade para importar e depois pelo conflito mundial (ver, para as quantidades, Quadro A.28 e, para os preços, Quadro A.9 do Anexo Estatístico).

(23) PIMENTEL, F. - op. cit. - p. 141

O excedente da Pecuária Tradicional ainda foi aumentado pela cessão inicial de terras - parte em arrendamento - para as Lavouras Empresariais do arroz e do trigo. Para o arroz foram novamente cedidas as terras de várzea na Depressão Central e no Litoral Setentrional e para o trigo, as terras do Planalto Médio e da zona Missioneira.

O excedente gerado nesse período já foi tal que permitiu uma grande aquisição de terras pelos maiores estabelecimentos, conforme vimos no capítulo anterior, compra de gado platino para repor o rebanho, face ao grande abate dos anos de guerra e, ainda, uma crescente aquisição de animais de raça destinados a melhorar o cruzamento do rebanho gaúcho. (24)

Foram também fundadas algumas cooperativas de carnes, não mais destinadas à produção de charque, mas sim de carnes - frigorificadas e de carne verde, ambas destinadas ao mercado gaúcho, devido ao pequeno tamanho desses estabelecimentos.

O período 1949-1955

Neste período foram perdidos os mercados internacionais das carnes. Lembremos que a política cambial, entre 1939-1953, foi de rígidos controles cambiais e com uma taxa de câmbio praticamente constante, em torno de Cr\$ 18,00 por dólar. Após 1949, aumentaram os desincentivos às exportações que não estivessem com cotações em alta no mercado internacional, como o café, pela desvalorização da libra esterlina, que prejudicou particularmente o Rio Grande do Sul, que tinha no mercado inglês o principal comprador; além disso, houve o recrudescimento da inflação interna, que tornou mais desvantajosa aquela -

(24) O Registro Genealógico Sul Riograndense apurou 301 animais de raça entre 1906-1915, 1.656 entre 1916-1925, 3.568 entre 1926-1933, 13.810 entre 1936-1945 e 39.091 entre 1946-1956. Conforme,

SINGER, P. - "A Agricultura na Bacia Paranã-Uruguaí" - Revista Brasileira de Ciências Sociais - Belo Horizonte - UFMG - vol. III, nº 2 - jul/1963.

taxa fixa de câmbio. (25)

Assim, as carnes bovinas sofreram substancial redução nas quantidades exportadas, principalmente as carnes em conserva; as congeladas, devido às secas no Brasil Central - em 1952-1953, conseguiram colocar quantidades elevadas no mercado nacional nestes anos. No entanto, ao longo do período, as cotações da tonelada exportada para a carne bovina congelada tiveram comportamento medíocre, não acompanhando a subida dos preços internos, adaptando-se à situação de perda dos mercados internacionais: lembremos que, no período anterior, as cotações estavam em nível bastante elevado (ver, para as quantidades, Quadro A.25 e, para os preços, Quadro A.10 do Anexo Estatístico).

O charque sofreu grandes oscilações na quantidade exportada nesse período: teve-a diminuída até 1951, aumentando-a subitamente em 1952 e sofrendo nova redução daí até 1956. Porém, em relação ao período anterior, aumentou a média anual exportada: 35.900 t. Os altos níveis de 1952-1953 seriam explicados pelas secas no Brasil Central nesses dois anos, que teriam prejudicado os demais produtores. O crescimento dos preços acima do nível geral de preços, embora as reduções na tonelagem exportada, indicam a pressão pelo lado dos custos a que estavam submetidas as charqueadas, que são em momentos excepcionais, como o relatado, conseguiram superar a concorrência (ver, para as quantidades, Quadro A.27 e, para os preços, Quadro A.10 do Anexo Estatístico).

Os mercados do charque continuavam os mesmos: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Nós temos as médias anuais de abates de bovinos, por quinquênio, desde 1941 (ver Quadro 10). Examinando esses dados verificamos que os abates passaram de um índice 100 em

(25) Para uma análise da política econômica desse período, particularmente sua influência no comércio externo brasileiro, ver:

MALAN, P.; BONELLI, R.; ABREU, M. e PEREIRA, J.E. - Política Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952 - Rio de Janeiro - IPEA - 1977.

ABATE DE BOVINOS POR QUINQUÊNIOS - RGS

ANOS	CONSUMO PÚBLICO (A)			CHARQUE (B)			FRIOS E CONSERVAS (C)			TOTAL (D)	
	Abate (1000 cab)	Índice	% sobre total	Abate (1000 cab)	Índice	% sobre total	Abate (1000 cab)	Índice	% sobre total	Abate (1000 cab)	Índice
1941/45	420	100	41%	290	100	28%	310	100	31%	1.020	100
1946/50	510	121	52%	280	97	29%	180	58	19%	970	95
1951/55	660	157	58%	370	128	32%	110	35	10%	1.140	112
1956/60	710	169	67%	210	72	20%	140	45	13%	1.060	104
1961/65	670	160	64%	170	59	16%	210	68	20%	1.050	103

FORTE: PLANISUL

EXTRAÍDO DE: ESTUDOS BANMÉRClO - *op. cit.* - p.110

1941-1945, para um índice 95 em 1946-1950, refletindo a perda dos mercados externos neste quinquênio, e para um índice 112 em 1951-1955, graças aos anos excepcionais de 1952-1953. A exceção destes dois anos, o aumento dos preços para o novilho em pé, de que temos dados a partir de 1944, refletindo os menores abates em relação ao período anterior, não acompanhou a elevação do nível geral de preços (ver Quadro 11).

É importante apontarmos as mudanças estruturais ocorridas nos abates: nos quinquênios de 1946-1950 e 1951-1955, cresceram os abates para abastecimento do mercado local (do Rio Grande do Sul), de tal maneira que passaram de 41% dos abates totais, em 1941-1945, para 52%, em 1946-1950, e para 58%, em 1951-1955; os abates para charque e carnes frigorificadas e em conserva tiveram diminuição absoluta em seu número, durante 1946-1950, em relação à 1941-1945, tendência que é revertida no período seguinte, embora a participação relativa - continuasse a cair para as carnes frigorificadas e em conserva; essa reversão de comportamento entre os dois quinquênios foi possibilitada pela já mencionada ocorrência de fortes secas na região do Brasil Central, o que aumentou a demanda de produtos sulinos de origem animal (ver Quadro 11).

É nossa hipótese que o aumento dos abates para abastecimento interno refletiram duas classes de fenômenos: a crescente urbanização do Rio Grande do Sul, que aumentava a demanda de carne verde, e a melhoria do piso salarial para a classe trabalhadora, ocorrida no início da década de 1950, que também proporcionou um aumento na demanda.

No período manifestou-se de maneira mais clara, a tendência à perda de posição relativa da bovinocultura gaúcha de corte frente à nacional. O primeiro indicador foi o próprio crescimento do rebanho bovino gaúcho, a taxas bem mais -

Quadro 11

PREÇOS PARA PECUÁRIA DE CORTE E COMPARAÇÃO COM O ÍNDICE
GERAL DE PREÇOS (1944-1975)

ANOS	I.G.P. (1) (base: 1953=100)	NOVILHO EM PÉ (2)	(2)/(1)
1944	35	38	108
1945	41	38	92
1946	47	40	85
1947	53	51	96
1948	56	56	100
1949	60	57	95
1950	67	57	85
1951	78	74	94
1952	87	78	89
1953	100	100	100
1954	127	138	108
1955	148	170	114
1956	177	186	105
1957	202	220	108
1958	229	232	101
1959	316	321	101
1960	407	723	177
1961	559	936	167
1962	848	1127	132
1963	1487	2127	143
1964	2832	3744	132
1965	4442	6319	142
1966	6126	8510	138
1967	7865	8787	111
1968	9770	9638	98
1969	11798	14042	119
1970	14133	21276	150
1971	17021	29787	175
1972	19909	38085	191
1973	22920	57659	251
1974	29495	73191	248
1975	37668	58723	155

FONTE:

(1) Coluna 2 de Conjuntura Econômica - Índice Geral de Preços - FC

(2) Instituto Sul Rio Grandense de Carnes - Preços médios anuais, pagos por kg, ao nível do produtor.

baixas do que o nacional: entre 1940 e 1955, cresceu 9% e o nacional 86%; o segundo indicador foi que o Rio Grande do Sul tinha 21% da produção de carne bovina no Brasil em 1946 e apenas 17% em 1955. (26)

Esta diminuição da importância relativa da produção de carnes sulina estava vinculada ao esquema de abastecimento de carnes para o Centro-Sul, principalmente para São Paulo: os estados de Minas, Goiás e Mato Grosso exportavam gado em pé para os frigoríficos localizados junto a este grande centro consumidor, de tal maneira que a carne ali era apenas resfriada, eliminando uma possível oferta - concorrente sulina de carne congelada, que não detinha a preferência dos consumidores frente ao produto resfriado .

A lã teve um período extremamente favorável, com significativo aumento da quantidade exportada, que cresceu da média anual de 10.800 t no período anterior, para 20.400 t neste. Além disso, as cotações tiveram um comportamento de nitida alta (ver, para as quantidades, Quadro A.28 e, para os preços, Quadro A.10 do Anexo Estatístico).

Vejamos os motivos de tal comportamento. Em primeiro lugar, baixaram significativamente as importações de lã em fio e de lã bruta em 1952-1956. Em segundo lugar, a anormal quantidade de 32.300 t, em 1953, se deveu às compras de lã pelo Japão: nesse ano, os mercados internacionais tiveram uma participação de 39% no valor total exportado. Em 1954 e 1955, as participações seriam de 15% e 20%, respectivamente. Os principais mercados nacionais continuavam sendo São Paulo e Rio de Janeiro.

Tal comportamento das exportações de lã refletiu - se no crescimento do rebanho ovino, que aumentou cerca de 25% entre 1945-1955, enquanto que a produção de lã aumentava de 32% no mesmo período (ver Quadro 9).

(26) ESTUDOS BANMERCIO - op. cit. - p.72

Esse foi um período de grande dinamismo para as Lavouras Empresariais do trigo e do arroz, consolidando a cessão de terras antes ocupadas pela pecuária - seja por venda, seja por arrendamento - a essas lavouras. Naturalmente, alguns pecuaristas, aproveitando as facilidades de crédito, também se transformaram em empresários, explorando, eles próprios, toda ou parte de suas propriedades.

Assim, para o conjunto dos antigos pecuaristas, o excedente monetário concentrado em suas mãos deve ter continuado elevado. A terra, agora em acentuado processo de valorização, continuava uma das aplicações tradicionais para os maiores pecuaristas, da mesma forma a crescente aquisição de animais puro-sangue para aumentar a qualidade do rebanho (ver nota 24). A generalização de instalações padrões nas grandes estâncias, como poteiros e banheiros sanitários, representaram uma intensificação relativa em capital da pecuária sulina frente a atividade criatória nas demais regiões. Existem indicações de que parte significativa desse excedente tenha se dirigido para aplicações urbanas, em imóveis e mesmo incipientes aplicações no mercado financeiro. (27)

O período 1956-1965

O Rio Grande do Sul continuou a perder posição na produção brasileira de carnes bovinas: de 17% da produção nacional, em 1955, diminuiu para 15%, em 1965. (28) O rebanho bovino gaúcho cresceu cerca de 20%, entre 1955-1965, a maior taxa dentro de nosso período de estudo, inferior entretanto, à do rebanho nacional.

A partir de 1955, o declínio das exportações de café e algodão permitiu que terras antes ocupadas por essas culturas fossem transferidas para a pecuária nos estados de São Pau

(27)As aplicações imobiliárias proporcionaram a Porto Alegre, durante vários anos, o maior índice de construção das principais capitais do país, ainda que não tivesse a mais alta taxa de incremento demográfico. Conforme: ACCURSO, C; CANDAL, A. e VERAS, A. - op. cit. - p.35

(28)ESTUDOS BANMERCIO - op. cit. - p.72

lo, Minas e Goiás, que passaram a abastecer de carne bovina todo o mercado do Centro-Sul, inclusive a cidade do Rio de Janeiro, praticamente afastando o Rio Grande do Sul do mercado nacional.⁽²⁹⁾

No entanto, este foi um período bastante favorável à Pecuária Tradicional devido ao comportamento das exportações internacionais de carnes frigorificadas. As exportações de carnes bovinas, a partir de 1960, estão incluídas nas divisões IV.10, "Carnes Frescas, Frigorificadas ou Congeladas" e IV.12, "Conservas e Preparações de Carnes".⁽³⁰⁾ Nessas divisões, ao lado das bovinas, comparecem os demais tipos de carnes. Mesmo assim, a predominância das carnes bovinas era tal que permitia identificá-las com as respectivas divisões. As quantidades exportadas parecem ter aumentado, ao longo do período, exceção feita para os anos 1959-1960, quando se registraram reduções significativas, para as carnes congeladas; as carnes em conserva aumentaram até 1964 e diminuíram cerca de 50% daí ao final do período. Os preços reais estiveram ascendentes ao longo do período (ver, para as quantidades, Quadro A.25 e A.26 e, para os preços, Quadro A.11 do Anexo Estatístico).

O mercado internacional, tradicionalmente o mais importante para as carnes gaúchas, teve seu acesso restringido devido à política de contingenciamento das exportações entre 1960-1964, com o intuito de manter baixos os preços e satisfatório o abastecimento interno.

Apesar disso, as carnes frigorificadas duplicaram sua participação relativa nos abates entre os quinquênios de 1951-1955 e 1961-1965, atingindo a participação de 20% neste último. Porém, a média anual dos abates totais diminuiu nos dois quinquênios do período agora estudado, em relação

(29) SINGER, P. - *op.cit.* - p.117

(30) Uma divisão inclui vários produtos afins. Conforme: IBGE - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Rio de Janeiro - IBGE - 1969

ao quinquênio 1951-1955, significando uma diminuição da taxa de desfrute que tentaremos adiante explicar (ver Quadro 10).

O comportamento dos preços do novilho em pé, ao nível do produtor, é que caracterizou o período favorável: aumentos superiores à elevação do nível geral de preços, ao longo de todo período, principalmente na década de 1960, como consequência do aumento do preço em dólares da tonelada exportada (ver Quadro 11).

Como este foi um período de forte inflação, e dada a importância da carne na dieta das classes urbanas, o governo, através de tabelamentos e contingenciamento das exportações, tentou impedir que a subida dos preços externos se transmitisse aos internos. Começou a se esboçar uma redivisão regional do mercado da carne, ficando com os pecuaristas gaúchos o quinhão do mercado internacional e aos demais, o abastecimento do mercado interno, que seria consolidada no período seguinte (ver Quadro 12).

Este período acentuaria a derrocada do charque como opção na produção de carnes industrializadas gaúchas, não só pelo aumento dos custos de produção, devido aos crescentes preços do boi gordo, mas também pela melhoria, a nível nacional, do sistema de distribuição de carnes, permitindo crescente consumo de carne verde ou frigorificada. Assim, enquanto o charque demandava 32% dos abates, em 1951-1955, essa participação foi reduzida para 16%, em 1961-1965 (ver Quadro 10).

No entanto, um fato intrigante foi a diminuição da taxa de desfrute do rebanho gaúcho, principalmente na década de 1960, quando seria de se esperar um aumento motivado pelos bons preços. Afastemos, de imediato, a hipótese de uma decadência zootécnica do rebanho. Como, então, explicá-lo? Acreditamos que parte da resposta deve ser procurada num fenômeno

Quadro 12

EXPORTAÇÃO DE CARNES BOVINAS: 1962-1972

<u>Anos</u>	(1) <u>Brasil (t)</u>	(2) <u>Rio Grande do Sul (t)</u>	(3) <u>US\$/t</u>
1962	23.654	19.737	421,35
1963	18.857	13.986	402,80
1964	26.626	25.100	608,60
1965	53.354	43.499	679,62
1966	53.006	34.858	621,96
1967	19.378	15.451	580,72
1968	58.874	44.401	514,09
1969	93.942	63.721	536,95
1970	114.862	54.005	707,47
1971	123.119	68.516	1.112,29
1972	191.771	89.655	1.087,25

FONTES: (1) CACEX;

(2) FEE, estando incluídas carnes não-bovinas;

(3) CACEX, somente carne congelada e resfriada

As colunas (1) e (3) foram retiradas de CROCOMO, C.R.

Análise Econométrica do Crescimento Ponderal de Gado Bovino -
Piracicaba - Dissertação de Mestrado - E.S.A.L.Q/USP - 1973

muito próprio ao Rio Grande do Sul, e que teria se intensificado nesse período: o contrabando de gado em pé.⁽³¹⁾ Por estarem as grandes estâncias na zona da fronteira com o Uruguai e Argentina, inclusive com terras contínuas em território nacional e platino, é facilitado o trânsito de animais entre os três países. Quando existia contingenciamento das exportações ou taxas cambiais mais favoráveis do lado platino, o trânsito aumentava. Adicione-se, aos dois fatores apontados, que no território platino existia a tipificação de carcaças, inexistente no Brasil, e que era extremamente conveniente ao gado gaúcho.

A diminuição da taxa de desfrute se torna paradoxal, comparada com o forte aumento no abate de matrizes na década de 1960: por volta de 37% das reses abatidas em 1961-1965.⁽³²⁾ Sabido que o abate de matrizes só é efetuado quando não existe disponibilidade de novilhos gordos, é uma indicação a mais do contrabando, não contabilizado nas estatísticas oficiais...

Outro fator explicativo para a baixa taxa de desfrute foi a política de preços pagos pelo boi em pé, determinada pelos frigoríficos, e que remunerava melhor a unidade de peso dos animais mais pesados, fazendo com que os criadores postergassem ao máximo a venda do gado gordo.

A lã continuou tendo aumentado o volume exportado: de uma média anual de 20.400 t, no período anterior, passou para 28.600 t, neste. A lã foi outro produto que registrou consideráveis flutuações nas quantidades exportadas. Os anos

(31) Referências ao contrabando são encontradas em:

PEBAYLE, R. - op. cit. - cap. II, e,

INCRA - op. cit. - vol. 2 - p. 215

(32) Entre 1940-1960, as matrizes eram, em média, 30% das reses abatidas por ano. Conforme:

ESTUDOS BANMÉRICO - op. cit. - p.111

piores foram 1960-1962, paradoxalmente com melhores preços reais. Tal fato sō pode ser explicado pelo contrabando, para o Uruguai, onde certamente o preço de lã deveria estar mais compensador. Devido à política de contingenciamento, nesses anos não ocorreram exportações internacionais desse produto. Com o contingenciamento, certamente o contrabando ocorreu em grande escala. Nos demais anos, os preços cresceram abaixo da inflação, mas devemos lembrar o alto nível do preço-base, em 1956, para relativizar essa queda (ver, para as quantidades, Quadro A.28 e, para os preços, Quadro A.11. do Anexo Estatístico).

Os mercados internacionais foram significativos - em 1959 e em 1964-1967; inclusive, nesses últimos anos foram mais importantes do que as nacionais, indicando tanto a crescente substituição dos fios naturais pelos sintéticos quanto a crise pela qual passava a têxtil nacional.

Qual o destino do excedente gerado neste período dentro da Pecuária Tradicional? O grande crescimento do rebanho (em termos regionais) estaria também refletindo a crise das Lavouras Empresariais, principalmente a tritícola, quando parte das terras anteriormente cedidas reverteram novamente à pecuária. Assim, deve ter havido elevada aquisição de gado platino (novilhos), estimulada pelos bons preços internacionais para a carne. Esta aquisição pode ter se dado de forma legal ou através de contrabando: nesse caso o gado gordo teria trânsito norte-sul e os novilhos o oposto.

Além disso, como o período foi fortemente inflacionário, as aplicações em terras, que sempre funcionam como reserva de valor, devem ter aumentado. No entanto, devido ao alto preço da terra no estado e à nova divisão regional do abastecimento nacional de carnes, as aplicações em terras procuraram a frente de expansão da pecuária nacional: Mato Grosso, Goiás, Maranhão, etc.

O período 1966-1975

É nesse período, nos anos de 1971-1973, que se registrou o maior auge da Pecuária Tradicional no pós-guerra, e, ao mesmo tempo, se agudizou sua crise.

O período caracterizou-se pelo aumento das exportações de carnes para o mercado internacional. As carnes congeladas (divisão IV.10) tornaram-se o principal produto gaúcho de exportação, graças à crescente demanda do mercado internacional até 1973; após, com as restrições impostas pelo Mercado Comum Europeu aos seus membros, as exportações de carnes gaúchas foram rapidamente reduzidas. Com os dados para a divisão IV.10 são estavam disponíveis até 1972, tivemos que indicar o movimento geral das exportações internacionais de carnes gaúchas - com os dados da seção IV.1, "Produtos de Matadouro e Caça" (33).

EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS DE PRODUTOS DE MATADOURO E CAÇA, 1966-1975

(em toneladas)

1966 34.858	1972 89.655
1967 15.451	1973 75.330
1968 44.401	1974 38.081
1969 63.721	1975 33.963
1970 54.005	
1971 68.516	

Das 335.749 t exportadas de "Produtos de Matadouro e Caça", entre 1967-1972, 226.751 t eram carnes congeladas. Foi o comportamento extremamente favorável dos preços externos, coincidindo com a disposição governamental de incentivar as exportações de carnes, que ocasionou esse rápido "boom" da produção de carnes no Rio Grande do Sul.

(33) A seção agrega diversas divisões como, no caso, carnes - congeladas, secas, em conserva e extratos de carne.

Com as medidas restritivas do Mercado Comum Europeu, houve queda dos preços internacionais e conseqüente queda dos preços internos. A partir daí, a crise estrutural da Pecuária Tradicional se agudizou.

O rebanho bovino gaúcho cresceu aproximadamente 12% e os abates 7%, entre 1965-1975. Porém, tanto o rebanho quanto os abates cresceram em números absolutos apenas até 1973, diminuindo a partir daí. Note-se que os abates cresceram à frente do rebanho, até 1973, mas a partir daí foram reduzidos em proporção superior a do rebanho, resultando o crescimento menor entre os anos extremos.

Um produto que entrou em recessão nesse período foi a lã, que, em 1972, tinha quantidade exportada cerca de 1/3 inferior à de 1966. A lã sofreu no mercado interno a concorrência continuada e crescente dos fios sintéticos e no externo, em menor grau, a de outros produtores. Assim, entre 1966-1970, o volume anual médio exportado para o mercado internacional foi de 18.900 t e, entre 1971-1975, foi de 17.300 t. Foi fundamental, então, a drástica substituição da lã por fios sintéticos, efetivada pela têxtil nacional, ao longo da década de 1960 e continuada no início dos setenta.

O comportamento das exportações de lã ocasionou produção estagnada, com termos de troca desfavoráveis, o que, além de explicar a redução do rebanho na presente década, impediu efeitos compensatórios por parte da ovinocultura à crise da bovinocultura de corte, após 1973..

O contrabando que teria funcionado em períodos anteriores como fator compensatório, a partir de 1968, devido aos problemas econômicos uruguaios, teria ocorrido no sentido Uruguai-Rio Grande do Sul. Acreditamos que este fato ajude a explicar a tendência ao aumento da taxa de desfrute nos anos setenta.

Houve pequeno aumento de produtividade da bovinocultura no período. Porém, cálculos realizados pela CEPA indicaram que as inovações tecnológicas que permitiram esse aumento atingiram apenas a 3% do rebanho gaúcho, parcela essa que possui uma taxa média de desfrute de 2,5 vezes superior à do restante do rebanho.⁽³⁴⁾ Assim, melhorias tecnológicas não foram adotadas generalizadamente pela Pecuária Tradicional e o motivo foi financeiro: como já mostramos, ao procurar maximizar uma massa de excedente monetário, para manter as margens brutas de lucro da atividade, o pecuarista não adota tecnologia mais intensiva em capital (como vimos na maximização do "lucro mercantil").

Historicamente, as grandes inovações da Pecuária Tradicional, quais sejam: a introdução do rebanho ovino, a introdução de raças européias e a introdução de poteiros e banheiros carrapaticidas para o rebanho bovino, não exigiram dispêndios monetários elevados. Da mesma forma, a introdução do sistema Voisin de rotação de pastagens, a partir de 1968, que proporcionava uma elevação extraordinária da lotação de animais por ha, também não exigia elevados investimentos dos proprietários inovadores; é importante notar, porém, que os pequenos e médios pecuaristas, embora seja baixo o dispêndio de capital requerido por essa inovação, não conseguiram introduzi-la indicando de forma clara a pressão a que estavam submetidos seus lucros, mesmo num momento de auge.⁽³⁵⁾ São esses pecuaristas menores que, mesmo durante o auge tiveram que arrendar terras, na Campanha, para o arroz, para o trigo/soja e para os grandes pecuaristas.

Assim, o problema atual da Pecuária Tradicional é o de como poderá se renovar tecnicamente, uma vez que o crescimento extensivo é incompatível com as novas estruturas fundiárias e novas condições do comércio internacional com que se defronta.

(34) CEPA - Anotações sobre o Comportamento do Setor Agrícola (1965/1967-1973/1975) - Porto Alegre - Secretaria da Agricultura do RS - 1978 - parte referente à Pecuária Animal.

(35) PEBAYLE, R - op. cit. - p.151

Não será fácil para a Pecuária Tradicional sair da crise atual, a menos que sejam radicalmente transformadas as condições agora imperantes no mercado internacional, pois seu problema é regional e não nacional, onde a frente de expansão está sendo ocupada por uma pecuária extensiva, de custos mais baixos do que uma pecuária gaúcha que se tornasse mais intensiva.

Até a agudização da crise, o objetivo dos grandes pecuaristas era continuar à frente de uma grande estância, utilizando vários métodos para isso: a exploração indivisa das terras, pelos herdeiros, para evitar a pulverização fundiária, arrendamento de pastagens dos proprietários menores e constituição de empresas rurais grupando diversos estancieiros. A coincidência da crise pecuária com o "boom" da Lavoura Empresarial ofereceu aos pecuaristas uma alternativa à estagnação econômica: a sua transformação em rentistas, usufruindo do poder de monopólio concentrado em suas mãos, uma vez que possuem a quase totalidade das terras propícias às Lavouras Empresariais.

O dinamismo destas, representando a penetração e consolidação do capitalismo no campo gaúcho, teve como consequência um intenso processo de capitalização da terra, que lhe elevou sobremodo o preço, que passou, de um índice 100, em 1966, para um índice 1.190, para as terras destinadas à lavoura, e 1.186, para os campos, no 1º semestre de 1974 (enquanto que o Índice Geral de Preços passava do índice 100 para 487); além disso, os preços absolutos por hectare, são dos mais elevados do país, juntamente com Paraná e São Paulo.⁽³⁶⁾ Com isso, os preços dos arrendamentos subiram no mesmo período, do índice 100 para 1.195, para as lavouras.⁽³⁷⁾

(36) FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Conjuntura Econômica - Rio de Janeiro - Ed. FGV - dez/74 - p.100

(37) *Idem* - p.99

Temos que salientar que a proporção arrendamento/preço da terra, no Rio Grande do Sul, era das menores do Brasil, mais ^{um} indicador da intensa capitalização da terra no campo gaúcho.⁽³⁸⁾

Concluindo, apesar da transformação de alguns pecuaristas em empresários, como já tinha sucedido na penetração do trigo no Planalto Médio e na zona Missioneira, a transformação dos "donos dos pampas" é no sentido de se tornarem proprietários capitalistas de terras, em virtude da grande possibilidade de transformação do sobretrabalho na Lavoura Empresarial, que tem maior valor de produção/ha, em renda da terra.

(38) No 2º semestre de 1975 a relação arrendamento/preço da terra estava em torno a 6% no Rio Grande do Sul. Conforme FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Conjuntura Econômica - Rio de Janeiro - Ed.FGV - jul/77 - pp.101-102.

IV. A AGROPECUÁRIA COLONIAL

Por Agropecuária Colonial estamos denominando as atividades agrícolas que surgiram nas zonas de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Não pretendemos fazer um histórico prévio da colonização, por julgá-lo suficientemente realizado por outros autores.⁽¹⁾ Salientaremos apenas algumas características relevantes dessa atividade econômica a exemplo do que já fizemos com a Pecuária Tradicional.

Durante a primeira metade do século XIX, com o intuito de povoar um imenso território e pela perspectiva de eliminação da mão-de-obra escrava, pela pressão inglesa, o próprio Governo Imperial resolveu incentivar a colonização, baseada na pequena propriedade e no trabalho livre. Porém, os interesses da grande propriedade agrária escravista se opunham à empresa colonizadora. Assim, as primeiras tentativas de estabelecimento de colônias se localizaram fora do caminho de expansão da empresa escravista, principalmente da empresa escravista cafeeira, a mais dinâmica da época. A colonização foi iniciada, no Rio Grande do Sul, numa área distante também dos interesses da pecuária, em áreas de floresta que interessavam ao Império povoar e desenvolver para facilitar as comunicações terrestres com o extremo-sul. Estabeleceram-se inicialmente na região de São Leopoldo e nas margens dos rios Caí, Taquari, Jacuí e Rio Pardo, região hoje denominada Colônia Velha e, após, expandiram-se rumo ao noroeste do estado, região hoje chamada Colônia Nova.⁽²⁾

Ambas as zonas coloniais tiveram como diretriz a instalação de pequenas propriedades rurais, sem o uso do trabalho escravo. Toda a colonização italiana e a maior parte da

(1) Para o histórico da colonização ver os capítulos V a VIII, além da completa lista bibliográfica, de PEBAYLE, R. - op. cit.

(2) NOGUEIRA, A.R. e HUTTER, L.M. - A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - GARATUJA/DAC-SEC - 1975 - cap. IV

colonização alemã realizou-se sob a Lei de Terras de 1850, que institucionalizou, a nível jurídico-político, a propriedade privada da terra. Os primeiros colonos alemães receberam - graciosamente 77 ha de terras, por família; porém, a partir de 1850 ficou proibida a aquisição de terras devolutas por outra forma que não fosse a da compra. Assim, os demais imigrantes tiveram que comprar seu lote colonial, obrigando - se desde logo com a produção de um excedente monetário para resgatar a dívida. É por essa época que começaram a surgir as primeiras colônias fundadas pela iniciativa privada, já que até então a iniciativa era governamental, seja através do Governo Imperial ou do Governo Provincial.

A possibilidade de realização de um excedente monetário por parte das colônias, viu-se viabilizada, em primeiro lugar, pela expansão urbana de Porto Alegre, a partir de 1860, em consequência dos próprios laços econômicos dessa cidade com a zona colonial, da qual é entreposto comercial; em segundo lugar, a partir de 1860, aproximadamente, as colônias passaram a produzir um excedente físico passível de ser exportado para outras Províncias. É hipótese de Paul Singer que essas exportações tenham sido estimuladas pela - expansão, a partir de 1870, do complexo cafeeiro capitalista em São Paulo, que em seus primeiros momentos foi importador de alimentos simples. (3) Parece-nos mais provável, em face dos precários meios de transporte da época, que essas exportações tenham se destinado à cidade do Rio de Janeiro, com a qual Porto Alegre e Rio Grande tinham comunicação - mais frequente, devido às exportações de charque. Além disso, mesmo na última década do século XIX, os excedentes exportados eram menores do que as importações cariocas do ex

(3) SINGER, P. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana - São Paulo - Editora Nacional - 1974 - cap.4 - p.169.

terior: a base agrícola ainda era muito limitada no Rio Grande do Sul. Não teriam havido, dessa maneira, estímulos maiores às colônias gaúchas com a expansão inicial do café em São Paulo, que se abastecia de alimentos simples no exterior. Tanto deve ter sido verdade, que as colônias gaúchas passaram imediatamente a se especializar em algum produto comercial viável, como o fumo e a banha, abandonando a diversificação inicial. Não conseguindo articular-se dinamicamente com São Paulo até o início do século, teriam uma posterior articulação prejudicada pela constituição, em São Paulo, por volta de 1905, de um setor agrícola produtor de alimentos simples, cabendo ao extremo-sul fornecer a esse mercado apenas a banha, em quantidades significativas, até a crise de 1929, além de outros produtos, em quantidades menos significativas. (4)

Examinemos a atividade produtiva. Os núcleos coloniais formaram comunidades camponesas, e como tais devemos assinalar algumas de suas características: 1) a propriedade familiar era a unidade básica de produção e consumo; 2) o cultivo da terra provia a maior parte das necessidades de consumo da família; 3) a reprodução da unidade camponesa se dava de forma extensiva, isto é, reproduzindo-se sem alterações em seu processo produtivo, sobre uma área territorial mais extensa do que a inicial; 4) o camponês, ao lado da propriedade da terra, detinha a posse dos meios de produção; 5) o camponês estava subordinado às formas mais capitalistas de produção. (5)

A produção era basicamente uma produção de pequenos proprietários, que a partir do trabalho familiar provia a maior parte das necessidades do consumo imediato e tentava produzir um excedente físico que pudesse ser comercializado para cobrir as necessidades suplementares. Nesse contexto, sempre que possível, além da produção para subsistência, tentavam a produção de um produto de alto valor comercial que pudesse ser realiza-

(4) CANO, W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo - São Paulo - DIFEL - 1977 - p.114.

(5) Para a caracterização das zonas de colonização como camponesas, ver: SEYFERTH, G. - A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim - Porto Alegre - Ed. Movimento - 1974, bem como,

TAVARES DOS SANTOS, J.V. - Colonos do Vinho - São Paulo - Dissertação de Mestrado em Sociologia - USP - 1977.

do no mercado, suprindo as necessidades suplementares e promovendo uma poupança. Como a propriedade da terra era essencial para a subsistência familiar, toda a poupança colonial revertia prioritariamente para a compra de mais terras, seja para os filhos, seja para melhorar os rendimentos da exploração familiar. Raymond Pebayle percebeu com clareza essa compulsão por novas terras:

"Na realidade, os colonos também adquiriram o hábito bem sul-americano de investir fora de suas propriedades suas magras rendas. Os Italianos isolados apreciavam particularmente os empréstimos usurários. Os Alemães mais isolados compravam um jipe ou uma camioneta. Mas todos colocavam, em primeiro lugar, suas economias na aquisição de terras. Para as crianças, diziam.."(6)

A citação acima mostra também a consciência do camponês em relação a sua subordinação econômica. A subordinação do camponês às formas mais capitalistas de produção, nos primeiros tempos da colonização e até hoje nas áreas menos integradas, se dava de forma indireta, por intermédio do capital comercial. Eram as "lojas" ou "vendas" coloniais os agentes das trocas nas colônias. Os comerciantes tinham uma posição de superioridade - em relação aos demais camponeses por possuir o controle dos meios de transporte entre a colônia e os centros consumidores e distribuidores, como Porto Alegre, por exemplo. Daí o esforço do camponês para se tornar "camioneiro", ter o seu próprio meio de transporte e se transformar também em intermediário, subindo na escala social.

O mecanismo das trocas nas colônias era a permuta, a troca em espécie, pelo qual os colonos trocavam seus excedentes físicos pelos bens que necessitavam. A grande diferença entre os preços pagos em Porto Alegre e os preços contabilizados nas permutas dos produtos coloniais foram a origem da acumulação -

(6) PEBAYLE, R. - op. cit. - p.330

de capital monetário nas mãos dos comerciantes. Por exemplo, em 1925, nas Colônias Novas, os preços creditados pelos comerciantes aos produtores eram cerca de 60% dos preços desses mesmos produtos em Porto Alegre. (7)

Embora não esteja nos propósitos deste trabalho realizar uma investigação das origens da indústria no Rio Grande do Sul, para entendermos sua estrutura atual devemos ter em conta o papel que exerceram, em sua configuração de pequeno e médio tamanho, o capital comercial e a falta de uma mão-de-obra livre. Do capital comercial foi que se originaram as principais indústrias do Rio Grande do Sul. (8) No entanto, o excedente captado por esse capital comercial nas colônias era extremamente atomizado, por ter dimensões locais e por ser geralmente subordinado ao comércio atacadista de um centro urbano maior, como Porto Alegre. Apenas o comerciante atacadista ou ligado ao comércio importador teria condições para implantar alguma indústria de maior porte, como efetivamente ocorreu em alguns casos. A falta de mão-de-obra livre, no caso livre de seus meios de produção, principalmente a terra, para ser empregada como assalariada pelo capital industrial, certamente deve ter reduzido em muito as oportunidades de diversificação industrial, pois o camponês só seria afastado de seu lote colonial por salários relativamente atraentes, dificultando a concorrência da nova indústria com os produtos similares, sejam estrangeiros, sejam de outras regiões do país. Efetivamente, segundo o Censo de 1920, os salários médios dos adultos masculinos no Rio Grande do Sul eram mais elevados dos que os do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e do que a média do Brasil, em diversos ramos e profissões da indústria de transformação dos quais destacamos os seguintes: indústria têxtil, indústria metalúrgica - (ofícios de fundidor e torneiro) e indústria de calçados (ofí

(7) ROCHE, J: - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Ed. Globo - 1969 - 2 volumes - p.408

(8) Para as origens do capital industrial, ver: ROCHE, J. - op. cit. - cap. VIII

DELHAES, G. von - Industrialisierung in Sudbrasilien - Germany - Verlag - 1973

cio de acabador); além disso, tinha salários apenas inferiores aos da Guanabara na indústria de produtos alimentares. Podemos concluir que o Rio Grande do Sul era um estado com elevados salários médios na indústria de transformação, ainda em 1919. (9)

O desenvolvimento capitalista subordinou posteriormente a produção camponesa, em casos de produtos como o fumo, suínos, vinho, etc., ao capital industrial, que, em alguns casos, passou a modificar, embora indiretamente, a esfera produtiva, tornando-se "organizador da produção".

No desenvolvimento agrícola recente, assumiram importância outros agentes econômicos, típicos do Rio Grande do Sul - as Cooperativas - que também subordinaram e organizaram a produção camponesa, mais uma vez de forma indireta. Porém, como veremos, as Cooperativas proporcionavam um salto qualitativo à economia camponesa, permitindo a evolução, de parte dela, para uma acentuada empresarização, através da especialização da produção, principalmente em soja, constituindo o que podemos chamar de empresas familiares mercantis.

A subordinação da produção camponesa ao capital é indireta. Em primeiro lugar, porque o capital não invade diretamente a esfera produtiva, mas a modifica pelo controle nas duas pontas do processo produtivo: o financiamento e a venda. Em segundo lugar, porque a produção e a expansão da produção camponesa não dependem da acumulação de capital em seu interior, mas sim da acumulação de capital

(9) Fonte: Censo de 1920, vol.V, 2a. parte, pp.XI a XVI apud CANO, W. - op. cit. - p.128.

no conjunto da economia. Ou seja, a produção camponesa se efetua fora das leis do capital.⁽¹⁰⁾

A permanência, até os dias de hoje, de uma produção camponesa em regiões do Rio Grande do Sul, reflete o ainda re-
lativamente fraco desenvolvimento capitalista do campo gaúcho. Isso não deve ser entendido como um obstáculo à acumulação de capital a nível global. Formas pré-capitalistas, como a economia camponesa, mantêm relações contraditórias com o capital que as subordina. Por um lado, permitem uma acumulação de ca-
pital mais rápida nos centros dinâmicos, ao suprir boa parte do abastecimento alimentar e de determinadas matérias-primas. Assim, uma parte do custo de reprodução global do sistema se efetua em um setor fora das leis do capital, particularmen-
te no caso do custo de reprodução da força de trabalho urba-
no-industrial. Por se realizar fora das leis do capital, a produção camponesa não objetiva uma taxa de lucro média, como a produção capitalista, permitindo que os preços de seus produtos sejam relativamente baixos (baixos em relação aos preços industriais), mesmo se considerando a intermediação do capital comercial. Por outro lado, restringem a adoção de formas mais capitalizadas de produção na agricultura, que permitiriam uma substancial elevação da produtividade do tra-
balho a nível da sociedade, ampliando a base da acumulação de capital, por entrar em choque - através de um novo custo de reprodução global - com a distribuição atual dos lucros no interior do sistema. Nesse sentido, as formas pré-capitalistas são um obstáculo à disseminação de formas mais avançadas de produção no campo, que seriam as únicas, como processo, que permitiriam uma redução no custo de reprodução global do sistema e a resolução de problemas como normalização do abas-
tecimento alimentar urbano, suprimento regular de matérias-primas, etc.⁽¹¹⁾

{ 10 } SILVA, S. - "Formas de Acumulação e Desenvolvimento Capitalista no Campo" - Capital e Trabalho no Campo - São Paulo - HUCITEC - 1977 - p.9

{ 11 } Para a articulação entre formas pré-capitalistas de produção no campo e a acumulação de capital a nível global ver: SILVA, S. - op. cit. - e, do mesmo autor,

"Agricultura e Capitalismo no Brasil" - Contexto - São Paulo - HUCITEC - nº 1 - nov/1976.

Vejamos agora a análise periodizada das principais séries agrícolas para a Agropecuária Colonial. Advertimos que boa parte de sua produção era destinada ao auto-consumo, sem transitar - por nenhuma espécie de mercado, e, assim, daremos especial ênfase às séries dos produtos comercializados com vista à obtenção de um excedente monetário pelo colono.

O período de 1920-1940

No início da década de 1920, os principais produtos da Agropecuária Colonial eram o suíno tipo banha, a batata inglesa, o feijão, o fumo, a mandioca, o milho e a uva.

A Agropecuária Colonial, exceto para alguns produtos de sua lavoura, como a uva, o fumo e a batata inglesa, manteve uma situação estacionária ao longo do período.

A mudança no padrão nacional de acumulação, no início dos anos de 1930, que teve como consequência o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para os setores urbano-industriais, só veio se refletir sobre a demanda dos dois principais produtos de transformação industrial da lavoura colonial, o fumo e a uva; a banha, que também teve sua demanda aumentada, até meados dos anos de 1930, estava atravessando profunda crise em 1940, o que deve ter se refletido nas baixas de crescimento do rebanho suíno entre os anos extremos.

Na década de 1930, os produtores tentaram se defender da tradicional dependência do capital comercial através da formação de Cooperativas: existiam 296 Cooperativas no Rio Grande do Sul, em 1939, sendo que 235 delas foram fundadas nesta década. (12)

(12) Por exemplo, foram fundadas 60 Cooperativas viti-vinícolas, 22 de fumo e 17 para a banha. Conforme: PIMENTEL, F. - op. cit. - p. 260

Os chamados produtos de subsistência da lavoura colonial, batata, feijão, mandioca e milho tiveram comportamento medíocre, com exceção da batata, mas possivelmente o comportamento desta, em 1940, está distorcido pela excepcional colocação desse produto no mercado paulista, em 1939.

Ora, esse comportamento da Agropecuária Colonial refletiu apenas o comportamento da economia gaúcha, seu principal mercado. A economia regional teve comportamento medíocre, entre 1920-1940. Lembremos da crise da Pecuária Tradicional e o apenas moderado crescimento industrial. O desempenho da economia sulina refletiu-se no baixo crescimento demográfico, entre 1920-1940, do principal centro urbano-industrial do estado, Porto Alegre, que cresceu a uma taxa geométrica de 2,2% ao ano, a menor registrada entre 1890-1970. (13)

Como consequência do fraco comportamento da produção, determinado pelo comportamento medíocre da economia regional, as lavouras coloniais diminuíram a participação relativa na produção nacional da maioria de seus produtos.

Ilustremos nossa análise com os quadros referente à evolução da área plantada, produção física, valor bruto da produção, exportações, produtividade física e participação na produção nacional dos principais produtos da Agropecuária Colonial.

EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS, 1920 - 1940 (14)

(base: 1920=100)

<u>Lavoura</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Valor Bruto da Produção</u> ^{a/}
Batata ingl.	138	163	248
Feijão	111	99	94
Fumo	197	215	532
Mandioca	103	52	64
Milho	90	63	64
Uva	213	200	178

(13) Para as taxas entre 1890-1960, ver: SINGER, P- op.cit. - p.180; para a taxa entre 1960-1970, ver: IBGE - Censo Demográfico, 1970

(14) Fonte: FEE (antigo Depto Estadual de Estatística) publicados em INCRA - op. cit. - Vol.II - pp.181-197

a/O valor bruto da produção foi deflacionado por um índice de preços da lavoura, calculado pelo INCRA, pelo critério de Laspeyres, para as 14 principais linhas de produção e tomando 1955 como ano-base. (15).

O quadro acima não mostra uma evolução gradual entre os anos extremos. Com efeito, o milho teve reduzida sua produção logo no primeiro quinquênio dos anos de 1920; o fumo, teve-a aumentada no segundo quinquênio dos anos de 1920; a mandioca teve-a diminuída ao longo da década de 1930; a uva e a batata tiveram-na aumentada no segundo quinquênio de 1930; o feijão teve aumentada a produção até 1936, em 20%, em relação ao ano de 1920 e, a partir daí, baixou.

O comportamento favorável do fumo e da uva pode ser melhor entendido ao analisarmos suas exportações, neste período.

O fumo em folha produto dirigido principalmente ao mercado nacional, embora os mercados internacionais também fossem relevantes, teve os volumes exportados aumentados na década de 1930, confirmando tendência iniciada já na década anterior: em 1925-1929, a quantidade anual média exportada era de 11.600 t; em 1930-1934, 14.600 t e, em 1935-1939, 18.700 t. Os preços nominais, no entanto, só no último quinquênio lograram aumentar à frente do nível geral de preços (ver, para as quantidades, Quadro A.20, e para os preços, o Quadro A.8 do Anexo Estatístico).

A cidade do Rio de Janeiro, o principal mercado no primeiro quinquênio dos anos 1930, foi superado por São Paulo no segundo; o terceiro comprador nacional era Pernambuco. Quanto ao mercado internacional, a Alemanha, uma vez que o fumo foi incluído no Acordo de Comércio Brasil-Alemanha, foi o principal comprador na segunda metade da década de 1930. (16)

(15) O Índice de Preços da lavoura utilizado está em:
INCRA - op. cit. - vol.II - p.208

(16) Para o comércio Brasil-Alemanha nessa década, ver:

HILTON, S.E. - O Brasil e as Grandes Potências - Rio de Janeiro - Ed. Civlização Brasileira - 1977 e,

WIRTH, J. - A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas - Rio de Janeiro - Ed. Fundação Getúlio Vargas - 1972

O vinho, ao longo das duas décadas agora estudadas, aumentou rapidamente as quantidades exportadas: de 7.500 t como média anual, em 1920-1924, passou para 20.000 t, em 1925-29, para 32.900 t, em 1930-1934, e para 40.500 t, em 1935-1939. Os substanciais aumentos nas quantidades durante a década de 1930, foram devidos à grave restrição para importar por que passou a economia brasileira durante esta década. Com isso, as importações de vinhos estrangeiros foram fortemente gravadas. Os preços, por essa razão, puderam sempre crescer à frente do nível geral dos preços, uma vez que o Rio Grande do Sul tinha grande concentração regional na produção da uva, que necessita de solos e climas quase sã ali encontrados no Brasil (ver, para as quantidades, Quadro A.21 e para os preços, Quadro A.8 do Anexo Estatístico).

Os principais mercados eram, na ordem, a cidade do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

(17)

PARTICIPAÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS NOS TOTAIS NACIONAIS: 1931-1940

Lavoura	Participação % em 1931		Participação % em 1940	
	Área	Produção	Área	Produção
Batata	33,3	35,7	47,8	42,6
Feijão	21,7	23,1	12,5	15,7
Fumo	22,4	26,6	27,3	32,6
Mandioca	30,1	26,4	17,3	7,3
Milho	19,8	22,1	16,3	19,4
Uva	87,6	90,0	74,0	84,2

A não ser a batata inglesa e o fumo, os demais produtos perderam participação na produção nacional, com destaque negativo para a mandioca.

(17) Fonte: IBGE: Anuários Estatísticos

(18)

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE FÍSICA DAS LAVOURAS COLONIAIS: 1920-1940

<u>Lavoura</u>	<u>t/ha em 1920</u>	<u>t/ha em 1940</u>
Batata	5,00	5,89
Feijão	1,10	0,98
Fumo	1,10	1,20
Mandioca	10,65	5,39
Milho	1,40 ^{a/}	1,48
Uva	8,00	7,48

^{a/}Produtividade em 1924, devido ao dado anômalo de 1920.

Dado que essa evolução é medida apenas entre os a nos extremos verifiquemos o comportamento a nível mais de talhado, segundo a mesma fonte. O milho e o fumo tiveram pe pequenas oscilações na produtividade física, durante esse perí odo. A mandioca teve redução violenta na produtividade física durante os anos trinta, principalmente após 1936; esse decrêscimo seria explicado por uma moléstia de origem bacteriana, que devastou sua produção nas Colônias Velhas, justa mente as principais produtoras. (19) A uva teve decrêscimo na produtividade entre 1920-1928 e posterior aumento, porém me nor, entre 1928-1936. O feijão teve maior decrêscimo de pro dutividade após 1936. A batata inglesa teve aumentos mode rados de produtividade entre 1920-1924 e 1936-1940.

Tal evolução da produtividade física das lavouras co loniais, uma vez que as Colônias Velhas estavam em decadência nesse período, foi possibilitado pela melhor produtividade - das Colônias Novas. A decadência das Colônias Velhas é expli cada pelo esgotamento dos solos, devido às atrasadas técnicas agrícolas empregadas pelos colonos. (20) A precoce meca

(18) Fonte dos dados: FEE, publicados em INCRA - op.cit. - vol. II - p. 163

(19) ROCHE, J. - op.cit. - Vol. I - p. 263

(20) ROCHE, J. - op.cit. - Vol. I - Cap. IV

nização agrícola do Rio Grande do Sul, já revelada no Censo Agrícola de 1920, era devida unicamente à lavoura do arroz.

A evolução da suinocultura, vista através da evolução do rebanho, também foi medíocre: aumento de apenas 16% no número de cabeças entre 1920-1940. (21) O comportamento da suinocultura esteve estreitamente relacionado ao das exportações de banha, que diminuíram cerca de 20 % o volume exportado - entre 1920-1940.

A banha, principal produto de exportação da Agropecuária Colonial, na década de 1920, chegou a superar o charque como principal produto da pauta de exportações, em 1926 e 1927. A quantidade exportada máxima, em 1927, era 1,9 vezes superior à de 1920. Esse crescimento do volume exportado se deu às custas de uma queda, embora pequena, do preços reais (ver, para as quantidades, Quadro A.14 e, para os preços, Quadro A.7 do Anexo Estatístico). Esse decréscimo dos preços exigiu do Governo Estadual a retirada do imposto de exportação e, dos produtores, a fundação, do Sindicato da Banha, com a preocupação de defesa dos preços e padronização do produto.

Sendo um produto dirigido maciçamente para o mercado nacional, tinha como principais compradores nesta década, na ordem, a cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, estado para o qual foi o principal produto de exportação, ao longo de toda a década.

A banha entrou novamente em crise durante os anos 1932-1935, com queda dos preços reais bastante acentuada. A reação dos produtores foi a de formarem Cooperativas de Banha, centralizando a produção, a fim de defenderem os preços. A tentativa foi exitosa, crescendo tanto os preços, quanto as

[21] Fonte: IBGE - Censos Agrícolas

quantidades. Porém, aumentou também a oferta concorrente, dos produtores mineiros e catarinenses, estimulada pelos bons preços obtidos pela banha gaúcha. O resultado foi, no final - da década, o início de uma crise na suinocultura gaúcha, que estudaremos com maior detalhe no período seguinte (ver, para as quantidades, Quadro A.14 e para os preços, Quadro A.8, do Anexo Estatístico).

Os principais mercados da banha continuaram sendo , na década de 1930, a cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

Por fim, resta-nos assinalar que, comparando o Índice de Preços para a Lavoura calculado pelo INCRA com o Índice Geral de Preços calculado por Haddad para o período⁽²²⁾, verificaremos que a relação de trocas não se apresentou desfavorável às lavouras e pelo menos um de seus produtos, o fumo, registrou notável incremento nos preços relativos. Atribuímos tal comportamento a tres fatores: a crescente demanda por esse produto nos mercados nacionais; a fundação de Cooperativas por parte dos produtores e a instalação da Souza Cruz, em 1920, no Rio Grande do Sul, que não possuindo plantação própria comprava o produto do campesinato local, organizando-lhe indiretamente a produção pela introdução de novas variedades. O aumento nos preços deve ter sido apropriado, em boa parte, pela Souza Cruz e casas exportadoras, embora a formação das Cooperativas de produtores, uma vez que os preços informados - são preços no atacado.

O período 1940-1956

Este foi um período de relativa prosperidade para a economia camponesa. Houve grande expansão da produção, tanto dos produtos para subsistência, quanto dos produtos para transformação industrial.

(22) Índice Geral de Preços construído por Cláudio L.S.Haddad para o período 1900-1947, publicado em MALAN, P; BONELLI, Régis; ABREU, Marcelo e PEREIRA, José Eduardo - op. cit. - Quadro III.13

Essa prosperidade foi devida tanto à crescente demanda dos mercados nacionais pelos produtos de transformação industrial (no caso da uva, pelo vinho), quanto à solicitação, pelo mercado regional, dos produtos alimentares. Essa maior solicitação pelo mercado regional, foi devida às crescentes taxas de urbanização da economia sulina, juntamente com uma fase de aceleração das taxas de crescimento industrial no pós-guerra.

Sem esquecer a importância da demanda dos demais estados pelos produtos alimentares da Agropecuária Colonial, baseamos nossa ênfase na maior importância do mercado regional para a maioria desses produtos, na análise das exportações gaúchas. Assim, no período 1949-1955, as exportações para o mercado nacional foram, em média, 87% das exportações totais. Os principais produtos alimentares da Agropecuária Colonial que constavam da pauta de exportações, como o vinho, banha, carnes suínas, produtos de salsicharia, toucinho, feijão, batata, cebolas e farinha de mandioca eram responsáveis, em conjunto, por uma média de 21% das exportações para os demais estados. Porém, somente o vinho e a banha representavam em média 12%, sendo, em consequência, diminuta a importância da demanda nacional - para os demais.

Neste período, acentuou-se a queda da produtividade física das lavouras coloniais, bem como a perda da participação na produção nacional de vários de seus produtos.

Essa foi também uma fase de transformações mais profundas na economia camponesa gaúcha: houve a tentativa de substituição das importações de trigo, que estudaremos na Lavoura Empresarial, mas que teve importância para parte dos camponeses das Colônias Novas, antes dedicados ao binômio milho-suíno. Nessa nova lavoura, encontraram uma alternativa para a crise da suinocultura, e, através da especialização, abandonaram a órbita camponesa, tendendo a uma crescente empresarização, sob a forma de unidades familiares mercantis. Outros camponeses conseguiram migrar em direção à frente de expansão da agricultura, reproduzindo a economia camponesa no Paranã e Santa Catarina. Parte dos que tiveram que abandonar a terra, no entanto migraram em direção às cidades, tornando-se, em sua maioria, proletários.

Embora o relativo fracasso das Cooperativas em produtos-chaves como a banha, fumo e uva, onde as Cooperativas coloniais, fracamente capitalizadas, não conseguiram concorrer com o capital industrial, existiam, em 1955, 388 Cooperativas no Rio Grande do Sul, que representavam a única alternativa para a economia camponesa não ficar sob uma total de pendência ao capital comercial e/ou industrial. (23)

(23) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA - Cooperativismo - Porto Alegre - DEE - 1958

Ilustremos nossa análise com os quadros referentes à evolução da área plantada, produção física, valor bruto da produção, exportações, produtividade física e participação na produção nacional dos principais produtos da Agropecuária Colonial.

(24)

EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS, 1940-1956

(base: 1940=100)

<u>Lavoura</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Valor Bruto da Produção</u> ^{a/}
Batata	195	169	158
Feijão	119	105	204
Fumo	212	164	85
Mandioca	175	359	470
Milho	173	158	165
Uva	147	126	164

a/0 valor bruto da produção foi deflacionado, pelo Índice de Preços da Lavoura do INCRA.

Vejamos algumas informações sobre o comportamento da produção entre os anos extremos. O milho teve aumentada sua produção devido ao plantio com o trigo, o mesmo valendo para a soja, e ambas lavouras registraram bons resultados a partir do final dos anos 1940; a batata, o feijão e a mandioca tiveram os maiores aumentos na década de 1940 e o fumo e a uva, na década de 1950. A soja, que não consta do quadro, aumentou 201% a área e 218% a produção, entre 1950-1956. A notável diminuição do VBP do fumo, veremos após, foi devido ao comportamento desfavorável dos preços.

O comportamento do milho estava vinculado à evolução da suinocultura, assim como o da mandioca, embora o grande aumento em área desta, seja indicação do processo de esgotamen

(24) Fonte: FEE, publicados em INCRA - op.cit. - Vol.II - pp.181 e 197.

to dos solos, uma vez que os camponeses plantavam-na nos solos mais pobres. O fumo e a uva tiveram sua evolução ligada às exportações de fumo em folha e vinho.

As exportações de fumo em folha, após uma redução de cerca de 1/3 no quantum exportado entre 1939-1943, recuperaram-se acusando acentuado crescimento, porém os preços para a tonelada exportada não acompanharam a subida do nível geral de preços (ver, para as quantidades, Quadro A.31 e, para os preços, Quadro A.9 e A.10 do Anexo Estatístico).

As exportações de vinho tiveram, na década de 1940, uma redução na quantidade exportada média, em relação ao último quinquênio da década de 1930. Foi só no final dos anos de 1940, com a redução dos preços relativos do vinho, que houve um significativo aumento da tonelagem exportada (ver, para as quantidades, Quadro A.32 e, para os preços, Quadro A.9 e A.10 do Anexo Estatístico).

(25)

PARTICIPAÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS NOS TOTAIS NACIONAIS, 1940-1956

<u>Lavoura</u>	<u>Participação % em 1940</u>		<u>Participação % em 1956</u>	
	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
Batata	47,8	42,6	31,7	30,1
Feijão	12,5	15,7	6,4	9,1
Fumo	27,3	32,6	32,3	37,5
Mandioca	17,3	7,3	14,1	11,9
Milho	16,3	19,4	17,7	20,6
Soja ^{a/}	90,3	93,2
Uva	74,0	84,2	70,9	64,3

^{a/}Dados iniciais, em 1952: área = 97,9% e produção = 99%

[25] Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos e

SUPLAN - Séries Estatísticas Agropecuárias, 1947/1973

Embora fosse um período de relativa prosperidade para a economia colonial sulina, apenas o fumo, a mandioca (que recuperou-se da crise pela qual passava em 1940) e o milho aumentaram suas participações na produção nacional.

Essa perda da participação relativa na produção de vários produtos da Agropecuária Colonial é devida a tres fatores. Primeiro, ao esgotamento da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul no início da década de 1950, o que impediu uma expansão da produção camponesa pela limitação de terras. Segundo, pelo fato de que continuou o processo de esgotamento dos solos nas colônias, fazendo com que, no caso limite das velhas colônias alemãs, voltassem ao reflorestamento, com a acácia negra e o eucalipto, ou ao plantio de forrageiras para suporte do gado leiteiro, com vistas ao abastecimento de leite a Porto Alegre e demais centros urbanos próximos. Terceiro, pela crescente concorrência no mercado nacional.⁽²⁶⁾

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE FÍSICA DAS LAVOURAS COLONIAIS, 1940 - 1956

<u>Lavoura</u>	<u>t/ha em 1940</u>	<u>t/ha em 1956</u>
Batata	5,89	5,13
Feijão	0,98	0,86
Fumo	1,20	0,93
Mandioca	5,39	11,00
Milho	1,48	1,36
Uva	7,48	6,41

A exceção da mandioca, que recuperou-se da praga bacteriana do final dos anos 1930, todos os demais produtos da lavoura colonial diminuíram a produtividade. Agora o esgotamento

(26) Segundo as fontes da nota 25, São Paulo aumenta sua participação na produção nacional de batata inglesa, cebola, feijão, uva, mandioca e milho; Paraná, idem, em feijão, cebola, mandioca, milho e soja; Santa Catarina, ibidem, em mandioca e milho (lembramos que mandioca e milho são produtos-base para o desenvolvimento de uma suinocultura concorrente).

dos solos também atingia as Colônias Novas, que assim não compensavam a queda vertical da produtividade nas Colônias Velhas. Para alguns produtos, como o feijão e a batata, a produtividade física já diminuira na década de 1940.

(27)

EVOLUÇÃO DA SUINOCULTURA, 1940-1956

(base: 1950=100)

<u>Anos</u>	<u>Rebanho Brasil</u>	<u>Rebanho RS</u>	<u>Nº de Abates RS</u>	<u>Valor dos Abates RS</u>
1940	71	116	80	...
1945	...	96	97	...
1956	162	155	161	171

Das mais importantes fontes de renda da economia camponesa, a suinocultura, teve sua crise agravada no período. A banha perdeu mercados para os óleos vegetais e os frigoríficos ficaram com suas instalações destinadas a refinação da banha, parcialmente ociosas e, para sobreviver, foram obrigados a investir em equipamentos que lhes permitissem processar a carne suína. Esse investimento foi, em parte, subsidiado pelo criador através de um aviltamento do preço do porco vivo, dada as exigências, por parte dos frigoríficos, de um porco tipo carne, estranho às exigências de até então.⁽²⁸⁾ Houve, então, aumento de desfrute do rebanho suíno, não por melhorias técnicas ou econômicas, mas sim pela liquidação parcial do rebanho anterior que, ao ser repostado, já apresentava nova composição, aumentando gradativamente a participação das raças que produzem um porco tipo carne. Os frigoríficos de suínos passaram, a partir de então, a assumir papel semelhante aos dos seus congêneres de bovinos, organizando indireta-

(27) Fonte: FEE, publicados em: INCRA - op.cit. - Vol. II - p.212

(28) BRDE - A Indústria de Frigoríficos de Suínos no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Estudos Econômicos nº 2 - 1970

mente a produção, segundo suas necessidades.

Outra característica do período é a manutenção ou mesmo aumento dos preços relativos dos alimentos simples produzidos na lavoura colonial e a diminuição significativa nos preços relativos das matérias-primas industriais, como o fumo e a uva.^(29) Nesses dois últimos casos, a presença do capital industrial, como comprador oligopsônico, explicaria o rebaixamento.^(30)

Em 1949, o saldo migratório era desfavorável ao Rio Grande do Sul em 155.746 pessoas.^(31) A maior parte deste saldo foi devido ao movimento imigratório dos anos 1940. O fechamento da fronteira agrícola, junto com os incentivos à produção do trigo, forçaram a valorização das terras. Muitos pequenos proprietários, às voltas com a crise da suinocultura e com o esgotamento dos solos, venderam seu lote colonial e se deslocaram em direção ao oeste de Santa Catarina e ao sudoeste do Paraná para reproduzir, nesses estados, uma economia camponesa semelhante à gaúcha, porém em terras mais férteis e mais próximas do mercado consumidor do centro do país, conquistando parte do mercado nacional no momento seguinte. Esses migrantes ao venderem suas propriedades, ocasionaram, certamente, importante descapitalização na economia gaúcha, no sentido de transferência de capital-dinheiro para outras regiões.

(29) Para os preços ver: INCRA - *op.cit.* - Vol.II - pp.181 - 197

(30) Para uma descrição do mecanismo de apropriação de parte do excedente camponês pelo capital industrial, no caso da viticultura, principalmente através da gradação glucométrica da uva, ver: SANTOS, J.V. - *op. cit.* - p.107

Com relação ao fumo, a indústria fornece os insumos necessários à produção; determina a tecnologia a ser empregada; exige determinados padrões de qualidade do produto, que passa por um processo de seleção e classificação em tipos; fornece algum empréstimo em dinheiro aos produtores e determina rigidamente o preço de compra do produto. Conforme PEREZ, L.H. - Caracterização de Áreas Agrícolas Brasileiras segundo suas Formas de Produção - Piracicaba - Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - ESALQ/USP - 1975 - capítulo sobre a Região Fumicultora de Santa Cruz do Sul.

(31) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Aspectos Demográficos e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico do Estado - Porto Alegre - 1977 - pp. 55 a 58

Além disso, o grau de urbanização do Rio Grande do Sul passou de 31,2%, em 1940, para 34,1%, em 1950, o que mesmo não sendo um grande aumento, significou que 46% do incremento populacional entre esses anos se dirigiu para as cidades. (32) As zonas de expulsão estavam na Pecuária Tradicional e nas Colônias Velhas da Agropecuária Colonial, e os homens expulsos do campo, para as cidades, em geral, proletarizaram-se.

O fracionamento dos estabelecimentos da Agropecuária Colonial, a grosso modo os pertencentes ao estrato "até 50 ha", não foi muito elevado entre 1940-1950, pois passaram de um tamanho médio de 20 ha para 19,3 ha (ver Quadro 6) (33) Esses estabelecimentos aumentaram sua participação, relativa e absoluta, na área estadual, contudo o seu número aumentou ainda mais, principalmente nos estratos abaixo de 10 ha, indicando a divisão, por herança, venda ou arrendamento, desses estabelecimentos. O fracionamento não foi maior, pela possibilidade de crescimento da área ocupada pela estrato e pela migração de camponeses para as frentes de expansão, em Santa Catarina e Paraná.

O período 1956-1966

O final deste período, 1964-1966, é caracterizado, na literatura econômica sobre o Rio Grande do Sul, como de estancamento do processo de crescimento da economia gaúcha, provocado, em parte, por um período de crise na agricultura, 1956-1959, e de estagnação do setor agropecuário, 1960-1963. (34)

(32) FEE - op. cit. - pp.15-16

(33) O Censo de 1950 subestima os pequenos estabelecimentos, de modo que algum fracionamento deve ter havido; no entanto, o grosso do fracionamento dos pequenos imóveis aconteceu entre 1950-1960.

(34) FEE - 25 Anos de Economia Gaúcha - Uma Visão Global da Economia do Estado - Porto Alegre - 1975 - p.10

As razões para tal comportamento do setor agropecuário devem ser procurados, principalmente, na crise das Lavouras Empresariais, notadamente a triticultura.

Em 1956, aconteceu nova mudança do padrão nacional de acumulação, com a instalação de um setor industrial pesado, que passou a comandar o processo de acumulação de capital. Como a localização desse setor industrial se deu basicamente no eixo São Paulo-Rio, a economia gaúcha passou por uma fase de rearticulação com o novo padrão, que implicou uma nova divisão regional do trabalho, que inclusive vai se refletir, a nível de política econômica, na retirada da prioridade da substituição das importações de trigo, aprofundando a crise tritícola, como veremos ao estudar as Lavouras Empresariais. A Agropecuária Colonial resistiu melhor do que os outros dois setores no período de rearticulação. Tendo como mercado cativo os mercados urbanos do Rio Grande do Sul, com altas taxas de crescimento, além de continuada demanda pelo polo, de seus produtos de transformação industrial, a Agropecuária Colonial teve assegurado um desempenho razoável no período.

A própria falta de dinamismo das Lavouras Empresariais fez reverter à economia camponesa os pequenos triticultores que encontraram, na soja, então uma lavoura colonial, um substituto ao trigo como principal produto comercializável, ao mesmo tempo que renunciavam à parte da anterior especialização, cultivando novamente em maior escala os produtos de subsistência. Temos que assinalar, no entanto, o crescimento da migração camponesa, já que além da Colônia Velha, as Colônias Novas, com a crise da triticultura, fracionamento das propriedades e esgotamento dos solos, tornaram-se zonas de expulsão.

Vejamos os quadros referentes à evolução da área plantada, produção física, valor bruto da produção, exportação, produtividade física e participação na produção nacional dos prin-

cipais produtos da Agropecuária Colonial.

EVOLUÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS, 1956-1966 (35)

(base: 1956=100)

<u>Lavoura</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Valor Bruto da Produção</u> ^{a/}
Batata	99	102	121
Feijão	178	201	272
Fumo	161	154	190
Mandioca	125	142	144
Milho	150	148	126
Soja	566	444	559
Uva	168	154	104

^{a/}O valor bruto da produção está deflacionado pelo Índice de Preços da Lavoura do INCRA.

A evolução não foi uniforme ao longo do período. A mandioca e o fumo, diminuíram a produção durante a crise de 1956-1959, só se recuperando na década de 1960; outros produtos só aumentaram a produção na década de 1960, como o milho e soja; o feijão aumentou a produção em 1965-1966; a batata teve a tendência a diminuir a produção ao longo de todo o período e a uva registrou consideráveis flutuações na sua produção.

A evolução do milho e da mandioca continuava vinculada à suinocultura; a da soja ao mercado aberto pela instalação das fábricas de óleo vegetal na região e pela incipiente, mas crescente demanda do mercado internacional; a da batata e do feijão pela demanda do mercado regional e crescente oferta, no nacional, dos outros produtores; a do fumo e a da uva pelas exportações de fumo em folha e vinho.

(35) Fonte: FEE, publicado em: INCRA - op. cit. - Vol. II - pp. 181 a 197

Os vinhos aumentaram de forma muito significativa as quantidades exportadas: de uma média global de 65.700 t, entre 1949-1956, para 98.700 t entre 1957-1966. Os preços relativos do vinho continuaram a cair neste período (ver, para as quantidades, Quadro A.32 e, para os preços, Quadro A.11 do Anexo Estatístico). Assinale-se que as importações de vinho foram desprezíveis (abaixo de 1.000 t), entre 1962-1966. Com o mercado cativo e reajustando seus preços relativos, o vinho gaúcho conseguiu novamente aumentar o volume exportado, mesmo se considerarmos o crescimento das cervejarias, produtoras de um substituto respeitável.

O fumo em folha, a partir de 1960, sô pode ter seu comportamento seguido pelos dados da divisão II.28 , "Outros Vegetais e Partes de Vegetais", pertencente à seção II.2, "Matérias-primas de Origem Vegetal". O fumo em folha é, de longe, o principal produto dessa divisão. O quantum exportado teve leve acréscimo: de uma média anual de 39.600 t, entre 1949-1956, para 42.300 t entre 1957-1966. As cotações seguiram o comportamento dos preços internos (ver, para as quantidades, Quadro A.31 e, para os preços, Quadro A.11).

As quantidades de fumo em folha enviadas ao mercado internacional foram, em média, de 10.100 t anuais, entre 1957-1966, contra as 7.100 entre 1949-1956. Assim, parece que o acréscimo na média exportada entre os dois períodos foi todo devido aos mercados exteriores.

(36)

PARTICIPAÇÃO DAS LAVOURAS COLONIAIS NOS TOTAIS NACIONAIS, 1956-1966

<u>Lavoura</u>	<u>Participação % em 1956</u>		<u>Participação % em 1966</u>	
	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
Batata	31,7	30,1	30,7	24,5
Feijão	6,4	9,1	7,1	9,9

(36) Fonte: SUPLAN - Séries Estatísticas Agropecuárias, 1947/73

<u>Lavoura</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
Fumo	32,2	37,5	35,3	36,9
Mandioca	14,1	11,9	14,8	12,9
Milho	17,7	20,6	18,7	20,0
Soja	90,3	93,2	84,8	81,2
Uva	70,9	64,3	72,0	66,2

Nesse período, a Agropecuária Colonial resistiu melhor à competição com os demais produtores nacionais do que em períodos anteriores, conservando a participação na produção de feijão, fumo, mandioca, milho e uva.

(37)

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE FÍSICA DAS LAVOURAS COLONIAIS, 1956-1966

<u>Lavoura</u>	<u>t/ha em 1956</u>	<u>t/ha em 1966</u>
Batata	5,13	5,30
Feijão	0,86	0,97
Fumo	0,93	0,89
Mandioca	11,00	11,89
Milho	1,36	1,35
Soja	1,47	1,15
Uva	6,41	5,87

Como se vê, foram mínimas as alterações da produtividade física neste período.

A suinocultura entre 1956-1966, aumentou seu rebanho em 48%, enquanto os abates cresciam em 42% e o valor destes em 107%, dada a melhoria dos preços relativos.⁽³⁸⁾ Essa expansão da suinocultura já estava vinculada à produção de carnes suínas e produtos de salsicharia, uma vez que a banha, além da produção similar catarinense, sofria, no próprio mer-

(37) Fonte: FEE, publicado em: INCRA - op. cit. - Vol. II - p.163

(38) INCRA - op. cit. - vol. II - p.223

cado regional, a concorrência dos óleos vegetais, especialmente o de soja.

(39)
O aumento da produção de leite foi de 62% nesse período. Embora produto sujeito a constantes tabelamentos, continuava a ser uma das únicas opções para as esgotadas terras da Colônia Velha.

No que concerne aos preços, milho, mandioca, uva, feijão e batata inglesa tiveram um comportamento geralmente desfavorável, ao longo do período, assim como o leite; a suinocultura também teve preços desfavoráveis no início da década de 1960. (40) O comportamento desfavorável dos preços de tantos produtos coloniais, esteve vinculado à forte inflação e controle de preços dos produtos básicos de alimentação, nesse período.

A maior parte do fracionamento dos pequenos estabelecimentos e das migrações camponesas, entre 1950-1970, ocorreram no período agora estudado.

Considerando novamente como "pequenos estabelecimentos" aqueles com até 50 ha, verificamos que seu tamanho médio diminuiu de 19,3 ha em 1950, para 14,5 ha, em 1970, ou seja, cerca de 25%, uma redução considerável. Esse fracionamento refletiu a pressão sobre a terra existente nas áreas coloniais, uma vez que o número de pequenos estabelecimentos aumentou em 94%, enquanto que a área por eles ocupada em apenas 46%, entre 1950-1970 (ver Quadros 4 a 6). A terra, valorizada no período anterior, embora a crise e posterior estagnação agrícola não diminuiu de preço, impedindo sua aquisição em maior quantidade pelos camponeses, determinando o fracionamento dos

[39] IN CRA - op. cit. - Vol. II - pp. 223-224

[40] Para os preços ver: IN CRA - op. cit. - Vol. II - pp. 181-197.

estabelecimentos. A consequência foi uma crescente migração camponesa, seja para a frente de expansão, seja para as cidades.

A migração para a frente de expansão foi inclusive a alternativa mais viável, dado que as taxas de empregos urbanos cresceram lentamente no Rio Grande do Sul nesse período. Assim, em 1970, o saldo migratório era desfavorável ao estado em 594.313 pessoas.⁽⁴¹⁾ A frente de expansão que nos referimos tinha suas principais zonas de atração no Paranã e Santa Catarina, mas também Mato Grosso, Goiás e inclusive o Paraguai, atraíam os camponeses gaúchos.

Novamente, ao venderem suas propriedades no estado para financiarem a aquisição de terras na frente de expansão; os migrantes ocasionaram importante descapitaliza-ção na economia gaúcha, com transferência de elevadas somas de capital-dinheiro para outras regiões.

As taxas de urbanização do Rio Grande do Sul tam-bém tiveram sensível acréscimo: 79,7% do incremento popula-cional total entre 1950 e 1960 e 91,1% do incremento entre 1960 e 1970, se deu nas cidades. Isso revela que a capaci-dade de retenção de mão-de-obra da agricultura gaúcha, mais especificamente, da Agropecuária Colonial estava em seu limite. A Fundação de Economia e Estatística realizou análise das áreas de expulsão e verificou pertencerem em sua maioria à zona da Agropecuária Colonial, com destaque para as micro-regiões coloniais de Santa Rosa, Erechim e Alto Taquari. A estagnação econômica, traduzida em valor bruto da produção per-cápita significativamente menores do que a média estadual, seria uma generalização apropriada para essas áreas de expulsão.⁽⁴²⁾

(41) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Aspectos Demográficos e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico do Estado - Porto Alegre - 1977 - pp.55-58

(42) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - Indicadores Sociais RS - Porto Alegre - Ano 4 nº 2 - 1976 - p.55

O período 1966-1975

Neste período a Agropecuária Colonial não acompanhou o crescimento global do setor agrícola do Rio Grande do Sul: em 1966, detinha 61% do valor bruto da produção do setor, e em 1975, apenas 36,7%. (43) Esse comportamento deve ser creditado às baixas taxas de crescimento das lavouras coloniais e da suinocultura, esta inclusive apresentando diminuição do produto real no período. Além disso, as Lavouras Empresariais foram altamente dinâmicas, e a Pecuária Tradicional, até 1973, se beneficiou de forte aumento nos preços reais do gado, de modo que o setor agrícola gaúcho cresceu a uma taxa de 6,5% ao ano. (44)

No que se refere às lavouras coloniais, não houve crescimento do produto entre 1965-1967 e 1973-1975. A CEPA, analisando os fatores de crescimento dessas lavouras, chegou à conclusão que o fator área foi responsável por um crescimento de -8%, o fator produtividade por um crescimento de 5% e o fator composição do produto, que reflete mudanças para culturas um valor da produção mais elevado, por hectare, por um crescimento de 3%. (45) Assim a redução da área foi fatal à uma expansão dessas lavouras, mesmo considerando o dinamismo da economia regional no período.

No que concerne à produção animal colonial, o destaque é para a produção avícola, onde as inovações no trato animal e nas escalas de exploração, permitiram um incremento anual da produção de 30%, com significativa redução nos preços ao consumidor. (46) Podemos inclusive considerar que essa atividade saiu da esfera camponesa e assumiu um claro caráter

(43) FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - 1978 - cap. VI

(44) CEPA - op. cit. - p.1

(45) CEPA - op. cit. - p.16

(46) CEPA - op. cit. - p.3

empresarial. O leite foi o produto animal que mais se beneficiou com a elevação de preços, crescendo, em consequência, a sua produção em 49% nesse período.⁽⁴⁷⁾ A suinocultura entrou em franca decadência, reduzindo rapidamente seu rebanho, certamente não suportando a concorrência com a similar mais moderna de Santa Catarina e do Paraná.⁽⁴⁸⁾

Os produtos da lavoura colonial que apresentaram os maiores acréscimos de produtividade foram, na ordem, a cevada, o fumo, a batata-inglesa e o milho. Os dois primeiros, sob controle oligopsônico, ao lado da uva, estão passando por modernização técnica, graças ao financiamento das indústrias compradoras. A batata inglesa e o milho, apesar de tradicionais produtos de subsistência, estão usando insumos modernos e sementes selecionadas, que lhes permitiram aumentar a produtividade. Assim, o problema de esgotamento dos solos versus a deficiente capitalização dos pequenos produtores, estã sendo resolvido, para determinados produtos, pelos esquemas de financiamento montados para esses produtos, resultando que, embora sejam geradas maiores rendas brutas pelos pequenos produtores estes continuam se apropriando de baixas rendas líquidas.

As indicações são de que nos últimos anos o problema da migração rural teria sido atenuado.⁽⁴⁹⁾ Isso se deve à penetração peculiar do capitalismo agrário em vastas regiões do Rio Grande do Sul, demandando assalariados temporários e, permitindo, mesmo que às custas de uma intensificação do trabalho camponês na propriedade familiar, uma complementação de suas baixas rendas, assegurando, por mais algum tempo, a fixação

(47) CEPA - op. cit. - p.25

(48) O rebanho suíno de 1973/1975 era apenas 59% do rebanho de 1965/1967. Conforme CEPA-op. cit. - p.23

(49) Se comparados dois estratos homogêneos, os maiores de 14 anos, entre os Censos de 1970 e 1975, o emprego rural aumentou a uma taxa de 2,6% ao ano, que muito se aproxima da taxa de crescimento vegetativo da população rural. Conforme:

CEPA - op. cit. - p.3

camponesa à terra. Além disso, com a transformação da soja em lavoura altamente capitalizada, novamente parte dos camponeses, através da especialização e apoiados pelas Cooperativas, se transformaram em produtores familiares mercantis.

Continua, apesar de tudo, a importância da Agropecuária Colonial para o abastecimento alimentar regional: em 1970, os estabelecimentos até 50 ha produziam 91% da batata, 88% do feijão, 88% da mandioca, 85% do milho, 92% da uva produzida no estado. Além disso, tinham 88% do rebanho suíno e quase todo o rebanho leiteiro (ver Quadro 13).

No entanto, o contínuo fracionamento dos estabelecimentos faz com que surjam "bolsões de subsistência", onde a produção excedente é mínima, de modo que não abastecem mais os centros urbanos, cumprindo apenas o papel de "reservatório" para a mão-de-obra necessária ao trato das Lavouras Empresariais.

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

Produção segundo os estratos de área - 1970

(em t)

PRODUTOS	TOTAL	ESTRATOS DE ÁREA					
		Até 50 ha		de 50 até 500 ha		mais de 500 ha	
		em t	% do total	em t	% do total	em t	% do total
Arroz	1.383.516	262.847	19,00	701.788	50,72	443.932	32,8
Trigo	1.599.067	528.428	33,05	750.035	46,40	320.603	20,05
Soja	1.295.249	772.956	59,68	384.667	29,70	137.527	10,62
Batata	186.351	170.155	91,31	15.398	8,26	799	0,43
Feijão	116.762	103.146	88,34	12.678	10,86	937	0,80
Mandioca	2.392.448	2.106.522	88,05	265.280	11,09	20.646	0,86
Milho	2.230.302	1.903.366	85,34	285.987	12,82	40.941	1,84
Uva	388.817	358.166	92,12	30.499	7,84	153	0,04
Suínos*	5.851.507	5.169.970	88,35	622.132	10,63	59.168	1,01
Bovinos*	12.305.119	2.923.150	23,76	3.567.765	28,99	5.771.700	46,90
Ovinos *	12.157.357	765.461	6,30	3.948.340	32,48	7.419.642	61,03

* Efetivos do rebanho

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1970

EXTRAÍDO DE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - "25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul" - Porto Alegre - 1978.

V. LAVOURA EMPRESARIAL

V.1 - O Arroz

A primeira cultura gaúcha com características capitalistas, ou seja, emprego de máquinas agrícolas para aumentar a produtividade, formas de trabalho assalariado e procura consciente pelos agentes de um lucro capitalista, foi a do arroz.

A lavoura do arroz neste século, marca também o encontro, nas terras úmidas dos vales do Jacuí, do Uruguai e das lagunas litorâneas, dos colonos e dos pecuaristas. Efetivamente, foram descendentes de imigrantes que lançaram a monocultura de arroz irrigado nos campos gaúchos. Não conflitava com a Pecuária Tradicional, pelo contrário, melhorava seu desempenho, porque se desenvolvia nas "várzeas", terras planas, baixas e úmidas, que tinham baixa capacidade de suporte de animais. Por outro lado, o restolho do arroz é excelente forragem de inverno para os animais emagrecidos, que, de outra forma, não teriam como alimentar-se nessas terras. (1)

O desenvolvimento rizícola até 1940

Uma primeira fase no desenvolvimento da lavoura rizícola compreende o período entre a Primeira Guerra e 1925, sendo marcada pelo rápido desenvolvimento da lavoura no Rio Grande do Sul.

Já em 1918, foi introduzida no Rio Grande do Sul a variedade de grão curto "japonês", que se adaptou perfeitamente às suas condições ecológicas.

Em 1920, São Paulo detinha 42% da produção nacional de arroz e 41% da área cultivada com esse cereal; Minas Gerais

(1) Sobre a participação dos imigrantes e seus descendentes na lavoura de arroz, ver PEBAYLE, R. - op. cit. - cap.X

detinha 21% da produção e 22% da área e o Rio Grande do Sul, 14% da produção e 10% da área.⁽²⁾ Vemos que uma das principais características da lavoura gaúcha de arroz - sua melhor produtividade - manifestava-se já nas primeiras décadas do século. A razão dessa superioridade gaúcha, seria o fato de que a lavoura era irrigada e nos demais estados eram produzidas variedades denominadas de "sequeiro". Esse método de cultivo proporcionou à lavoura gaúcha uma precoce mecanização, refletida no número de tratores possuídos pelo Rio Grande do Sul, em 1920, o mais elevado entre os estados.

Essa primeira fase foi marcada por rápido desenvolvimento da lavoura, que tendo se iniciado nos arredores de Cachoeira do Sul e Pelotas, conquistou, mais tarde, as várzeas da Depressão Central e do litoral setentrional. Em 1925, a área cultivada de arroz no Rio Grande do Sul era de 92.550 ha, com uma produção de 184.400 t.⁽³⁾

Uma segunda fase, entre 1926-1937, foi marcada pela ocorrência de duas crises na lavoura gaúcha de arroz.

A primeira, em 1926, quando a produção dos demais concorrentes nacionais aliada à crescente produção gaúcha, ocasionou uma crise de super-produção no mercado nacional, com reflexos imediatos nos preços do produto. Os rizicultores gaúchos, demonstrando acentuada consciência de classe, fundaram o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, em 1927. Foram quatro as principais medidas reivindicadas para enfrentar a crise: 1)preços mínimos garantidos (só seria efetivada em 1945); 2)regulação do mercado por controle de estoque; 3)disseminação de uma nova variedade, denominada "blue-rose"; 4)taxação de colheitas para ajudar a exportação de excedentes (adotada somente na crise de 1931).⁽⁴⁾

(2) Fonte: Censo Agrícola

(3) Fonte: FEE

(4) PEBAYLE, R. - op. cit. - p.588

A segunda crise foi após 1930, bem mais severa, quando inclusive houve um abandono parcial da lavoura após 1934. Da mos abaixo a evolução da lavoura entre 1925 a 1937.

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DO ARROZ - 1925 - 1937 (5)

<u>Anos</u>	<u>Área(em 1.000 ha)</u>	<u>Produção(em t)</u>
1925	92,5	184.400
1926	102,5	204.970
1927	101,7	226.540
1928	102,0	220.240
1929
1930
1931	115,8	198.805
1932	121,4	206.340
1933	121,0	192.469
1934	125,8	207.540
1935	91,6	208.590
1936	104,2	228.447
1937	101,2	222.396

Em 1937, catástrofes climáticas nos outros estados produtores, ocasionaram a elevação dos preços do arroz. Também em 1937, foi aberta a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), que forneceu crédito a juros módicos, de 12% ao ano, para todas as despesas da la voura, menos para aquisição de terras. Ambos os fatos iriam propiciar grande expansão dessa lavoura no período 1940-1956,

(5) Fonte: FEE

que atingiria os vales do Uruguai, Ibicui e Santa Maria, deslocando-se em direção à Fronteira.

A cultura do arroz no Rio Grande do Sul, mesmo nesse período inicial, não detinha caráter de subsistência, mas sim era produto dirigido aos mercados fora do estado, motivo pelo qual se impõe uma análise das exportações.

As exportações em volume, de arroz, tiveram uma substancial elevação, entre 1920-1921, graças à possibilidade de serem colocadas grandes quantidades no mercado carioca, já que os até então principais mercados, os platinos, foram sendo gradativamente perdidos para a Itália, até 1924, quando a valorização da taxa cambial afastou de vez a possibilidade externa. Como os mercados internacionais representavam, entre 1920-1923, 71% da tonelagem exportada, houve crise na lavoura arrozeira, que passava por um período de intenso crescimento, ocasionada, em 1926, por uma superprodução que ocasionou sensível queda nas cotações (ver, para as quantidades, Quadro A.13 e, para os preços, Quadro A. 7 do Anexo Estatístico).

Preocupados com a queda das cotações reais, ocorrida em 1926, os rizicultores fundaram, em 1927, o Sindicato Arrozeiro, que através de uma série de medidas, a principal das quais o contingenciamento das exportações, aumentou o preço da tonelada exportada: o volume exportado, em 1928 e 1929, foi 85% e 69%, respectivamente, do volume exportado em 1927.

Na década de 1930, as exportações, em volume, do arroz, aumentaram rapidamente até 1931, pela possibilidade de serem colocadas grandes quantidades de arroz nos mercados platinos: em 1931, 64% das exportações, em volume, se dirigiam para os mercados internacionais (ver Quadro A.13 do Anexo Estatístico para as quantidades exportadas). Porém, a colocação nos mercados internacionais se realizou a preços reais decrescentes, o que levou a lavoura arrozeira a grave crise, com abandono parcial da lavoura (ver Quadro A.8 do Anexo Estatístico para os preços reais). A crise era, na verdade, de superprodução, já

que a produção nacional concorrente havia limitado a colocação no mercado nacional, obrigando o escoamento da safra para os mercados platinos, que remuneravam o arroz a um preço inferior ao do nacional. Essa situação perduraria até 1936, quando a ocorrência de crises climáticas perturbou a capacidade produtiva dos demais competidores, e o Rio Grande do Sul voltou a colocar a maior parte das exportações no mercado nacional: em 1939, 72% das exportações, em volume, tinham esse destino. Os principais compradores foram, na ordem, a cidade do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O caráter comercial da cultura do arroz pode ser verificado pela quantidade anual média exportada nas duas décadas: 56.800 t, na década de 1920 e 126.290 t, na década de 1930. Considerando-se que o arroz exportado era sem casca (beneficiado) e comparando-se com as séries de produção, vemos o alto grau de comercialização do arroz já no desenvolvimento de sua cultura no Rio Grande do Sul.

O período 1940-1956

Vejamos a evolução desta lavoura entre 1940-1956.

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DE ARROZ - 1940-1956 (6)

(base:1940=100)

<u>Anos</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1945	177	127
1950	188	192
1956	225	259

(6) Fonte: FEE, publicados em INCRA- op.cit. - Vol.II - p.179

Para entender este grande aumento na produção de arroz, temos que examinar o comportamento das exportações, que sempre foram crescentes no período. Vamos examinar este comportamento entre 1940-1948 e 1949-1956 devido ao comportamento diferenciado dos mercados externos nos dois sub-períodos.

O arroz foi objeto de acordo de suprimento à Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo com que os mercados internacionais fossem responsáveis, em média, pela compra de 42% do valor exportado anual. Assim, as exportações, em volume, diminuíram cerca de 45% entre 1939-1942, antes desse acordo, para, em seguida, aumentarem cerca de 80%, entre 1942 - 1948. É importante salientar que a crescente colocação do arroz fora do Rio Grande do Sul, se realizou a preços extremamente favoráveis, consolidando a rentabilidade da lavoura que se expandia rapidamente (ver, para as quantidades, Quadro A. 24 e, para os preços, Quadro A.9 do Anexo Estatístico).

O arroz foi o principal produto gaúcho de exportação entre 1949-1956. A quantidade exportada sofreu sensível acréscimo, neste período: a média anual da quantidade exportada foi de 330.000t contra 209.000 t, entre 1940-1948. Os mercados internacionais foram importantes somente entre 1950-1952, com participação média de 32% no valor exportado. O inglês, o mercado externo mais importante entre 1940-1948, foi em grande medida perdido após 1949; agora foram mercados externos não-tradicionais, como o Peru, em 1950-1951, e a Indonésia, em 1952, os mais importantes. Logo, foi devido ao mercado nacional o grande acréscimo na quantidade exportada, sendo o Rio de Janeiro e São Paulo os principais compradores. (7) Porém, os preços reais do arroz tive -

(7) São Paulo aumentou consideravelmente suas compras em 1952-1954 devido à quebrada safra, por problemas climáticos, de outros produtores nacionais. Foram esses os únicos anos de cotações reais elevadas para o arroz.

ram que ser reduzidos para essa reconquista do mercado interno (ver, para as quantidades, Quadro A.24 e, para os preços, Quadro A.10 do Anexo Estatístico).

A crescente colocação nos mercados nacionais só foi possível porque um grande produtor em 1940, São Paulo, a partir de 1949 diminuiu sua participação relativa e absoluta na produção de arroz. (8)

Em 1940, o Instituto Riograndense de Arroz (IRGA), su cedeu ao Sindicato, passando a exercer ação fundamental na de fesa do arroz gaúcho. Em 1945, foram estabelecidos preços míni mos garantidos para o arroz, fixados pelo IRGA.

Foi nesse período que, atraídos pela rentabilidade do negócio, passaram a entrar empresários de origem urbana na la voura arroteira. A forma principal de aquisição de terras des ses agentes, foi o arrendamento de estabelecimentos médios, dos pecuaristas. Assim, já em 1945, 55% das terras de arroz eram arrendadas, elevando-se essa percentagem para 75% em 1955. (9) No entanto, até 1945, era reduzido o peso do item "arrendamen to" no custo de produção da safra: era de apenas 8,9% vindo de pois de "Transporte e Seca" e "Corte e Trilha"; porém, já na safra de 1949, o arrendamento era o principal item no custo de produção, com uma participação de 12,2%. (10)

Foi também intensa a mecanização dessa lavoura, nesse período. Em 1948 (ver Quadro 14), haviam 205 ha por trator e 3.126 ha por combinada na lavoura de arroz; em 1956, as ci

(8) São Paulo teve uma contribuição negativa (-19%) ao crescimen to da produção nacional de arroz entre 1949-1959. Conforme: LEMOS, M.B. - Um Estudo Comparativo sobre as Formas de Organiza ção da Produção de Arroz no Brasil (1950-1970) - Campinas - Dis sertação de Mestrado em Economia - UNICAMP - 1977 - p.27

(9) IRGA - Anuários Estatísticos do Arroz

(10) BURGER, A. - A Conjuntura da Economia Orizícola no Rio Gran de do Sul - Porto Alegre - IRGA - 1952 - p.20

Quadro 14 ...

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA DO ARROZ - RIO GRANDE DO SUL

Ano Agrícola	Área cultivada c/arroz ha	Número de Tratores	Hectares por Trator	Número de Combinados	Hectares por Combinados
1948	209.437	1.021	205	67	3.126
1949	216.469	1.369	158	78	2.775
1950	241.626	1.507	160	82	2.947
1951	233.526	1.795	130	92	2.538
1952	229.414	2.300	100	119	1.928
1953	257.467	2.930	88	178	1.446
1954	283.746	3.941	72	340	835
1955	314.460	4.062	77	375	839
1956	290.030	3.850	75	362	801
1957	273.165	4.255	64	399	685
1958	286.445	4.809	60	451	635
1959	312.235	5.405	58	468	667
1960	336.693	6.291	54	572	589
1961	366.541	6.306	58	610	601
1962	342.444	6.873	50	650	527
1963	342.037	7.854	44	757	452
1964	379.764	8.810	43	762	498
1965	450.496	7.490	60	708	636
1966	351.582	7.854	45	735	478
1967	356.221	8.753	41	799	446
1968	395.622	9.312	42	867	456
1969	405.917	9.594	42	931	436
1970	420.438	8.891	47	1.018	413
1971	380.588	8.912	43	1.193	319
1972	392.498	10.759	36	1.713	229
1973	418.318	11.378	37	2.229	188
1974	435.295	12.720	34	2.921	149
1975	468.585	14.963	31	3.483	135

Fonte: Área - 1948/72 - FEE

1973/75 - Anuário Estatístico do Arroz - IRGA

Tratores e Combinadas - 1948/75 - Anuário Estatístico do Arroz - IRGA

EXTRAÍDA DE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - 1978UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
BIBLIOTECA DE ECONOMIA

fras respectivas eram 75 ha por trator e 801 ha por combinada. O uso de adubos também foi incrementado: no quinquênio 1950/54 a participação da área adubada sobre a área total já era de 40%. (11)

O resultado do aumento da capitalização da lavoura arrozeira foi uma crescente produtividade física. Entretanto, registrou-se forte pressão sobre as terras de arroz, que se refletiu em crescente preços de arrendamento. O arroz irrigado necessita terras com características determinadas; além disso, após 3 ou 4 anos as terras devem ser colocadas em repouso, porque são invadidas por plantas parasitas. Como esses eram os prazos usuais de arrendamento, o arrendatário era obrigado a procurar novas terras, imprimindo característica nômade à lavoura. A expansão da lavoura levou a um aumento no preço dos arrendamentos que, nesse período, converteram-se, em sua maioria, em arrendamentos em espécie. As percentagens variavam em torno de 17,5% da produção quando somente a terra era locada; 19,4 % quando o objeto da locação era a água; 31% quando a terra e a água eram fornecidas conjuntamente, atingindo até 50%, quando outras pequenas vantagens eram proporcionadas pelos proprietários. (12)

O Rio Grande do Sul aumentou sua participação na produção nacional de arroz de 18%, em 1937, para 23% em 1956. (13) Porém, tanto Maranhão, quanto Goiás, passaram a fazer crescente concorrência ao produto gaúcho, não só por produzirem a custos mais baixos, como pela qualidade diferenciada, de grãos longos.

É hora de introduzirmos na análise um agente de capital importância na produção e comercialização do arroz: os engenhos de beneficiamento, que foram os principais beneficiã-

(11) Fonte: IRGA - Anuários Estatísticos do Arroz

(12) SCHILLING, P. - Crise Econômica no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Difusão de Cultura Técnica - 1961 - p.67

(13) Fonte: IBGE - Anuários Estatísticos e SUPLAN - Séries Estatísticas Agropecuárias, 1947-1973.

rios da acumulação de capital desenvolvida na lavoura arrozeira. Sendo os grandes proprietários ligados aos engenhos, estes controlavam também a oferta de terras, além do beneficiamento do produto e da comercialização. Financiavam também as despesas da lavoura, principalmente aos pequenos produtores, a altos juros. Até 1950, a ação dos engenhos foi grandemente facilitada, porque os prazos de quitação dos financiamentos da lavoura coincidiam com o fim do ciclo da produção, do que se aproveitavam os engenhos para comprar a colheita abaixo do preço mínimo. A partir desse ano, o IRGA passou a intervir - com mais rigor no mercado, comprando ao preço mínimo todo arroz que lhe fosse oferecido. (14)

Para terminar a análise desse período, queremos ressaltar que o dado fundamental na expansão e capitalização da lavoura gaúcha de arroz, foi o seu financiamento pela CREA do Banco do Brasil juntamente com a atuação do IRGA, na fixação de preços mínimos garantidos, que assegurou a rentabilidade da lavoura.

O período 1956-1966

Neste período houve uma crise na lavoura arrozeira, entre 1956-1959, recuperando-se a seguir, mas sem o ritmo de crescimento do período anterior. A evolução da lavoura, foi a seguinte:

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DE ARROZ, 1956-1966 (15)

(base: 1956=100)

<u>Anos</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1959	108	95
1966	129	165

(14) BURGER, A. - op.cit. - p.32

(15) Fonte: FEE, publicados em INCRA - op.cit. - Vol.II-p.179

O arroz continuou sendo o principal produto de exportação, aumentando a quantidade média anual exportada para 470.000 t, contra as 330.000 t do período anterior. Houve flutuações consideráveis nessas quantidades, sendo os anos piores 1959-1960 e os melhores, 1962 e 1966. Os preços da tonelada exportada, de modo geral, acompanharam o Índice geral de preços: os aumentos de produtividade da lavoura não foram suficientes para baixar os preços (ver, para as quantidades, Quadro A.24 e, para os preços, Quadro A.11 do Anexo Estatístico).

As exportações internacionais de arroz só foram significativas (acima das 100.000 t) nos anos 1961, 1965 e 1966. Nos demais anos, os mercados nacionais predominaram de forma absoluta.

Ao contrário do período precedente, sua expansão não se deu com produtividade física crescente. O arroz teve que esperar inovações tecnológicas, que são seriam generalizadas - nos meados da década de 1960, para entrar nas férteis terras da Campanha e, assim, ampliar sua frente interna de expansão, que antes estava contida pelos elevados arrendamentos exigidos naquela região. O dado de 1966 já reflete essa nova situação.

Na tentativa de aumentar a produtividade da lavoura, temos que assinalar o papel do IRGA, que patrocinou toda pesquisa por novas variedades de sementes, particularmente as de grão longo. Assim, apenas 13% da área plantada, em 1958, era com arroz de grão longo, cifra que passou para 36%, em 1966. (16)

A mecanização continuou: em 1966, existia um trator para cada 45 ha e uma combinada para cada 476 ha de lavoura - (ver Quadro 14). A adubação, na década de 1960, passou a atingir mais da metade da área plantada. (17)

(16) LEMOS, M.B. - *op.cit.* - p.108

(17) No quinquênio 1960-64 a participação da área adubada na área total era de 52%, conforme IRGA - Anuários Estatísticos do Arroz.

A única atividade em sua maior parte ainda não mecanizada na lavoura arrozeira, era a da colheita, por essa época realizada 80% à mão, sendo os restantes 20% com auxílio de combinada automotriz. Por se tratar de atividade sazonal, era a lavoura que empregava mão-de-obra temporária em maior quantidade, inclusive tornando-se a primeira a empregar mão-de-obra urbana, embora a maior parte da mão-de-obra fosse constituída de assalariados rurais e pequenos proprietários, obrigados a complementar suas baixas rendas monetárias. Assim embora sempre tenham sido regiões relativamente rarefeitas quanto à mão-de-obra rural, as regiões de arroz se caracterizavam por não reter nem mesmo esse baixo contingente rural, ocasionando altas taxas de urbanização e marginalidade social.

O conflito empresário-pecuarista foi resolvido, parcialmente, através das Cooperativas de arroz, que eliminaram grande parte da dependência do primeiro ao engenho: em 1967, as Cooperativas adquiriram 46,3% do total da produção física do estado, os engenhos, 18,4% e os comerciantes, 13,9% (18).

Em 1966, o Rio Grande do Sul continuava sendo o maior produtor de arroz, com participação de 20% na produção nacional. (19) No entanto, comparativamente a 1956, havia perdido mercados, na margem, para os concorrentes.

A evolução da lavoura arrozeira após 1966 será analisada conjuntamente com as demais lavouras empresariais.

(18) INCRA - op. cit. - Vol. VI - p.181

(19) Fonte: SUPLAN - Séries Estatísticas Agropecuárias, 1947/73

V.2 - O Trigo

Após a Segunda Guerra Mundial, o trigo mantinha-se como o único produto agrícola que ainda era importado em grandes quantidades pelo Brasil. No Rio Grande do Sul, seu cultivo tinha uma tradição que remontava ao século XVIII, com a colonização açoriana, mantida depois pelas colonizações alemã e, principalmente, italiana. No entanto, essa produção gaúcha, que era produção destinada a auto-consumo das unidades familiares, regrediu entre 1920 e 1940. Ao longo da década de 1940, começou a se esboçar uma política econômica, a nível federal, para a substituição das importações de trigo, política essa acelerada com a grave restrição à capacidade para importar do Brasil, no final desta década. Essa política, baseava-se em garantia de preços mínimos e financiamento pela CREA do Banco do Brasil, tanto para as despesas de custeio como para investimentos em maquinaria agrícola, com taxas reais negativas de juros. Além disso, haviam subsídios aos fertilizantes importados e criação de um mercado cativo para o trigo nacional, com a obrigatoriedade de compra de quotas desse trigo pelos moinhos, uma vez que o trigo nacional tinha preços mais elevados do que o importado. ⁽²⁰⁾ Dessa forma, a lavoura de trigo crescia rapidamente. Vejamos sua evolução ao longo de dois períodos: até 1956 e de 1956 a 1966.

O período de 1945-1956

Nesse período ocorreu sua primeira grande expansão no Rio Grande do Sul. A evolução da lavoura teria sido a seguinte:

(20) KNIGHT, P.T. - "Substituição de Importações na Agricultura Brasileira: A produção de Trigo no Rio Grande do Sul" - Revista Brasileira de Economia - abr/jun. 1972 - vol. 26, nº 2 - p. 7

(21)

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DE TRIGO, 1945-1956

(base: 1945=100)

<u>Anos</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1950	192	203
1956	435	575

Esses dados foram contestados por Knight, em seu artigo citado sobre a substituição das importações de trigo no Brasil. Knight estimou que fraudes ocorridas devido ao duplo sistema de preços, para o trigo nacional e para o estrangeiro, bem como a obrigatoriedade de quotas de trigo nacional pelos estabelecimentos moageiros levaram a uma superestimação da produção, da ordem de 50%, estas fraudes ficaram conhecidas como "trigo-papel". No Quadro 15, apresentamos os dados de ambas as fontes. Adotamos os dados de Knight, por representarem uma série temporal, a nosso ver, mais coerente.

Segundo Knight, a evolução da área e da produção-tritícola gaúcha, teria sido a seguinte:

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DE TRIGO, 1945-1956

(base: 1945=100)

<u>Anos</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1950	191	203
1956	280	368

Como vemos, a expansão da lavoura tritícola ocorreu com produtividade física crescente. O trigo, no Rio Grande do Sul, era produzido de duas formas: na unidade camponesa, estabelecida nas terras serranas e que utilizava tecnologia -

(21) Fonte: FEE, publicados em: INCRA - op.cit. - Vol.II - p. 183

Quadro 15

Área Cultivada, Produção e Rendimento FísicoMédio para o Trigo - Rio Grande do Sul - 1947/1975

Anos	I			II		
	área cultivada (ha)	produção (t)	rendimento (trg/ha)	área cultivada (ha)	produção (t)	rendimento (trg/ha)
1947	145.826	129.534	888	-	-	-
1948	205.388	143.364	698	410.275	286.728	699
1949	239.638	143.863	600	479.275	287.726	600
1950	245.570	187.879	767	490.139	375.757	767
1951	278.570	155.378	558	557.140	310.756	558
1952	302.486	251.845	833	604.971	503.689	833
1953	341.754	289.932	848	683.507	579.863	848
1954	427.982	349.512	817	855.964	699.030	817
1955	491.242	450.918	918	982.484	901.834	918
1956	359.144	341.666	951	1.109.010	1.062.580	958
1957	474.772	307.100	647	949.544	614.200	647
1958	614.377	203.654	331	1.136.041	493.859	435
1959	489.046	209.813	429	1.043.945	539.919	517
1960	470.555	266.168	566	948.749	544.615	574
1961	416.088	198.832	478	858.522	407.121	474
1962	249.272	301.597	1.210	559.683	513.691	918
1963	306.765	113.951	371	595.351	274.614	461
1964	299.110	248.184	830	495.054	435.561	880
1965	357.930	260.646	728	570.033	424.529	745
1966	377.818	325.599	862	502.541	425.815	847
1967	536.456	373.591	696	637.037	519.188	815
1968	758.053	680.583	898	757.608	673.063	888
1969	1.149.204	1.199.119	1.043	1.071.064	1.089.412	1.017
1970	1.742.827	1.877.433	1.077	-	-	-
1971	1.467.352	1.464.830	988	-	-	-
1972	1.857.686	557.306	300	-	-	-
1973	1.372.952	1.535.887	1.119	-	-	-
1974	1.529.075	1.673.237	1.094	-	-	-
1975	1.899.000	1.234.300	650	-	-	-

FONTES: A coluna I é uma transcrição da tabela I de Peter K. Knight, artigo citado, p.75., para os anos de 1947 a 1967. Os dados de 1947 a 1961 são dados do Serviço -

de Expansão do Trigo (SET), mas representam apenas 50% dos valores publicados para área e produção. Esse ajuste deve-se às fraudes do chamado "trigo papel", que levaram a uma grande superestimação nos dados oficiais a respeito de produção e área cultivada com trigo. Os dados de 1962 a 1967, são dados da Comissão Central de Fiscalização das Safras Tritícolas (CCLEF) publicados nos Anuários Estatísticos do Trigo e acrescidos de mais 10% em relação à área e produção, pois a CCLEF estima que suas informações referem-se a 90% da produção nesses anos.

Para os anos de 1968 a 1970 os dados são da CCLEF, usando-se o mesmo ajuste acima referido.

A partir de 1971, a fonte dos dados é o Banco de Informações do Departamento Técnico da FECOTRIGO, sendo que a área cultivada em 1972 foi obtida utilizando-se o rendimento físico médio de 300 kg/ha apresentado em Roque G. Annes Tomasini. Aspectos e Perspectivas da Auto-Suficiência de Trigo, Passo Fundo, Centro Nacional de Pesquisa de Trigo, EMBRAPA, p.20.

A Coluna II é uma transcrição do Apêndice nº 9, p.119, do trabalho de Jorge G. de Oliveira acima citado. Os dados do Prof. Oliveira são informações do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, e estão, certamente, superestimados. Até 1961, eles refletem a superestimação devida ao "trigo papel", como o próprio autor reconhece (p.65). Mas mesmo a partir de 1962 eles estão bem acima dos dados da CCLEF, apesar do ajuste (mais 10%) feito nesses últimos. Somente para 1969, os dados de Oliveira e da CCLEF apresentam discrepâncias menos significativas.

É bem possível que as informações que melhor reflitam a realidade para os anos 1947/61 estejam entre os extremos fornecidos por Knight e Oliveira. Na verdade, as informações do Censo Agrícola da FIBGE para 1950 e 1960 apresentam uma produção de trigo no Estado de 253.934 t e 381.759 t, respectivamente, que, caso sejam mais corretas, reforçam esse argumento. No entanto, para as análises que nos interessam, utilizaremos os dados de Knight por representarem uma série temporal aparentemente mais coerente (principalmente por representarem uma tentativa de evitar a superestimação devida ao "trigo papel").

EXTRAÍDO DE: INCRA/UNICAMP - op. cit. - pp.94-95

primitiva, e na unidade capitalista, estabelecida nas terras do Planalto Médio e das Missões, utilizando tratores e fertilizantes. Foi esta, a principal responsável pela expansão da lavoura entre 1945 e 1956, o que explica a crescente produtividade física.

Foi nas unidades capitalistas que surgiu o "agricultor do asfalto", um empresário de origem urbana que, à semelhança do ocorrido com o arroz, através do arrendamento ou aquisição de terras, dedicou-se à lavoura de trigo.

Como no caso do arroz, as terras arrendadas pertenciam, em sua maior parte, à Pecuária Tradicional e localizavam-se no Planalto Médio e na Zona Missioneira. Na época, a carne tinha os preços tabelados e o preço do gado gordo crescia abaixo do nível geral de preços, o que favoreceu o estabelecimento da lavoura capitalista nessas terras, que se prestavam a intensa mecanização. Podemos ter indício dessa intensa mecanização, subtraindo da frota gaúcha de tratores, apontada pelos Censos Agrícolas de 1950 e 1960, os tratores empregados na lavoura de arroz. Assim, restariam 738 tratores, em 1950, e 8.878 tratores, em 1960, a grande maioria dos quais empregados na lavoura tritícola. Além disso, cabe lembrar que a lavoura tritícola exige maior adubação e correção do solo (muito ácido), relativamente à orizícola.

Foram aqueles empresários agrícolas que, aproveitando os estímulos do Governo Federal, tiveram papel fundamental na organização das Cooperativas Tritícolas, dando-lhes, desde o início, uma perspectiva empresarial⁽²²⁾.

(22) Para o papel das Cooperativas na Região do trigo e soja do Rio Grande do Sul nos baseamos em: INCRA/UNICAMP - Comercialização e Formação de Preços - 2 vols. - Campinas - vol. I - pp.85-175

Sempre existiu forte tradição cooperativista na zona de colonização, principalmente na zona de imigração italiana. Inicialmente, essas Cooperativas, como as viti-vinícolas e as de banha, eram fundadas objetivando impedir uma dependência - completa do pequeno produtor, em relação ao capital comercial ou industrial, nos produtos que levava ao mercado para obter um excedente monetário. No entanto, quando surgem as Cooperativas Tritícolas na década de 1950, o cooperativismo estava enfraquecido, pela experiência negativa das Cooperativas ligadas à suinocultura. Assim, o ressurgimento do cooperativismo não se deu pela exclusiva iniciativa dos produtores, mas sim pelo estímulo do Governo Federal, que tornou as Cooperativas uma espécie de agentes governamentais na comercialização do trigo, como intermediários básicos entre produtor e Governo.

O dinamismo da lavoura tritícola representou importante alternativa para as colônias alemãs, denominadas Novas, que estavam anteriormente dedicadas à produção do binômio milho-suíno e que, no final da década de 1940, se viram às voltas com profunda crise da suinocultura. Alguns camponeses conseguiram dar um importante salto qualitativo, especializando-se na produção tritícola e, com isso, avançando no sentido de uma crescente empresarização, que seria consolidada nos períodos seguintes, e da qual resultariam inúmeras empresas familiares mercantis na região.

O período de 1956-1966

A importância da expansão da lavoura tritícola para a economia gaúcha fica óbvia, ao verificarmos que pertence ao trigo a maior participação percentual no valor da produção do setor lavouras, em 1956, com 32,7%.⁽²³⁾ Por isso a crise da lavoura tritícola, após 1956, teve papel fundamental nas baixas

(23) IKEDA, A. - Plano de Industrialização Regional - São Paulo - CIBPU - 1964 - p.100

taxas de crescimento, primeiro do setor primário, e, depois da própria economia gaúcha, até 1967.

Vejamos a evolução da lavoura tritícola, no período:

EVOLUÇÃO DA LAVOURA DE TRIGO, 1956-1966 (24)

(base: 1956=100)

<u>Anos</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1961	116	58
1966	105	95

Quais seriam as principais causas da crise? Em primeiro lugar, ocorreram quebras consideráveis de safras, já que a produção diminuiu em muito, enquanto a área da lavoura aumentou. Efetivamente, ocorreram quebras nas safras de 1958, 1959, 1960, 1961 e 1963, ocasionadas tanto por condições climáticas adversas, quanto por insuficiente desenvolvimento fito-sanitário da lavoura. Em segundo lugar, os preços reais do trigo baixaram justamente no período de agudização da crise, 1956-1959, comprometendo ainda mais a já abalada rentabilidade da lavoura. (25) Os preços reais baixaram devido ao recrudescimento da inflação interna, não acompanhada por subida proporcional dos preços do trigo, uma vez que esse produto era, e é, elemento básico da cesta de consumo do assalariado, através do consumo de pão. A decisão governamental foi viabilizada pelos Acordos do Trigo Americano, em 1955, e que vigoraram até 1967, pelos quais os Estados Unidos vendiam seus excedentes de trigo a prazos de até 40 anos, em nossa moeda nacional, e ainda com longo período de carência. Em terceiro

(24) Fonte: dados recalculados por Knight (ver Quadro 15).

(25) Os preços reais do trigo estão em KNIGHT, P.T. - op.cit. p.7

lugar, houve mudanças na política cambial, encarecendo relativamente os meios de produção importados para a lavoura tritícola. A associação desses fatos, deve ter diminuído em muito a rentabilidade desta lavoura, ocasionando, no princípio dos anos sessenta, um abandono parcial da cultura pelos agricultores-empresários e a migração de muitos pequenos produtores: em 1961, a participação percentual do trigo no valor da produção do setor lavouras seria de apenas 12,3%.⁽²⁶⁾

Ainda assim, continuou a política de créditos e subsídios a esta lavoura e o uso de meios de produção modernos não cessou: em 1966, 77% da área plantada era mecanizada e 78% era adubada.⁽²⁷⁾

A crise da lavoura tritícola demonstrou, de forma cabal, tanto a posição subordinada do Rio Grande do Sul no processo de tomada de decisões econômicas, a nível nacional, quanto a elevada dependência do apoio estatal para a penetração e consolidação do capitalismo no campo gaúcho.

(26) IKEDA, A. - op.cit. - p.100

(27) CCLEF - Anuário Estatístico do Trigo - Ministério da Agricultura - Safra - 70/71

V.3 - O Desempenho da Lavoura Empresarial: 1966-1975

Neste período, o setor agrícola do Rio Grande do Sul cresceu a uma taxa de 6,5% ao ano. A maior parte desse crescimento deve ser creditado às Lavouras Empresariais, arroz, trigo e soja, que cresceram, em conjunto, a uma taxa de 16% ao ano. (28)

Vejam os a evolução da área e da produção física, para cada uma dessas lavouras.

EVOLUÇÃO DA LAVOURA EMPRESARIAL, 1966-1975 (29)

(base: 1966=100)

<u>Anos</u>	<u>Arroz</u>		<u>Soja</u>		<u>Trigo</u>	
	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>	<u>Área</u>	<u>Produção</u>
1972	111	152	400	449	359	131
1975	134	179	754	983	378	290

Se decompos o crescimento da Lavoura Empresarial - em seus fatores, entre 1965-67 e 1973-75, como já fizemos para as lavouras coloniais, temos que para um aumento do produto de 229%, um aumento de igual magnitude, foi devido ao fator área, 20% foram devidos a aumentos de produtividade física e -20% foi o efeito de mudanças na composição do produto. (30) Esse elevado efeito negativo no fator composição do produto foi devido ao abandono de áreas antes plantadas com trigo ,

(28) CEPA - op.cit. - p.1

(29) Fonte: FEE

(30) CEPA - op.cit. - p.15

de maior valor da produção/ha, em favor da soja. Vemos que em bora tenha se registrado um aumento não desprezível da produtividade física, o fundamental para o crescimento foi a possibilidade de incorporação de terras às Lavouras Empresariais.

A CEPA-RS fez uma análise da origem do fator terra cedido à Lavoura Empresarial e chegou às seguintes conclusões para o período 1965-1975. (31)

<u>Origem das terras</u>	<u>%</u> ^{a/}
Lavouras Coloniais	8
Extrativa Vegetal	17
Produção Animal	18
Terras Ociosas	<u>57</u>
Total	100

a/Percentual das terras incorporadas à Lavoura Empresarial entre 1965-67 e 1973-75, por origem.

As "terras ociosas" citadas acima eram principalmente campos sub-aproveitados que com a expansão das Lavouras Empresariais passaram a ser usados mais intensivamente, seja na atividade pecuária, seja arrendados àquelas lavouras. Além disso, as terras cedidas pelas lavouras coloniais devem ter sido as mais férteis, o que explica a rápida deterioração da produção de vários produtos coloniais. Porém, projeções mais recentes, estimam que as lavouras coloniais, após 1972, não estão cedendo mais terras à Lavoura Empresarial, sendo as terras incorporadas por esta, provenientes da Pecuária Tradicional, tendência que se acentuou após 1974/1975. (32)

Esse período, embora com crescimento das lavouras de arroz e trigo, é caracterizado pelo "boom" da soja. Analisemos com mais vagar os determinantes deste "boom".

[31] CEPA - op.cit. - p.5

[32] A CEPA estimou que, após 1975, a Pecuária Tradicional já teria cedido à Lavoura Empresarial 8% das terras que possuía naquele ano.

Na década de 1950, a soja era um produto típico de pequenas propriedades e sua evolução estava ligada ao fato de que servia como "adubo verde" ao trigo, produto com o qual pode ser plantada no regime de sucessão temporal de culturas ; além disso, tinha utilização na alimentação de suínos. A grande expansão dessa lavoura se deu após 1968, com a política oficial de incentivos à sua produção e às exportações, uma vez verificado o potencial da demanda no mercado internacional. Então, foi fundamental na expansão da lavoura de soja a ação do Estado, implementada através de financiamento do Banco do Brasil, preços mínimos garantidos e subsídios ao uso de fertilizantes, além de obras de infra-estrutura, para armazenamento e transporte, e incentivos para a comercialização.

A ação do Estado atraiu para a lavoura de soja os empresários agrícolas, através dos incentivos à produção e pela lucratividade esperada, já que a evolução dos preços internacionais era altamente favorável, conforme podemos ver no Quadro 16. Foram eles que arrendaram estabelecimentos em terras planas, antes pertencentes à Pecuária Tradicional, e mecanizaram a lavoura, obtendo, porém, um irrisório aumento na produtividade física, que passa de 1,2 t/ha em 1965, para 1,3 t/ha em 1973, inclusive com queda acentuada entre 1965 e 1970. (33)

A evolução da lavoura de soja também deve ser creditada, em larga medida, à possibilidade de ser plantada num mesmo estabelecimento com o trigo, no regime de sucessão temporal de culturas, inclusive utilizando o mesmo maquinário e trato da terra. Além disso, a expansão da soja encontrou uma estrutura de comercialização já montada para o trigo, através das

(33) FEE - Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1972-75

Quadro 16

EXPORTAÇÕES DE SOJA EM GRÃOS
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

Anos	Quantidade Brasil (t)	Preço médio (US\$/t)	Quantidade RGS (t)	% do RGS no Brasil
1950/58	31.722	113,29	-	-
1958/66	67.999	100,46	-	-
1967/71	236.720	98,58	-	-
1972/75	2.222.380	205,05	1.368.928	62%
1972	1.037.273	123,33	669,927	65%
1973	1.786.138	276,66	1.014.885	57%
1974	2.724.471	205,47	1.623.693	60%
1975	3.341.636	214,72	2.167.207	65%

Fonte dos dados originais: Departamento Técnico, Divisão Econômica

Obs.: Em 1960 e 1964 não houve exportação.

EXTRAÍDO DE INCRA/UNICAMP - op. cit. - p. 113

Cooperativas, que foi aproveitada com excelente resultados.

É nesse período que as Cooperativas se tornaram "organizadoras da produção", acelerando e consolidando o desenvolvimento capitalista das regiões de trigo-soja no Rio Grande do Sul.⁽³⁴⁾ Como já vimos, no item referente ao trigo, no início da década de 1960 as Cooperativas Tritícolas tornaram-se os intermediários diretos entre o Governo Federal e os produtores. Com os bons preços alcançados pela soja no mercado internacional e, principalmente, devido aos incentivos da política de exportações de produtos primários não-tradicionais, as Cooperativas passaram também a comercializar a soja. Porém, para a soja, não existia um monopólio estatal de compra, como era o caso do trigo; assim sendo, as Cooperativas tiveram de competir com os demais compradores privados: exportadores, comerciantes e indústrias de beneficiamento. As Cooperativas obtiveram considerável sucesso, sendo responsáveis por 65% das exportações de soja, em 1973, principalmente considerando-se que entre os demais competidores estavam poderosas empresas internacionais.⁽³⁵⁾ Este considerável sucesso esteve vinculado a um forte apoio governamental à sua ação, apoio esse que veremos mais adiante como se expressou, e através do qual as Cooperativas conseguiram atrair os produtores, principalmente os pequenos e médios. A partir de 1972, com o "boom" da soja, as Cooperativas, devido às suas próprias necessidades de acumulação de capital, passaram a assumir um papel mais efetivo na organização da produção, procurando um crescente aumento da produtividade -

(34) O que segue sobre o papel das Cooperativas está largamente apoiado em:

INCRA/UNICAMP - Comercialização e Formação de Preços - 2 vol. - Campinas - 1977 - vol. I - pp. 85-175

(35) PASTORE, A.C. e ARAUJO, P. - Pecuária de Corte, Trigo, Soja, Milho e Sorgo: Produção, Comércio e Políticas - São Paulo - Estudos ANPES, nº 24 - setembro/1974

física das lavouras de seus associados, através da crescente mecanização e utilização de insumos modernos, acelerando e consolidando a penetração do capitalismo agrário nas regiões onde atuam.

Não existem ainda dados sobre a estrutura agrária - das regiões do trigo-soja após 1972. No entanto, é razoável esperar-se, devido à ação das Cooperativas, uma maior concentração da propriedade na faixa dos estabelecimentos médios, 100-200 ha, que podem utilizar com máxima vantagem os meios de produção modernos, que exigem um estabelecimento com área de lavoura mínima neste estrato. Aos proprietários menores, com a valorização de suas terras, resta-lhes vendê-las e migrar para a frente de expansão camponesa, agora no Mato Grosso e mesmo na Amazônia. Com a valorização da terra, as perspectivas são de uma verdadeira "reforma agrária" dentro da região, com a absorção dos pequenos pelos médios proprietários, através da compra ou arrendamento da terra.

Vejamos como se consubstanciou o apoio governamental às Cooperativas. A partir de 1965, houve grande expansão do crédito rural no Brasil. No Rio Grande do Sul, o valor deflacionado do crédito de custeio para o trigo aumentou de 284% entre 1966 e 1970, enquanto que o valor deflacionado do crédito para investimentos aumentava de 765%. (36) Expandiram-se também créditos governamentais, para investimentos em silos, armazéns e também para unidades de transformação industrial; com isso, a partir de 1968, ocorreu forte aumento dos investimentos realizados pelas Cooperativas, que lhes permitiriam maior competitividade com os demais compradores de soja. (37)

(36) Para uma descrição das mudanças na política de crédito, ver:

PAIVA, R.M.; SCHATTAN, S. e FREITAS, C.T. - Setor Agrícola do Brasil - Rio de Janeiro - Ed. Forense Universitária e Ed. da USP - 1976 - pp.125-130

(37) IEPE - Aspectos Estruturais das Cooperativas de Comercialização de Soja e Trigo no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - UFRS - 1974 - p.25

As Cooperativas conseguiram atrair pequenos e médios produtores pela concessão de repasse, por seu intermédio, do crédito de custeio do Banco do Brasil. Porém, o fundamental para a acumulação das Cooperativas e dos produtores foi o financiamento da comercialização, que aumentou o poder de barganha das Cooperativas frente aos seus compradores ao dar-lhes condições financeiras para esperar melhores preços para comercializar a safra.⁽³⁸⁾ O financiamento da comercialização foi proporcionado através dos "Empréstimos do Governo Federal" do Banco do Brasil às Cooperativas. Com este empréstimo, no momento da venda da produção, os produtores cooperativados recebiam cerca de 90% do valor de sua produção pela cotação mínima fixada pelo Governo Federal, para pagar os empréstimos e outros gastos inadiáveis, e recebiam no encerramento da safra a diferença entre o valor da produção, pela cotação média da soja, na safra, e o valor já recebido. Algumas Cooperativas também adquiriam a safra pela cotação do dia, assumindo o produtor os riscos de uma possível perda. Sem dúvida, esse mecanismo assegurou a permanência dos produtores pequenos e médios, preservando dessa maneira um dos traços históricos da ocupação das terras de trigo e soja - a pequena propriedade - permitindo ao mesmo tempo a sua transformação, através da especialização, em direção a uma crescente empresarização.

Como já dissemos, a demanda internacional pela soja foi um dos fatores fundamentais na expansão desta lavoura. Vejamos, então, as exportações internacionais, em grão e farelo, entre 1965 e 1975, quando podemos verificar o grande aumento na tonelagem exportada após 1972.

(38) INCRA/UNICAMP - op.cit. - p.158

EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS DE SOJA-RS, 1965-1975

(em toneladas)

<u>Anos</u>	<u>Grão</u>	<u>Farelo</u>
1965	73.023	89.441
1966	111.720	139.272
1967	217.222	104.412
1968	61.930	148.510
1969	270.040	200.328
1970	253.512	239.459
1971	199.300	462.498
1972	692.090	873.071
1973	1.014.886	819.843
1974	1.626.083	870.755
1975	2.146.781	1.442.321

Os principais compradores de soja em grão, até 1972, eram os Países Baixos, a Itália, a Alemanha Ocidental e a Espanha; os principais compradores de farelo eram a Alemanha Ocidental, a Itália e a Polônia.

O "boom" da soja levou à expansão desta lavoura em outro estado, tradicional concorrente dos produtos sulinos, o Paraná. Neste estado a erradicação cafeeira liberou grandes extensões de terras, aproveitadas no plantio da leguminosa. A maior fertilidade do solo paranaense levou rapidamente a produção estadual de soja a uma posição de destaque: em 1974, a participação paranaense na produção nacional já era de 36%, tendo aumentado nos anos recentes.

As lavouras de trigo e arroz também se beneficiaram da nova política de crédito agrícola.

A partir de 1967, com o final dos Acordos do Trigo Norte-Americano, houve nova tentativa de substituição das importações de trigo. Ocorreu, então, novo surto na produção do trigo, com a evolução da área cultivada seguindo a evolução do crédito concedido, quase à revelia da evolução dos preços pagos aos produtores, evidenciando de forma cabal a importância do crédito para esta lavoura.

ra. (39)

Porém, em 1972 registrou-se nova quebra na safra tritícola, com redução superior a 2/3 na produtividade física e conseqüente abandono parcial da lavoura, de curta duração, já que em 1975, a área cultivada tinha superado a de 1972. O abandono da lavoura tritícola não atingiu os níveis da crise anterior pela produtividade do cultivo em sucessão com a soja, aumentando em muito a rentabilidade dos estabelecimentos em condições de efetua-lo e diminuindo, ainda, os riscos do produtor. Além disso, foi fundamental a disponibilidade de sementes selecionadas para o novo plantio.

A partir da década de 1960, a lavoura de arroz penetrou em grande escala nas férteis terras da Campanha. Isto foi possível por uma mudança tecnológica significativa: o plantio de arroz de grãos longos, o preferido pelo consumidor nacional. Assim, 36% da área plantada da lavoura gaúcha, em 1966, era com arroz de grãos longos; em 1968, a cifra era de 54%, já atingindo 77%, em 1971. (40) Esta inovação deu novo fôlego ao arroz gaúcho em sua competição com o arroz de sequeiro que, principalmente o goiano, tinha nos grãos longos sua vantagem. Desta maneira, a contribuição gaúcha ao crescimento total da produção nacional de arroz, entre 1959-1970, continuou elevada: 35%, contra 25% de Goiás, 10% de Minas e 6% do Maranhão. (41)

No entanto, houveram dificuldades para o arroz gaúcho colocar quantidades crescentes no mercado nacional, uma vez reduzidas, em 1971, as exportações para o exterior. O arroz manteve, até 1971, um volume anual médio exportado em nível semelhante ao do período anterior: acima das 400.000 t. Entre 1968-1971, as exportações internacionais estavam, em média, ao redor de 96.000 t por ano; após 1971, essa média foi reduzida para 10.000 t anuais. Como o volume exportado em 1972, para o mercado nacional

(39) INCRA/UNICAMP - op.cit. - p.111

(40) LEMOS, M.B- op.cit.-p.108

(41) LEMOS, M.B.- op.cit.-p.27

foi de cerca de 350.000 t, não houve uma compensação em relação à perda do externo, fazendo com que o arroz, principal produto da pauta das exportações até 1969, estivesse apenas em sexto lugar, em 1972.

Embora essa crise de demanda no início dos setenta, a tendência é a produção capitalista de arroz, do Rio Grande do Sul, aumentar sua importância na oferta agregada de arroz. Como demonstrou Maurício Lemos, a penetração do capitalismo nas regiões com formas primitivas de produção de arroz, como o Maranhão, tende a destruir estas formas, abrindo espaço para as formas de produção mais capitalistas, no caso, para o arroz gaúcho. (42)

Além da inovação tecnológica, aumentou sensivelmente a mecanização da colheita e o uso de adubos na lavoura arrozeira gaúcha, conduzindo a uma sensível melhoria na produtividade física. (43) Em 1970, o Rio Grande do Sul era o principal produtor nacional de arroz, seguido por Goiás, Maranhão e Mato Grosso, porém, a produtividade da lavoura gaúcha era de cerca de três vezes a da goiana e mais do que o dobro da maranhense.

Temos que destacar dois eventos que estiveram presentes nesse período de grande expansão das Lavouras Empresariais. O primeiro deles foi a elevação generalizada do preço da terra no Rio Grande do Sul, de que já vimos a ordem de magnitude ao estudarmos a Pecuária Tradicional. O aumento do preço da terra vai se refletir, no momento seguinte, no preço dos arrendamentos, aumentando os custos de produção gaúchos, além de exclu-

(42) LEMOS, M.B-op.cit. - p.157

(43) Para o aumento da mecanização da colheita ver o aumento do nº de combinadas no Quadro 14 .A proporção da área adubada sobre a área total na lavoura do arroz era de 65% para o período 1970-1975, conforme:

IRGA - Anuários Estatísticos do Arroz

ir vasta camada de camponeses do acesso à terra. O segundo, foi a crescente mecanização dessas Lavouras Empresariais, que criou uma considerável demanda para a indústria de máquinas e implementos agrícolas, principalmente a regional.

VI. CONCLUSÕES

Tentemos resumir a integração do setor agropecuário gaúcho com a economia nacional (e através dela, com a internacional), ao longo das principais mudanças no padrão de acumulação pelas quais passou a economia nacional durante nosso período de análise.

Iniciemos pelo padrão primário-exportador nacional, cujo dinamismo era dado pela acumulação de capital do complexo cafeeiro localizado em São Paulo.

Desde cedo, por não possuir o Rio Grande do Sul nenhum produto que pudesse obter vantagens comparativas no mercado internacional, especializou-se no abastecimento do mercado nacional, constituindo o que Paulo Renato Costa Souza denominou de "economia primário-exportadora regional".⁽¹⁾

Por falta de uma política adequada à produção agrícola nacional, somada à insuficiente base e ao atraso tecnológico do setor agrícola gaúcho e, ainda, aos elevados custos - de transporte, antes de 1906 houveram poucas chances para uma articulação dinâmica entre a economia gaúcha e a nacional. Seu principal produto - o charque - durante o último quartel do século XIX, encontrava grandes dificuldades para manter os mercados nacionais já conquistados, face à competitividade dos produtores platinos. Os produtores da Agropecuária Colonial se ressentiam dos elevados custos de transporte e condições precárias de navegação e armazenagem da frota mercante nacional, de modo que preferiam especializar-se em um produto menos perecível e de alto valor por unidade de peso, como a banha. Assim, com a elevação da proteção tarifária à produção agrícola nacional, em 1905, foram as agri

(1) SOUZA, P.R.C. - Um Modelo Primário Exportador Regional: El Caso de Rio Grande do Sul, Brasil - Chile - Dissertação de Mestrado em Economia - Fac. de Economia Política da Universidade do Chile - 1973

culturas de alimentos simples desenvolvidas em São Paulo e Minas, em antigas terras do café liberadas pela crise cafeeira do final do século XIX, que se tornaram supridoras do mercado nacional mais dinâmico, restando ao Rio Grande do Sul o abastecimento parcial dos mercados urbanos da cidade do Rio de Janeiro, cuja zona tributária tinha entrado em decadência com a crise cafeeira, e aos mercados urbanos nordestinos, em lento crescimento. Para o mercado paulista, destacavam-se as exportações de banha, com uma elevada diversificação, a nível de produto, nas demais exportações.

Mantendo-se relativamente desarticulada com o pólo dinâmico, ao longo da primeira fase da transição capitalista da economia nacional, a economia gaúcha sofreu severa concorrência, por parte de outros produtores, nos mercados de seus principais produtos. Assim, desde o início do século, o Governo Estadual viu-se obrigado, para manter a competitividade dos principais produtos sulinos, a abrir mão do imposto sobre exportações, então a principal fonte de receita estadual. Daí resultou, ao longo da Primeira República, um aparelho estatal relativamente fraco, que não conseguia resolver os principais problemas de infra-estrutura da economia gaúcha: o funcionamento normal do porto do Rio Grande, e a redução dos custos de transporte internos, por intermédio da Viação Férrea, cujas linhas não integravam convenientemente o estado. Mais tarde essa relativa debilidade se faria sentir na deficiente rede estadual de estradas de rodagem e na demora em resolver adequadamente o problema de oferta de energia elétrica.

Não bastassem os problemas de competitividade, a economia gaúcha tinha parte do seu excedente apropriado pelo comércio atacadista nas praças do Rio de Janeiro

e Santos, e pelo comércio exportador de Montevideu. Efetivamente, devido às deficiências na navegação direta entre as praças do Sul e do Norte-Nordeste, notadamente o comércio atacadista carioca era o grande intermediário nas transações nacionais, enquanto que Montevideu, devido à navegação mais regular e fretes mais reduzidos para a Europa, era o grande intermediário nas exportações internacionais.

A tentativa da economia gaúcha de articular-se dinamicamente com a economia internacional, através do suprimento de carnes frigorificadas, fracassou nos anos vinte, quando registrou-se superprodução mundial de carnes. De qualquer modo, a instalação dos frigoríficos estrangeiros durante a Primeira Guerra Mundial representou importante mudança para a Pecuária Tradicional. A partir de sua instalação, os frigoríficos iriam organizar indiretamente a pecuária bovina de corte, estimulando a formação de um rebanho semelhante ao platino, cruzado com raças europeias e em condições de fornecer um tipo de carne adequado à demanda internacional. De qualquer maneira, os frigoríficos também não internalizavam a parte do excedente de que se apropriavam no Rio Grande do Sul pois, como filiais de grandes empresas internacionais, tinham prioridades de investimentos decididas a nível internacional e no contexto da "guerra da carne" que se travava entre os capitais americanos e ingleses.

Uma segunda importante mudança na economia gaúcha, durante a Primeira República, foi a constituição de uma incipiente indústria, voltada principalmente para o beneficiamento dos produtos agro-pecuários e para alguns produtos de consumo assalariado, originada principalmente do capital comercial, que se apropriava de boa parte do excedente gerado no âmbito da Agropecuária Colonial.

Uma terceira mudança seria a implantação da lavoura arrozeira, após a Primeira Guerra Mundial, que em função de sua forma de produção permitia elevada produtividade ao produto gaúcho, assegurando o caráter comercial desta lavoura desde os primórdios.

A partir de 1933, com a recuperação da economia nacional da crise internacional de 1929, que agudizou e precipitou o desfecho da crise estrutural do complexo cafeeiro, mudou o padrão nacional de acumulação, com o centro de gravidade da acumulação de capital passando do setor primário-exportador - para o urbano-industrial, concentrado espacialmente no eixo Rio-São Paulo.

A partir dessa mudança no centro de gravidade da acumulação de capital, o Estado passará a utilizar o elenco de instrumentos de política econômica, notadamente o controle de preços e a política cambial em favor dos interesses urbanos - industriais.

A década de 1930, devido à precária articulação anterior do estado com o polo dinâmico, trouxe poucas transformações ao setor agropecuário gaúcho. Registraram-se aumentos na demanda de determinados produtos que o Rio Grande do Sul possuía relativa concentração regional da produção, principalmente insumos industriais como a lã, fumo e a uva (por causa do vinho). Essa maior demanda ocorreu em função do próprio dinamismo industrial do pólo e, principalmente, pela grave limitação da capacidade para importar do País após a crise de 1929. No entanto, os principais produtos de exportação sulinos, como o charque, banha e arroz passaram por sérias dificuldades, devido à crescente competição por parte de outros produtores, nos seus mercados tradicionais e os demais produtos alimentares pouco tiveram sua demanda afetada, já que a liberação de terras antes pertencentes ao café permitiram a expansão da agricultura paulista de alimentos simples. A economia regional também apresentou um baixo dinamismo, devido à crise de seu principal setor, a Pecuária Tradicional, iniciada na década anterior e agravada no início desta, provocando séria crise no setor financeiro gaúcho, o que deve ter se refletido nas moderadas taxas de crescimento da indústria gaúcha entre os Censos de 1919 e 1939. (2)

No final da década de 1930, dois eventos irão impactar a economia sulina. O primeiro é a mudança na atuação estatal em rela

[2] Para as taxas de crescimento industrial entre 1919-1970, ver:
CANO, W. - Questão Regional e Concentração Industrial no Brasil, 1930 - 1970 - Campinas - Versão preliminar (mimeo) - 1978

ção ao setor agrícola. O crédito agrícola, com a criação da CREA do Banco do Brasil, em 1937, passou a ser importante mecanismo de alocação de recursos às atividades agropecuárias que interessasse ao Estado incentivar. O segundo é a ocorrência da Segunda Guerra Mundial quando, seja por participar o Brasil de acordos de abastecimento aos exércitos-aliados, seja pelas maiores dificuldades na importação de matérias-primas, a demanda externa por produtos gaúchos foi significativamente aumentada.

Estes eventos impactaram de diferentes formas sobre os principais setores da agropecuária gaúcha.

A Pecuária Tradicional viu a demanda por gado gordo consideravelmente aumentada com a retomada das atividades por parte dos frigoríficos, que novamente exportaram para o mercado internacional carnes bovinas congeladas e em conserva. Além disso, continuou aumentando a demanda de lã, por parte da têxtil nacional. A euforia do período de guerra seria logo arrefecida com o contingenciamento das exportações de carne e tabelamento do produto para atender à demanda interna. A partir de 1949, a manutenção de uma taxa cambial super-valorizada e a desvalorização da libra esterlina prejudicaram particularmente o Rio Grande do Sul, que tinha no mercado inglês um grande comprador. Assim, os abates de bovinos passaram a ser predominantemente para o abastecimento do mercado local, uma vez que foram perdidos os mercados externos, e nos mercados nacionais, o charque e as carnes frigoríficas encontravam grandes dificuldades de colocação, já que outros estados produtores substituíam o Rio Grande do Sul no abastecimento de produtos de origem animal. Uma das características do período 1920/1955 para a Pecuária Tradicional foi o contínuo aperfeiçoamento zootécnico do rebanho bovino gaúcho.

A Agropecuária Tradicional viu-se as voltas com grave crise de seu principal produto comercializável, a

banha, que enfrentava a concorrência do produto similar catarinense e mineiro, além da incipiente concorrência dos óleos vegetais. Os camponeses já haviam, ao longo da década de 1930, tentado ampliar a retenção de sua parcela no preço final de seus principais produtos através do Cooperativismo, tentando - livrar-se da tradicional dependência do capital comercial. No entanto, o mercado de seus produtos, com a entrada de novos - produtores, como o Paranaá, além da extraordinária diversificação e crescente produção agrícola paulista, era muito competitivo, e as tentativas de proteção dos produtos coloniais levavam tanto a um aumento da oferta concorrente, incentivada pelos melhores preços, quanto a uma progressiva perda dos merçados tradicionais, como a cidade do Rio de Janeiro.

Foi só no final da década de 1940, com o aumento das taxas de industrialização e urbanização regionais que a Agropecuária Colonial passou por um período de relativa prosperidade. Temos que assinalar, no entanto, que os aumentos na produção física de suas lavouras foram conseguidos com a produtividade física decrescente, devido ao esgotamento dos solos. A dependência ao capital comercial foi gradativamente substituída por uma crescente dependência em relação ao capital industrial, como no caso do fumo, uva e suínos, justamente os produtos que registraram os maiores decrêscimos nos preços reais .

A partir de 1937, a lavoura arroeira estimulada por um crescimento da demanda de seu produto, tanto nacional quanto internacional (através dos acordos de suprimento), expandiu - se e capitalizou-se rapidamente graças aos crêditos para custeio e investimento da CREAI do Banco do Brasil, concedidos a juros reais negativos. A partir de 1945, novo incentivo estatal seria concedido com a garantia de preços mínimos ao arroz.

A lavoura de trigo, com a tentativa da substituição - das importações desse cereal, passou também por período de notável expansão, com crescente capitalização da lavoura, fazendo uso de equipamentos agrícolas e insumos modernos, como ferr

tilizantes e defensivos. Este tipo de desenvolvimento foi possível, como no caso do arroz, pela ação estatal: financiamentos pela CREA do Banco do Brasil, a juros reais negativos, e garantia de preços mínimos (a partir de 1951).

Ambas Lavouras Empresariais expandiram-se em terras antes ocupadas pela Pecuária Tradicional e pela Agropecuária Colonial. No caso das terras cedidas pelos pecuaristas, a modalidade preferida foi o arrendamento, solução natural dada a conjuntura difícil pela qual passava o setor, com exportações internacionais reduzidas e preços do gado gordo subindo abaixo do nível geral de preços. Com a expansão das Lavouras Empresariais, os pecuaristas viram seu ativo em terras subitamente valorizado, uma vez que possuíam o virtual monopólio dos solos mecanizáveis e a fronteira agrícola estava esgotada no estado. Na Agropecuária Colonial, a pequena produção de trigo tornou-se uma alternativa à crise da suinocultura e alguns camponeses passaram por importante mudança qualitativa, através de crescente especialização no cultivo desse cereal, abandonando a órbita camponesa e ingressando na capitalista, como empresários familiares mercantis.

Com o esgotamento da fronteira agrícola estadual, a crise da suinocultura e a valorização das terras, passou a haver uma crescente migração de camponeses gaúchos em direção à frente de expansão camponesa nos estados de Santa Catarina e Paraná, onde reproduziram uma agropecuária semelhante à sulina, aumentando no momento seguinte a competição aos produtos coloniais gaúchos no mercado nacional. Os camponeses das regiões de colonização mais antiga, nem sempre conseguiram migrar para novas terras, tendo muitos que dirigiram-se às cidades, onde geralmente se proletarizaram.

Em 1956, modifica-se novamente o padrão nacional de acumulação, agora sob o predomínio da indústria pesada, mais especificamente dos setores de bens de capital, intermediários e de consumo durável, que cresceram aceleradamente a capacidade produtiva, muito à frente da demanda. Nesse novo padrão foram fun

damentais o papel do Estado e do capital estrangeiro.

A nova política econômica, destinada a viabilizar a implantação de tal pacote de investimentos, concentrados especialmente no triângulo Rio-Belo Horizonte-São Paulo, impactou principalmente sobre as Lavouras Empresariais, que se constituíam no elemento dinâmico da agricultura gaúcha. A nova política cambial retirava os subsídios à importação de fertilizantes, já em 1959, e logo após aumentou a proteção à fabricação interna de tratores. Ambas as medidas aumentaram os custos de produção dessas lavouras, ainda mais que a forte inflação tornava inoperante o sistema de preços mínimos garantidos, que assim diminuía em termos reais. A lavoura tritícola, que passava por um período de quebras sucessivas de safras, foi particularmente afetada. A oferta de trigo norte-americano em condições extremamente vantajosas, consubstanciada nos Acordos do Trigo Americano, demoveu qualquer maior ajuda governamental.⁽³⁾ Assim, após 1958, houve abandono parcial dessa lavoura, enquanto que a lavoura arrozeira crescia apenas moderadamente, inclusive com um período de produtividade física decrescente.

Como as Lavouras Empresariais eram responsáveis pelo dinamismo do setor agropecuário gaúcho, a articulação com o novo padrão de acumulação iniciou com uma crise dessas lavouras (1956-1959), seguido por um período de estagnação de toda a agropecuária sulina (1960-1963) e depois, por uma estagnação generalizada de todos os setores da economia gaúcha até 1967.⁽⁴⁾

Com o abandono parcial da lavoura tritícola, algumas terras arrendadas voltaram à pecuária, uma vez que os preços internos do gado elevaram-se consideravelmente, em função dos preços internacionais, embora os tabelamentos e

(3) O ponto máximo da participação da produção nacional na oferta total do trigo no Brasil foi em 1955: 37%. Conforme: DELFIM NETTO, A. e FREITAS, L. - O Trigo no Brasil - São Paulo - Assoc. Comercial - 1960 - pp. 92-93.

(4) As taxas de crescimento anual da agricultura gaúcha foram: -0,1% entre 1956-1959; 2,3% entre 1960-1963 e 3,2% entre 1964-1967. Conforme FUNDAÇÃO de ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Uma Visão Global da Economia do Estado - Porto Alegre - FEE - 1976 - p. 41

contingenciamentos de exportações a que estava submetida a carne. Apesar do crescimento do rebanho gaúcho no período, a pecuária de corte gaúcha continuou a perder posições na produção nacional de carnes, pois a necessidade de terras para seu crescimento extensivo esbarrava no esgotamento da fronteira agrícola estadual e com seu uso mais lucrativo, através de arrendamento às Lavouras Empresariais, de parte das áreas de pastagens. Assim, os maiores pecuaristas passaram a comprar terras na frente de expansão da pecuária nacional, em Mato Grosso, Goiás, etc.

Ainda no âmbito da pecuária de corte, esboçou-se uma nova redivisão regional de trabalho, dentro da qual caberia ao Rio Grande do Sul, devido ao aperfeiçoamento de seu rebanho, atender a demanda internacional de carnes.

A Agropecuária Colonial encontrou na soja uma alternativa ao trigo, como produto comercializável, devido à sua crescente demanda por parte das fábricas de óleos vegetais - que se instalavam no estado. Como o mercado regional, o mais importante para a maioria de seus produtos, crescia rapidamente pela crescente urbanização, esse setor resistiu melhor ao período de rearticulação da agropecuária gaúcha com a economia nacional. Mesmo assim, aumentou a pressão sobre a terra na zona camponesa, levando a uma crescente migração, tanto para a frente de expansão camponesa em outros estados, quanto para as cidades.

No ano de 1965, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural, que estabeleceu algumas medidas que permitiram ampliar sensivelmente os recursos encaminhados para o crédito agrícola. Além disso, o novo sistema de crédito permitiu um subsídio explícito à modernização da agricultura, através do uso de insumos modernos, como fertilizantes, defensivos, etc.

A primeira lavoura gaúcha a beneficiar-se de tais incentivos foi a do arroz. Graças a eles e ao sucesso da pesquisa por uma nova variedade, de grãos longos, o arroz entrou nas férteis terras da Campanha em meados da década de 1960. A crescente produtividade física diminuiu os custos de produção do arroz gaúcho, dando-lhe crescente competitividade frente aos demais produtores e aumentando a participação do Rio Grande do Sul na oferta nacional de arroz.

A partir de 1967, uma nova política de comércio exterior foi implantada no país. Ponto importante dessa nova política era a promoção das exportações de produtos primários, denominados não-tradicionais, como a soja e a carne. Essas exportações gerariam divisas que deveriam resolver ou minorar as crises da Balança de Pagamentos. Peça importante da nova política seria a substituição das importações de produtos selecionados, entre os quais o trigo, uma vez que havia expirado o Acordo com os Estados Unidos.

O impacto da nova política nas lavouras de trigo e soja foi imediato. Aproveitando-se dos subsídios oferecidos, principalmente a lavoura tritícola aumentou rapidamente a área cultivada, até 1972, quando registraram-se, à semelhança do final da década de 1950, notáveis quebras de safras. Porém, a recuperação dessa lavoura foi rápida devido ao plantio, no regime de sucessão temporal de culturas, com a soja, lavoura que vinha se expandindo ao longo da década de 1960, principalmente após 1968, e que a partir de 1972 registrava notável "boom", ocasionado pelos altos preços internacionais.

Foram, como vimos, as Lavouras Empresariais as principais responsáveis pelas elevadas taxas de crescimento do setor agropecuário do Rio Grande do Sul, após 1966.⁽⁵⁾ No caso do trigo e da soja, o papel das Cooperativas que de simples intermediárias entre Governo-produtor na comercialização do trigo, passaram a organizar indiretamente a produção de seus as-

(5)As Lavouras Empresariais passaram de uma participação de 22% no valor bruto da produção agrícola em 1966, para 52% em 1975.

sociados, a procura de crescentes ganhos de produtividade, foi fundamental na consolidação do capitalismo no campo gaúcho.

Graças ao tipo de ação desenvolvida pelas Cooperativas, foi assegurada a sobrevivência do pequeno produtor, pelo menos nos primeiros momentos da consolidação das lavouras de trigo-soja. Desta forma, novamente alguns camponeses conseguiram abandonar a órbita camponesa, através de uma crescente especialização na lavoura de soja, em direção a uma crescente empresarização de seus estabelecimentos familiares.

A expansão do crédito rural no Rio Grande do Sul, notadamente o oficial, juntamente com a ação mais agressiva das Cooperativas, principalmente as ligadas às Lavouras Empresariais, acabou por praticamente eliminar o "velho" capital comercial das zonas mais prósperas do campo gaúcho, permanecendo sua importância apenas nas zonas mais atrasadas, normalmente os municípios ainda não atendidos pela rede bancária. Assim, a apropriação de parte do excedente agrícola na esfera da circulação passou a ser disputado por um "moderno" capital comercial (as Cooperativas, principalmente), pelo sistema industrial (pelo controle monopsonico de determinados produtos) e pelo sistema financeiro (via juros).

A Pecuária Tradicional, que tinha os preços internacionais da carne em rápida ascensão, também beneficiou-se da política de promoção de exportações através da colocação de crescentes quantidades de carne congelada no exterior. Porém, com o fechamento do Mercado Comum Europeu às carnes brasileiras, após 1973, a caída dos preços externos, seguida pelos internos, deixou a atividade sem perspectiva no Rio Grande do Sul. (6)

(6) A Pecuária Tradicional passou de uma participação de 17% no valor bruto da produção agrícola em 1966, para 11%, em 1975.

Em consequência, a Pecuária Tradicional, que mesmo durante seu auge cedia terras, em arrendamento, às Lavouras Empresariais, passou a explorar mais intensamente seu ativo mais valorizado, a terra, transformando-se o pecuarista num proprietário capitalista de terras, cedendo-as em arrendamento às Lavouras Empresariais. Assim, em 1975, 65% das terras plantadas com arroz e 44% das terras plantadas com trigo-soja eram arrendadas. (7)

O sistema de crédito rural, concedido em troca de garantias efetivas pelo tomador, evidentemente não favoreceu a Agropecuária Colonial. Assim, embora em 1975 ainda fosse responsável por 37% do valor da produção agrícola gaúcha, absorvia apenas 5,4% do crédito oficial destinado à agricultura gaúcha. Não surpreende, então, a rápida diminuição de sua importância no valor bruto da produção do setor agrícola, que passou de 61% em 1966, para os já citados 37% de 1975. A Agropecuária Colonial registrou crescimento nulo do produto de suas lavouras, entre 1965/67 e 1973/75, só não havendo decréscimo pelo aumento da produtividade de alguns deles, geralmente submetidos a controles oligopsônicos, que obtinham financiamento para a utilização de insumos modernos, resultando numa produção de elevados valores brutos por estabelecimento, que não se refletia numa elevação da renda camponesa.

As baixas rendas líquidas dos camponeses apontaram para um desenvolvimento capitalista que utilizasse o imenso depósito de mão-de-obra que é a economia camponesa gaúcha. Isso se deu pela utilização abundante, mas sazonal, do trabalho temporário dos camponeses, que para complementar suas magras rendas entregaram seu sobretabalho ao capital, que tem assim oferta garantida de força de trabalho, enquanto penetra e consolida sua hegemonia no campo gaúcho.

(7) Para a distribuição do crédito oficial entre os três setores, entre 1955-1975, ver:

ZIMMERMANN, A. - As Relações da Produção com o Crédito Oficial na Agricultura Gaúcha - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em Economia - IEPE - 1977

ANEXO ESTATÍSTICO

AS EXPORTAÇÕES DO RS, 1920-1972

OBSERVAÇÕES

- 1) A fonte dos dados é a FUNDAÇÃO de ECONOMIA e ESTATÍSTICA (antigo Departamento Estadual de Estatística). Os dados - foram coligidos, até 1959, a partir dos Anuários Estatísticos das Exportações; a partir de 1960, a FEE agrupou os dados, a nível de divisão, que nos foram gentilmente cedidos.
- 2) Os dados até 1959 estão agregados a nível de produto (4 dígitos); a partir daí, a nível de divisão (3 dígitos) , conforme IBGE - Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.
- 3) Madeiras, entre 1920-1972, agrega dados para pinho, em bruto ou preparado, conforme a divisão II.22 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).
- 4) Calçados de couro, entre 1920-1972, agrega dados conforme a divisão VII.43 da NBM.

RELAÇÃO EXPORTAÇÕES GERAIS/PRODUTO INTERNO LÍQUIDO

(a custo de fatores) (1939-1972)

(em 1.000 Cr\$)

<u>Anos</u>	<u>Exportações Gerais</u> ^{a/}	<u>Produto Interno Líquido</u> ^{b/}	<u>X/PII</u>
1939	934	4.180	22,3
1947	4.505	14.093	32,0
1948	5.410	15.434	35,1
1949	5.407	18.353	29,5
1950	6.025	21.199	28,4
1951	8.214	24.225	33,9
1952	11.110	30.684	36,2
1953	14.476	39.625	36,5
1954	17.245	50.550	34,1
1955	20.181	65.445	30,8
1956	27.842	86.346	32,2
1957	31.495	100.197	31,4
1958	38.840	112.416	34,6
1959	47.629	146.032	32,6
1960	66.825	200.684	33,0
1961	107.041	296.882	36,1
1962	189.625	510.086	37,2
1963	355.758	915.731	38,8
1964	572.675	1.763.153	32,5
1965	985.634	2.749.775	35,8
1966	1.543.554	3.838.439	40,2
1967	1.158.995	5.029.340	23,0
1968
1969	3.398.668	8.966.456	37,9
1970
1971
1972	9.654.750	18.848.615	51,2

a/Dados da FEEb/Dados da FGV

A.2

EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL1920-1939

ANOS	VALOR(Mil-réis)	Valor Deflacionado ^{a/}
1920	197.879	197.879
1921	214.959	231.139
1922	234.071	236.435
1923	311.150	293.538
1924	413.942	289.470
1925	473.997	269.316
1926	347.445	302.126
1927	415.915	332.732
1928	580.722	341.601
1929	540.792	303.816
1930	507.982	315.516
1931	409.636	301.203
1932	368.006	292.068
1933	424.883	303.488
1934	409.885	369.266
1935	542.701	434.161
1936	682.804	426.753
1937	880.817	454.029
1938	830.160	415.080
1939	934.138	469.416

^{a/}Valor em mil-réis deflacionado pelo Índice de Preços das Exportações, cuja construção está na página seguinte.

A.3

ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS1920/1939

(Base: 1920=100)

1921=93

1922=99

1923=106

1924=143

1925=176

1926=115

1927=125

1928=170

1929=178

1930=161

1931=136

1932=126

1933=140

1934=111

1935=125

1936=160

1937=194

1938=200

1939=199

Metodologia da Construção do Índice de Preços das Exportações Gaúchas, 1920-1939:

É um índice de preços de Laspeyres, calculado para 18 produtos: arroz, banha, carnes frigorificadas, charque, batata-inglesa, feijão, sebo, lã, couros vacuns salgados, couros vacuns secos, fumo em folha, vinho, farinha de mandioca, madeiras, cebolas, calçados de couro, manufaturas de têxteis e tecidos.

A.4

EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL1939/1972

Anos	Valor (em CR\$)	Valor Deflacionado ^{a/}
1939	934.138	5.189.656
1940	1.029.828	5.149.140
1941	1.205.222	5.478.282
1942	1.617.083	5.989.196
1943	1.853.143	5.977.881
1944	2.591.511	7.004.084
1945	2.707.396	6.603.405
1946	4.120.089	8.408.345
1947	4.505.114	7.903.709
1948	5.409.921	9.016.535
1949	5.406.721	9.011.202
1950	6.024.769	8.992.193
1951	8.213.818	9.896.166
1952	11.109.826	12.624.802
1953	14.475.568	14.475.568
1954	17.245.260	13.265.584
1955	20.180.675	13.453.783
1956	27.841.774	15.729.815
1957	31.494.515	15.797.257
1958	38.839.818	17.185.760
1959	47.628.564	15.024.783
1960	66.825.355	16.219.746
1961	107.040.872	17.959.877
1962	189.624.879	21.523.821
1963	355.757.901	23.466.879
1964	572.674.911	18.881.467
1965	985.633.588	18.892.727
1966	1.543.553.565	23.429.773
1967	1.185.994.978	12.970.197
1968
1969	3.398.667.606	...
1970
1971
1972	9.654.749.763	...

^{a/}Valor em Cr\$ deflacionado pelo Índice de Preços das Exportações do Rio Grande do Sul, cuja construção está na tabela seguinte.

A.5

ÍNDICE DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS1939/1967

(Base: 1953=100)

1939=18
1940=20
1941=22
1942=27
1943=31
1944=37
1945=41
1946=49
1947=57
1948=60
1949=60
1950=67
1951=83
1952=88
1953=100
1954=130
1955=150
1956=177
1957=200
1958=226
1959=317
1960=412
1961=596
1962=881
1963=1.516
1964=3.033
1965=5.217
1966=6.588
1967=9.144

A.5 (Continuação)

Metodologia da Construção do Índice de Preços das Exportações Gaúchas - 1939-1967

O Índice foi construído através de uma fórmula ponderada: $A \times I.E. + B \times I.P.I.$ onde:

A=participação das exportações internacionais no valor exportado pelo Rio Grande do Sul em cada ano;

I.E. = Índice das Exportações Internacionais; de 1939-1947 foi o Índice de Preços das Exportações do Brasil, exceto café, calculado pelo INPES;^{a/} De 1947 em diante foi o Índice de Preços das Exportações do Brasil, exceto café, da F.G.V.^{b/}

B= participação das exportações para os estados no valor exportado pelo Rio Grande do Sul em cada ano;

I.P.I = Índice de Preços Internos; de 1939-1947, foi o Índice Geral de Preços calculado por Haddad;^{a/} de 1947 em diante foi o Índice de Preços por Atacado da F.G.V.^{b/}

a/Publicados em: MALAN, P. et alii - Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939-1952) - Rio de Janeiro - IPEA - 1977 - tabela III.13

b/Publicados em: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - Conjuntura Econômica - Rio de Janeiro - vol. XXIII - nº 8 - 1969 - col.44 e 83

A.6

EXPORTAÇÕES GAÚCHASPARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS1930/1956

ANOS	MERCADO NACIONAL	MERCADO INTERNACIONAL
1930	64,3	35,7
1931	65,7	34,3
1932	81,6	18,4
1933	77,6	22,4
1934	74,0	26,0
1935	63,1	36,9
1936	73,1	26,9
1937	74,2	25,8
1938	72,2	27,8
1939	68,6	31,4
1940	65,0	35,0
1941	65,6	34,4
1942	59,6	40,4
1943	63,9	36,1
1944	68,9	31,1
1945	77,0	23,0
1946	62,9	37,1
1947	64,6	35,4
1948	69,0	31,0
1949	81,2	18,8
1950	84,0	16,0
1951	83,0	17,0
1952	90,3	9,7
1953	90,1	9,9
1954	93,1	6,9
1955	90,0	10,0
1956	90,2	9,8

A.6 (Continuação)

EXPORTAÇÕES GAÚCHASPARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS1957/1972

ANOS	MERCADO NACIONAL	MERCADO INTERNACIONAL
1957	90,8	9,2
1958	87,8	12,2
1959	86,4	13,6
1960	90,9	9,1
1961	82,7	17,3
1962	88,5	11,5
1963	91,9	8,1
1964	81,9	18,1
1965	75,0	25,0
1966	78,5	21,5
1967	77,7	22,3
1968
1969	76,3	23,7
1970
1971
1972	70,2	29,8

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 1920-1929

RELAÇÃO COTAÇÃO NOMINAL/INDICE GERAL DE PREÇOS^{a/} PARA A TONELADA EXPORTADA

(base:1920=100)

ANOS	CHARQUE	BANHA	ARROZ	COUROS VACUNS SALGADOS
1921	119	127	94	93
1922	94	125	103	95
1923	65	74	86	110
1924	88	101	122	115
1925	84	122	147	105
1926	71	97	85	85
1927	79	100	92	84
1928	106	101	118	173
1929	140	101	124	173

^{a/}INDICE GERAL DE PREÇOS de HADDAD, publicado em: MALAN, P; BONELLI, R; ABREU, M. e PEREIRA, J.E. - Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952 - Quadro III.13

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO, 1930-1939

RELAÇÃO COTAÇÃO NOMINAL/INDICE GERAL DE PREÇOS ^{a/} PARA A TONELADA EXPORTADA
(base: 1929=100)

ANOS	ARROZ	LÃ	CHARQUE	COUROS VACUNS SALGADOS	FUMO EM FOLHA	BANHA	VINHO
1930	75	88	113	90	101	108	107
1931	64	49	108	79	86	108	108
1932	68	57	94	51	72	95	95
1933	85	74	82	42	76	74	114
1934	86	100	67	82	63	54	117
1935	69	109	72	83	89	85	102
1936	90	120	81	117	98	130	113
1937	120	180	81	129	99	138	117
1938	88	154	89	116	92	160	116
1939	69	155	99	106	98	147	115

^{a/}INDICE GERAL DE PREÇOS de HADDAD

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO, 1940-1948

RELAÇÃO COTAÇÃO NOMINAL/INDICE GERAL DE PREÇOS^{a/} PARA A TONELADA EXPORTADA

(base:1939=100)

ANOS	ARROZ	CARNES EM CONSERVA	CARNES CONGELADAS	MADEIRA	CHARQUE	BANHA	LÃ	COUROS VACUNS SALGADOS	FUMO	VINHO
1940	164	132	167	158	113	85	125	120	108	93
1941	211	125	314	175	116	107	127	118	94	134
1942	145	136	410	359	107	116	160	131	82	145
1943	168	131	361	377	110	122	139	115	89	149
1944	176	105	331	449	136	105	110	105	94	158
1945	166	88	434	487	119	94	95	93	132	151
1946	153	90	274	392	104	95	79	109	130	138
1947	170	117	375	396	96	170	83	159	124	150
1948	204	135	376	350	114	162	77	137	121	137

^{a/}INDICE GERAL DE PREÇOS de HADDAD

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 1949-1956

RELAÇÃO COTAÇÃO NOMINAL/ÍNDICE GERAL DE PREÇOS^{a/} PARA A TONELADA EXPORTADA

(base:1948-100) .

ANOS	ARROZ	BANHA	MADEIRA	LÃ	CHARQUE	FUMO	CARNE CONGELADA	VINHO	FARINHA DE TRIGO
1949	95	72	95	148	126	87	100	67	86
1950	72	91	74	200	122	82	73	89	61
1951	60	76	78	309	113	73	83	81	78
1952	66	70	75	168	121	92	91	81	47
1953	113	79	73	146	141	98	78	77	47
1954	111	85	76	213	135	81	85	99	42
1955	86	94	88	180	152	95	114	102	59
1956	83	93	91	201	148	94	100	98	52

^{a/}ÍNDICE GERAL DE PREÇOS da F.G.V.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, 1957-1967

RELAÇÃO COTAÇÃO NOMINAL/ÍNDICE GERAL DE PREÇOS^{a/} PARA A TONELADA EXPORTADA

(base:1956 =100)

ANOS	ARROZ	LÃ	MADEIRAS	FUMO	BANHA	CHARQUE	CARNES BOVI NAS EM CONSERVA	CARNES BOVI NAS CONGELADAS	VINHO
1957
1958	127	97	105	102	87	95	102	103	74
1959	122	82	115	87	99	90	127	94	75
1960	101	107	135	112	128	96	122	131	68
1961	84	123	141	...	91	96	130	139	56
1962	100	134	131	95	60	121	110
1963
1964	128	80	123	125	103	98	143	152	75
1965	87	96	126	105	98	105	200	183	87
1966	100	82	113	92	57	154	177	129	63
1967	112	58	113	113	70	113	...	137	68

^{a/}ÍNDICE GERAL DE PREÇOS da F.G.V.

A.12

EXPORTAÇÕES DE CHARQUE - 1920/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1920	35.503	42.570.924	1.199
1921	34.590	41.514.805	1.200
1922	53.761	56.002.503	1.042
1923	63.748	59.844.687	939
1924	54.519	76.800.865	1.409
1925	58.236	92.979.614	1.597
1926	62.486	69.193.990	1.107
1927	61.410	73.530.323	1.197
1928	53.836	97.220.841	1.806
1929	45.858	104.713.680	2.283
1930	35.694	80.273.472	2.249
1931	32.062	61.211.882	1.909
1932	40.874	69.556.363	1.702
1933	51.084	75.217.214	1.472
1934	54.594	69.519.574	1.273
1935	69.775	99.758.244	1.430
1936	52.290	84.468.165	1.615
1937	59.959	106.878.232	1.783
1938	44.661	91.009.404	2.038
1939	34.161	78.318.541	2.293

A.13

EXPORTAÇÕES DE ARROZ - 1920/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1920	35.622	17.897.131	502
1921	54.296	21.440.396	395
1922	47.588	22.852.751	480
1923	47.259	24.423.436	517
1924	42.024	34.533.435	822
1925	45.875	53.569.697	1.168
1926	60.859	33.563.580	554
1927	92.235	54.035.846	586
1928	78.585	65.761.434	837
1929	63.683	54.038.567	849
1930	83.990	46.955.894	559
1931	110.353	47.155.472	427
1932	83.482	33.556.580	456
1933	80.261	38.062.341	560
1934	95.360	57.747.286	606
1935	109.209	55.762.035	511
1936	158.048	105.881.058	670
1937	148.326	144.591.142	975
1938	174.351	130.752.696	750
1939	219.499	129.675.408	591

A 14

EXPORTAÇÕES DE BANHA - 1920/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1920	25.176	34.135.146	1.355
1921	22.847	33.238.568	1.455
1922	21.511	34.204.878	1.590
1923	34.409	41.273.851	1.200
1924	27.337	50.021.676	1.830
1925	28.140	73.719.483	2.619
1926	44.035	75.258.667	1.709
1927	48.123	82.979.671	1.724
1928	42.694	82.871.312	1.941
1929	41.617	77.771.054	1.868
1930	45.954	81.669.722	1.777
1931	39.887	62.795.375	1.574
1932	35.683	47.666.745	1.392
1933	48.647	53.141.105	1.092
1934	31.742	26.888.500	847
1935	38.943	53.719.636	1.379
1936	44.715	95.434.825	2.134
1937	53.118	130.672.966	2.460
1938	24.286	72.448.725	2.983
1939	31.360	86.442.432	2.756

A.15

EXPORTAÇÕES DE COUROS VACUNS SALGADOS - 1920/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1920	12.477	12.316.769	987
1921	19.267	14.874.527	772
1922	23.207	20.244.611	872
1923	27.597	35.939.789	1.302
1924	24.401	37.022.704	1.517
1925	24.297	39.781.928	1.637
1926	18.963	20.558.251	1.084
1927	21.072	22.255.336	1.056
1928	24.482	59.368.013	2.425
1929	17.228	40.025.878	2.323
1930	18.562	34.149.016	1.840
1931	15.975	22.969.959	1.438
1932	16.561	15.317.742	925
1933	15.108	11.572.636	766
1934	18.959	29.938.345	1.579
1935	23.839	39.626.270	1.662
1936	16.283	38.941.517	2.392
1937	23.079	66.606.196	2.886
1938	21.642	58.384.714	2.698
1939	23.334	58.266.073	2.497

A.16

EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS - 1920/1939

ANOS	VALOR (Mil-réis)
1920	12.470.612
1921	11.966.940
1922	14.351.396
1923	22.550.922
1924	27.124.509
1925	30.600.022
1926	21.929.661
1927	26.064.023
1928	35.812.872
1929	40.022.749
1930	29.946.820
1931	35.727.244
1932	45.152.294
1933	47.299.305
1934	45.208.386
1935	52.559.718
1936	66.962.200
1937	61.339.149
1938	107.994.651
1939	120.561.910

A.17

EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS - 1920/1939

ANOS	VALOR (Mil-réis)
1920	548.757
1921	321.202
1922	444.751
1923	1.164.740
1924	1.233.415
1925	1.574.139
1926	711.603
1927	2.683.119
1928	5.206.738
1929	8.353.260
1930	5.568.604
1931	7.228.306
1932	8.398.943
1933	4.544.844
1934	10.067.268
1935	12.639.290
1936	11.649.270
1937	6.366.524
1938	18.777.094
1939	20.981.933

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS DE TÊXTEIS E TECIDOS - 1920/1924

(Em Mil-réis)

	1920	1921	1922	1923	1924
<u>MANUFATURAS DE TÊXTEIS</u>	<u>2.688:264</u>	<u>2.121:678</u>	<u>4.043:665</u>	<u>4.779:800</u>	<u>5.523:130</u>
- Manufaturas de Algodão	316:470	192:159	277:122	1.105:592	815:352
- Manufaturas de Tec. Não Especificados	2.371:794	1.929:519	3.766:543	3.674:208	4.707:778
<u>TECIDOS</u>	<u>2.380:972</u>	<u>2.331:761</u>	<u>2.186:325</u>	<u>6.408:450</u>	<u>6.657:057</u>
- Tecidos de Algodão	-	1.311:858	1.462:261	2.793:464	3.383:553
- Tecidos de Lã	-	966:103	17:968	3.317:049	2.852:595
- Tecidos de Seda	-	53:800	30	50:936	600
- Tecidos Não Especificados	2.380:972	-	706:066	247:001	420:309
TOTAL de AMBOS	5.069:236	4.453:439	6.229:990	11.188:250	12.180:187

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS E TÊXTEIS - 1925/1929

(Em Mil-réis)

	1925	1926	1927	1928	1929
<u>MANUFATURAS DE TÊXTEIS</u>	<u>6.595:522</u>	<u>3.174:528</u>	<u>5.370:304</u>	<u>9.246:708</u>	<u>3.169:051</u>
- Manufaturas de Algodão	798:436	488:065	94:039	241:640	540:108
- Manufaturas de Tec. Não Especificados	5.797:086	2.686:463	5.179:911	8.803:589	2.514:803
- Manufaturas de Lã	-	-	96:354	201:479	114:140
<u>TECIDOS</u>	<u>6.064:575</u>	<u>6.602:633</u>	<u>3.878:252</u>	<u>5.162:141</u>	<u>9.661:970</u>
- Tecidos de Algodão	2.941:621	504:375	445:399	302:315	284:329
- Tecidos de Lã	2.102:844	839:988	3.426:105	4.843:432	13:020
- Tecidos de Seda	1:735	-	6:748	-	-
- Tecidos Não Especificados	1.018:375	5.258:270	-	16:484	9.361:489
- Tecidos de Linho	-	-	-	-	3:132
TOTAL de AMBOS	12.660:097	9.777:161	9.248:556	14.408:939	12.831:021

A.19

EXPORTAÇÕES DE LÃ - 1929/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1929	5.770	24.218.778	4.197
1930	7.294	16.634.869	2.281
1931	8.351	13.267.390	1.589
1932	5.042	9.714.247	1.908
1933	7.118	17.331.589	2.435
1934	5.910	20.534.673	3.775
1935	9.797	39.097.735	3.991
1936	8.614	38.487.793	4.468
1937	6.124	44.411.172	7.252
1938	9.731	63.016.184	6.476
1939	7.119	46.956.000	6.596

A.20

EXPORTAÇÕES DE FUMO EM FOLHA - 1929/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1929	14.538	30.614.376	2.106
1930	12.860	24.165.354	1.879
1931	18.594	26.377.175	1.419
1932	11.121	13.395.792	1.205
1933	16.820	20.872.862	1.241
1934	13.836	15.222.501	1.100
1935	16.530	26.910.227	1.628
1936	18.010	32.749.895	1.818
1937	18.395	36.817.759	2.002
1938	17.838	34.706.904	1.946
1939	22.401	46.614.015	2.081

A.21

EXPORTAÇÕES DE VINHO - 1929/1939

ANOS	PESO (t)	VALOR (Mil-réis)	COTAÇÃO (Mil-réis/t)
1929	22.567	17.862.473	792
1930	14.543	10.845.533	746
1931	26.130	17.477.794	669
1932	36.897	21.980.664	596
1933	46.685	33.070.973	708
1934	40.162	31.008.219	772
1935	39.175	27.472.572	701
1936	50.047	39.273.496	785
1937	46.464	41.336.322	890
1938	32.314	29.690.704	919
1939	34.570	31.760.301	919

A.22

EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS DE FERRO E AÇO - 1929/1939

ANOS	VALOR (Mil-réis)
1929	3.227.281
1930	2.560.000
1931	3.234.880
1932	3.988.001
1933	5.937.732
1934	5.568.452
1935	9.944.545
1936	12.634.366
1937	9.973.921
1938	17.402.721
1939	17.110.535

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS DE TÊXTEIS E TECIDOS - 1930/1934

(Em Mil-réis)

	1930	1931	1932	1933	1934
<u>MANUFATURAS DE TÊXTEIS</u>	<u>1.494:700</u>	<u>2.198:661</u>	<u>4.973:849</u>	<u>6.829:067</u>	<u>5.117:278</u>
- Manufaturas de Algodão	274:109	232:107	217:252	207:823	411:929
- Manufaturas de Lã	44:591	51:627	95:761	2.216:888	39:846
- Manufaturas de Tecidos Não Especific.	1.176:000	1.914:927	4.660:836	1.142:593	4.618:278
- Roupas Feitas de Algodão	-	-	-	121:360	-
- Manufaturas de Algodão Não Especific.	-	-	-	132:175	47:225
- Manufaturas de Seda	-	-	-	186:690	-
- Roupas Feitas de Lã	-	-	-	2.821:538	-
<u>TECIDOS</u>	<u>6.573:033</u>	<u>4.683:680</u>	<u>8.287:238</u>	<u>5.917:946</u>	<u>7.688:380</u>
- Tecidos de Algodão	225:535	282:510	233:351	86:257	379:225
- Tecidos de Lã	-	-	-	1.767:024	612:085
- Tecidos de Linho	-	-	-	-	324
- Tecidos de Seda	-	-	-	1.089:075	266:164
- Tecidos Não Especificados	6.347:498	4.401:170	8.053:887	2.975:590	6.430:582
TOTAL de AMBOS	8.067:733	6.882:341	13.261:087	12.207:013	12.805:658

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS DE TÊXTEIS E TECIDOS - 1935/1939

(Em Mil-réis)

	1935	1936	1937	1938	1939
<u>MANUFATURAS DE TÊXTEIS</u>	<u>5.206:322</u>	<u>8.335:000</u>	<u>6.962:666</u>	<u>17.378:706</u>	<u>16.612:216</u>
- Manufaturas de Algodão	22:810	35:000	114:050	8:728	774:173
- Manufaturas de Lã	-	-	-	-	3.019:344
- Manufaturas de Tecidos Não Especific.	5.183:512	8.300:000	6.848:616	17.369:978	12.630:970
- Manufatura de Seda	-	-	-	-	155:710
- Manufaturas de Têxteis Sintéticos	-	-	-	-	32:019
<u>TECIDOS</u>	<u>6.913:781</u>	<u>6.987:300</u>	<u>9.746:074</u>	<u>14.232:032</u>	<u>16.358:088</u>
- Tecidos de Algodão	-	8:900	-	1.038:869	2.735:983
- Tecidos de Lã	-	-	-	1.961:694	10.954:791
- Tecidos de Seda	-	-	-	74:442	480:547
- Tecidos Não Especificados	6.913:781	6.978:400	9.746:074	11.157:027	2.186:767
TOTAL de AMBOS	12.120:103	15.322:300	16.708:740	31.610:738	32.970:304

A.24

EXPORTAÇÕES DE ARROZ - 1940/1972

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	128.488	134.179	1,04
1941	156.798	230.757	1,47
1942	125.090	196.647	1,57
1943	213.218	371.428	1,74
1944	183.060	363.742	1,99
1945	240.773	519.820	2,16
1946	215.963	493.642	2,29
1947	388.835	1.075.973	2,77
1948	227.793	828.077	3,64
1949	222.793	828.077	3,72
1950	205.611	641.521	3,12
1951	229.681	694.684	3,02
1952	453.083	1.674.809	3,70
1953	381.905	2.805.855	7,35
1954	320.222	2.939.581	9,18
1955	328.722	2.725.676	8,29
1956	498.255	4.740.203	9,51
1957
1958	470.017	7.339.375	15,62
1959	358.018	7.386.438	20,63
1960	292.235	6.465.339	22,12
1961	470.484	11.841.359	25,17
1962	646.894	29.369.008	45,40
1963
1964	392.977	76.150.901	193,78
1965	397.503	81.815.555	205,82
1966	810.011	267.179.648	329,85
1967	392.084	185.197.361	472,34
1968
1969	436.278	253.453.828	580,95
1970
1971
1972	...	436.172.723	...

A.26

EXPORTAÇÕES DE CARNES em CONSERVA - 1940/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	29.567	140.540	4,75
1941	34.101	167.977	4,93
1942	28.829	180.857	6,27
1943	31.053	216.811	6,98
1944	26.598	179.291	6,74
1945	18.355	119.773	6,53
1946	24.685	188.452	7,63
1947	13.139	143.266	10,90
1948	10.008	137.609	13,75
1949	5.078	70.924	13,97
1950	7.417	88.731	11,96
1951	3.948	56.085	14,21
1952	4.196	64.250	15,31
1953
1954
1955
1956	4.035	186.104	46,12
1957
1958	6.786	412.682	60,81
1959	13.990	1.457.526	104,18
1960	14.336	1.858.678	129,65
1961	19.623	3.733.091	190,24
1962
1963
1964	20.212	21.151.405	1.046,48
1965	11.222	25.891.797	2.307,24
1966	10.746	30.297.315	2.819,40
1967

A.25

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA CONGELADA - 1939/1972

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1939	6.081	4.130	0,68
1940	33.186	40.480	1,22
1941	15.560	39.210	2,52
1942	24.490	93.482	3,82
1943	10.759	42.002	3,90
1944	9.000	38.895	4,32
1945	2.068	13.507	6,53
1946	7.909	37.353	4,72
1947	21.066	148.191	7,03
1948	23.784	184.167	7,74
1949	28.354	235.373	8,30
1950	11.692	78.418	6,71
1951	14.101	126.894	9,00
1952	20.233	221.080	10,93
1953	29.752	323.372	10,87
1954	16.648	247.503	14,87
1955	18.637	386.379	23,22
1956	14.521	355.215	24,46
1957
1958	21.721	708.449	32,62
1959	5.371	236.136	41,20
1960	16.718	1.229.261	73,53
1961	28.442	3.055.001	107,41
1962	31.251	4.424.875	141,59
1963
1964	45.135	26.614.027	589,65
1965	57.252	64.009.501	1.118,03
1966	74.560	81.002.828	1.086,41
1967	43.855	65.082.453	1.484,04
1968
1969	82.741	184.665.676	2.231,85
1970
1971
1972	...	650.090.747	...

A.27

EXPORTAÇÕES DE CHARQUE - 1940/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	33.293	92.358	2,77
1941	25.011	78.349	3,13
1942	16.752	56.339	3,36
1943	16.940	67.991	4,01
1944	29.138	175.001	6,01
1945	28.541	170.838	6,05
1946	34.123	206.578	5,99
1947	30.903	187.026	6,05
1948	30.811	243.669	7,91
1949	24.749	264.582	10,69
1950	27.968	323.888	11,58
1951	22.271	277.346	12,45
1952	62.372	920.512	14,76
1953	42.118	844.201	20,04
1954	37.171	902.530	24,28
1955	37.159	1.177.011	31,67
1956	34.351	1.273.571	37,08
1957
1958	18.789	850.436	45,26
1959	15.937	949.968	59,61
1960	29.254	2.397.261	81,95
1961	51.648	5.821.966	112,73
1962
1963
1964	43.015	24.847.057	577,63
1965	32.682	31.831.955	973,99
1966	34.727	68.456.326	1.971,27
1967	27.740	51.315.189	1.868,04

A.28

EXPORTAÇÕES DE LÃS - 1940/1972

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	7.871	69.406	8,82
1941	10.856	107.506	9,90
1942	6.129	88.751	14,48
1943	7.800	113.928	14,61
1944	10.936	152.239	13,92
1945	9.669	133.728	13,83
1946	14.782	193.763	13,11
1947	12.323	186.754	15,15
1948	16.737	256.448	15,32
1949	12.299	297.839	24,22
1950	14.971	549.551	36,71
1951	10.066	661.741	65,74
1952	13.816	551.425	39,91
1953	32.325	1.295.657	40,08
1954	24.383	1.805.430	74,04
1955	26.889	1.956.174	72,75
1956	28.625	2.791.048	97,50
1957	- - -	- - -	- - -
1958	31.985	3.910.575	122,26
1959	28.559	4.064.558	142,32
1960	24.754	5.931.085	239,60
1961	23.300	8.824.145	378,72
1962	23.690	14.859.703	627,26
1963	- - -	- - -	- - -
1964	39.621	49.337.116	1.245,23
1965	26.704	62.424.990	2.337,66
1966	32.845	91.059.352	2.772,40
1967	25.761	64.679.423	2.510,75
1968	- - -	- - -	- - -
1969	35.735	150.047.468	4.198,89
1970	- - -	- - -	- - -
1971	- - -	- - -	- - -
1972	21.489	176.314.496	8.204,87

A.29

EXPORTAÇÕES DE COUROS VACUNS SALGADOS - 1940/1956

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	20.733	66.646	3,21
1941	24.433	84.845	3,47
1942	20.475	92.341	4,51
1943	18.139	83.090	4,58
1944	14.452	72.940	5,05
1945	10.002	51.581	5,16
1946	14.292	99.044	6,93
1947	18.014	198.127	11,00
1948	19.516	201.838	10,34
1949	18.014	176.507	9,80
1950	17.846	135.115	7,57
1951	14.438	167.072	11,26
1952	11.713	88.061	7,52
1953	16.303	141.836	8,70
1954	10.747	107.090	9,96
1955	6.136	99.558	16,23
1956	8.467	143.164	16,91

A.30

EXPORTAÇÕES DE BANHA - 1940/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	19.904	49.669	2,50
1941	15.201	53.080	3,49
1942	13.971	60.252	4,31
1943	13.174	70.550	5,36
1944	19.418	107.777	5,55
1945	24.290	138.985	5,72
1946	25.632	168.859	6,66
1947	31.554	407.529	12,92
1948	33.606	456.395	13,58
1949	28.202	293.074	10,39
1950	28.052	416.796	14,86
1951	38.379	553.042	14,41
1952	52.834	781.074	14,78
1953	41.238	797.687	19,34
1954	49.175	1.282.562	26,08
1955	48.494	1.634.510	33,71
1956	48.323	1.922.073	39,76
1957
1958	54.410	2.426.846	44,60
1959	49.253	3.455.269	70,15
1960	51.890	6.094.087	117,44
1961	55.767	6.397.607	114,72
1962	55.392	6.408.373	114,57
1963
1964	54.283	35.188.873	648,25
1965	48.186	47.000.735	975,40
1966	59.604	48.018.915	805,63
1967	38.915	47.820.543	1.228,85

A.31

EXPORTAÇÕES DE FUMO EM FOLHA - 1940/1972

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	20.695	50.089	2,42
1941	19.966	46.030	2,31 ²
1942	21.998	50.970	2,32
1943	15.793	46.557	2,95
1944	28.438	106.653	3,75
1945	28.587	172.981	6,05
1946	39.346	268.773	6,83
1947	35.769	255.467	7,14
1948	24.657	187.617	7,61
1949	35.014	248.223	7,09
1950	37.150	277.008	7,46
1951	43.732	339.944	7,77
1952	36.835	397.031	10,78
1953	40.666	543.418	13,36
1954	41.346	582.504	14,09
1955	41.139	787.418	19,14
1956	40.868	921.891	22,56
1957
1958	38.183	1.132.906	29,67
1959	34.536	1.209.545	35,02
1960	38.110	2.218.640	58,22
1961
1962	48.313	4.973.140	102,94
1963
1964	44.668	20.046.717	448,79
1965	51.238	30.293.898	591,24
1966	47.007	34.517.972	734,32
1967	35.976	40.905.769	1.137,03
1968
1969	49.228	85.212.465	1.730,98
1970
1971
1972	...	204.164.153	...

A.32

EXPORTAÇÕES DE VINHO - 1940/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1940	34.858	31.674	0,91
1941	36.085	52.310	1,45
1942	36.915	67.150	1,82
1943	33.684	73.593	2,18
1944	34.784	97.085	2,79
1945	36.760	112.579	3,06
1946	42.904	137.159	3,20
1947	39.040	148.800	3,81
1948	35.461	135.629	3,82
1949	62.575	172.357	2,75
1950	50.073	205.147	4,10
1951	66.234	282.252	4,26
1952	63.119	303.712	4,81
1953	80.515	420.195	5,22
1954	66.602	570.678	8,57
1955	67.375	693.443	10,29
1956	69.436	818.925	11,79
1957
1958	94.035	1.069.439	11,37
1959	87.170	1.382.023	15,85
1960	103.912	1.921.410	18,49
1961	140.066	2.943.535	21,02
1962	106.803	6.641.324	62,18
1963
1964	85.314	11.529.397	140,07
1965	74.696	19.128.868	256,09
1966	94.787	24.310.036	256,47
1967	103.161	36.537.355	354,18

A33

EXPORTAÇÕES DE MADEIRAS - 1939/1969

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1939	84.777	10.630	0,13
1940	76.814	16.701	0,22
1941	81.152	21.890	0,27
1942	135.592	86.323	0,64
1943	164.319	128.725	0,78
1944	164.603	184.889	1,12
1945	120.214	160.041	1,33
1946	291.178	374.421	1,29
1947	309.792	441.130	1,42
1948	300.237	413.708	1,38
1949	232.723	328.973	1,41
1950	274.288	337.241	1,23
1951	407.965	607.161	1,49
1952	281.841	453.305	1,61
1953	337.420	603.526	1,79
1954	266.633	633.684	2,38
1955	275.230	880.522	3,20
1956	198.114	794.456	3,99
1957
1958	242.757	1.312.690	5,41
1959	172.871	1.413.941	8,18
1960	269.421	3.212.583	12,40
1961	258.480	4.678.158	17,82
1962	237.982	6.229.195	25,01
1963
1964	291.837	23.413.936	77,64
1965	282.552	35.951.902	125,30
1966	291.362	46.451.102	159,43
1967	234.051	46.837.096	200,11
1968
1969	300.341	130.420.116	434,53

A.34

EXPORTAÇÕES DE CALÇADOS - 1940/1972

ANOS	VALOR (CR\$)
1940	19.570
1941	24.838
1942	27.655
1943	39.460
1944	62.101
1945	69.583
1946	103.379
1947	127.600
1948	134.913
1949	156.882
1950	205.158
1951	323.004
1952	409.680
1953	454.091
1954	683.970
1955	771.104
1956	1.198.594
1957	...
1958	1.767.778
1959	2.224.992
1960	3.203.017
1961	5.239.318
1962	8.822.182
1963	...
1964	28.238.707
1965	57.928.372
1966	92.727.395
1967	89.156.501
1968	...
1969	224.653.721
1970	...
1971	...
1972	560.326.016

EXPORTAÇÕES DE MANUFATURADOS - 1940-1972

ANOS	VALOR (CR\$)
1940	127.248
1941	161.558
1942	219.130
1943	316.163
1944	402.364
1945	457.821
1946	635.706
1947	640.075
1948	709.512
1949	948.358
1950	1.283.219
1951	1.863.670
1952	1.991.281
1953	2.574.647
1954	3.342.539
1955	3.965.616
1956	...
1957	...
1958	8.194.102
1959	...
1960	18.488.308
1961	30.480.960
1962	53.062.119
1963	110.217.637
1964	160.174.327
1965	307.751.278
1966	436.006.548
1967	268.034.360
1968	...
1969	1.331.046.419
1970	...
1971	...
1972	4.154.295.259

A.36

EXPORTAÇÕES DE FARINHA DE TRIGO - 1948/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1948	41.533	221.750	5,34
1949	34.414	169.416	4,92
1950	28.969	113.631	3,92
1951	57.185	225.773	3,95
1952	82.665	443.382	5,36
1953	87.681	482.667	5,50
1954	81.446	477.690	5,87
1955	40.628	273.657	6,74
1956	60.546	558.606	9,23
1957
1958	58.864	625.176	10,62
1959	79.949	1.263.825	15,81
1960	50.586	927.850	18,34
1961	16.301	527.652	32,37
1962	156.707	7.248.091	46,25
1963
1964	61.778	7.527.183	117,47
1965	47.270	12.902.254	272,95
1966	28.802	9.097.961	315,88
1967	22.021	8.990.032	408,25

A.37

EXPORTAÇÕES DE TRIGO EM GRÃO - 1950/1967

ANOS	PESO (t)	VALOR (CR\$)	COTAÇÃO (CR\$/t)
1950	62.792	180.848	2,88
1951	125.152	370.047	2,96
1952	49.802	153.125	3,07
1953	63.987	234.559	3,67
1954	105.534	476.963	4,52
1955	114.368	676.930	5,92
1956	246.382	2.001.138	8,12
1957
1958	274.596	2.347.478	8,54
1959	81.138	949.501	11,70
1960	94.047	1.336.097	14,21
1961	173.061	3.768.695	21,78
1962	19.379	710.822	36,68
1963
1964	1.662	182.219	109,64
1965	513	105.703	206,05
1966	577	124.498	215,77
1967	27.468	7.870.869	286,55

A.38

EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS A MOTOR, SEUS PERTENCES E ACESSÓRIOS(INCLUSIVE TRATORES) - 1960/1972

ANOS	VALOR (CR\$)
1960	1.800.914
1961	4.554.861
1962	5.779.686
1963	...
1964	14.288.287
1965	21.592.921
1966	35.182.827
1967	17.981.726
1968	...
1969	87.592.742
1970	...
1971	...
1972	369.728.971

A.39

EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS DO FUMO1966/1972

ANOS	VALOR (CR\$)
1966	10.371.144
1967	614.837
1968	...
1969	124.134.893
1970	...
1971	...
1972	572.852.118

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS (EM VALOR) POR CLASSES - 1920/29

CLASSES DOS PRODUTOS	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929
<u>CLASSE I - ANIMAIS VIVOS</u>	<u>1,60</u>	<u>0,8</u>	<u>0,2</u>	<u>0,2</u>	<u>0,4</u>	<u>0,3</u>	<u>0,2</u>	<u>0,3</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>
<u>CLASSE II - MATERIAS PRIMAS</u>	<u>21,80</u>	<u>21,4</u>	<u>25,9</u>	<u>30,0</u>	<u>27,5</u>	<u>24,2</u>	<u>23,4</u>	<u>22,3</u>	<u>29,0</u>	<u>26,2</u>
1. De Origem Animal	13,10	13,6	16,4	20,5	15,7	15,1	11,3	11,7	17,7	12,3
2. De Origem Vegetal	4,90	4,9	5,4	5,5	7,2	5,0	5,9	5,7	6,5	8,7
3. De Origem Mineral	0,20	ZERO	0,1	0,1	0,3	0,3	0,5	0,6	0,6	0,6
4. De Origem Têxtil/Sint.	3,60	2,9	4,0	3,9	4,3	3,8	5,7	4,3	4,2	4,6
<u>CLASSE III - PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO E FORRAGEM</u>	<u>70,3</u>	<u>72,2</u>	<u>67,8</u>	<u>62,6</u>	<u>65,5</u>	<u>69,0</u>	<u>70,1</u>	<u>71,1</u>	<u>64,7</u>	<u>66,3</u>
1. De Origem Vegetal	19,4	21,8	22,7	20,7	25,8	24,4	24,5	26,2	24,4	23,4
2. De Origem Animal	50,1	49,2	43,5	40,7	38,1	42,8	44,4	44,0	38,	41,2
3. Produtos Diversos	0,8	1,2	1,6	1,2	2,6	1,8	1,2	0,9	2,0	1,7
<u>CLASSE IV - MANUFATURAS</u>	<u>6,3</u>	<u>5,6</u>	<u>6,1</u>	<u>7,2</u>	<u>6,6</u>	<u>6,5</u>	<u>6,3</u>	<u>6,3</u>	<u>6,2</u>	<u>7,4</u>
1. De Origem Animal	0,9	0,5	0,6	0,7	1,1	0,7	0,4	0,9	1,1	1,8
2. De Origem Vegetal	1,0	0,8	1,0	0,8	0,6	0,9	0,6	0,7	0,9	0,9
3. De Origem Mineral	1,1	1,3	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,7
4. De Têxteis e Matérias Primas Sintéricas	0,5	1,5	1,1	2,6	2,1	1,5	0,8	1,4	1,2	1,0
5. Manufaturas Diversas	2,8	1,5	2,8	2,5	2,3	2,9	3,9	2,8	2,5	3,0

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS (EM VALOR) POR CLASSES - 1930/1939

CLASSES DOS PRODUTOS	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
<u>CLASSE I - ANIMAIS VIVOS</u>	<u>0,2</u>	<u>1,4</u>	<u>0,6</u>	<u>0,2</u>	<u>0,6</u>	<u>0,4</u>	<u>0,6</u>	<u>0,4</u>	<u>0,3</u>	<u>0,3</u>
<u>CLASSE II - MATERIAS PRIMAS</u>	<u>22,4</u>	<u>23,3</u>	<u>17,8</u>	<u>18,9</u>	<u>23,4</u>	<u>26,2</u>	<u>22,8</u>	<u>26,1</u>	<u>28,1</u>	<u>25,2</u>
1. De Origem Animal	11,3	10,6	8,3	6,7	11,7	11,2	10,2	14,7	13,2	11,2
2. De Origem Vegetal	7,3	8,5	5,4	6,4	5,1	6,6	6,3	5,7	6,2	8,0
3. De Origem Mineral	0,3	0,4	0,7	0,9	1,1	1,0	0,6	0,6	1,0	0,9
4. De Origem Têxtil/Sint.	3,5	3,8	3,4	4,9	5,5	7,4	5,7	5,1	7,7	5,1
<u>CLASSE III - PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO E FORRAGEM</u>	<u>71,5</u>	<u>66,6</u>	<u>69,3</u>	<u>69,8</u>	<u>65,0</u>	<u>63,7</u>	<u>66,8</u>	<u>66,5</u>	<u>58,6</u>	<u>61,6</u>
1. De Origem Vegetal	21,3	23,1	26,7	31,2	29,8	21,8	28,1	28,6	27,2	26,8
2. De Origem Animal	48,7	41,3	40,1	37,1	32,0	38,9	35,5	36,9	30,3	33,4
3. Produtos Diversos	1,5	2,2	2,5	1,5	3,2	3,0	3,2	1,0	1,1	1,4
<u>CLASSE IV - MANUFATURAS</u>	<u>5,9</u>	<u>8,7</u>	<u>12,3</u>	<u>11,1</u>	<u>11,0</u>	<u>9,7</u>	<u>9,8</u>	<u>7,0</u>	<u>13,0</u>	<u>12,9</u>
1. De Origem Animal	1,2	1,9	2,5	1,1	2,6	2,5	1,8	0,8	2,8	2,9
2. De Origem Vegetal	0,8	0,9	1,3	0,9	0,8	1,0	1,2	0,9	1,4	1,3
3. De Origem Mineral	0,6	0,9	1,3	1,4	1,5	2,0	2,1	1,3	2,7	2,4
4. De Têxteis e Matérias Primas Sintéticas	1,7	1,6	0,9	3,9	2,4	0,5	1,6	0,3	0,9	2,6
5. Manufaturas Diversas	1,6	3,4	6,3	3,7	3,7	3,7	3,1	3,7	5,2	3,7

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS (EM VALOR) POR CLASSES - 1940/52

CLASSES DE PRODUTOS	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
<u>CLASSE I - ANIMAIS VIVOS</u>	<u>0,1</u>	<u>0,2</u>	<u>0,1</u>	<u>0,3</u>	<u>0,5</u>	<u>0,7</u>	<u>0,7</u>	<u>0,4</u>	<u>0,4</u>	<u>0,2</u>	<u>0,4</u>	<u>0,6</u>	<u>1,4</u>
<u>CLASSE II - MATÉRIAS PRIMAS</u>	<u>27,4</u>	<u>31,3</u>	<u>30,0</u>	<u>32,1</u>	<u>31,8</u>	<u>31,5</u>	<u>34,2</u>	<u>32,2</u>	<u>28,0</u>	<u>28,0</u>	<u>30,5</u>	<u>31,2</u>	<u>20,8</u>
1.De Origem Animal	10,8	12,6	11,9	11,5	10,1	10,4	0,6	9,9	8,4	7,3	6,5	6,8	4,3
2.De Origem Vegetal	8,5	8,2	10,8	12,4	14,6	15,3	18,4	17,8	14,3	14,5	14,0	15,3	10,6
3.De Origem Mineral	1,3	1,5	1,7	1,8	0,9	0,6	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6
4.De Origem Têxtil/Sint.	6,8	9,0	5,6	6,4	6,2	5,2	4,9	4,3	5,0	5,8	9,6	8,5	5,3
<u>CLASSE III - PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO E FORRAGEM</u>	<u>60,4</u>	<u>55,1</u>	<u>56,3</u>	<u>50,6</u>	<u>52,2</u>	<u>50,8</u>	<u>49,6</u>	<u>53,2</u>	<u>58,5</u>	<u>54,2</u>	<u>47,8</u>	<u>45,6</u>	<u>59,9</u>
1.De Origem Vegetal	22,1	20,7	25,8	21,7	25,2	25,1	25,3	22,3	33,0	30,8	25,8	26,6	33,1
2.De Origem Animal	37,6	33,8	29,9	28,1	26,0	24,4	23,3	29,8	25,0	22,5	21,1	18,1	26,1
3.Produtos Diversos	0,7	0,6	0,6	0,8	1,0	1,3	1,0	1,1	0,5	0,9	0,9	0,9	0,7
<u>CLASSE IV - MANUFATURAS</u>	<u>12,1</u>	<u>13,4</u>	<u>13,6</u>	<u>17,0</u>	<u>15,5</u>	<u>17,0</u>	<u>15,5</u>	<u>14,2</u>	<u>13,1</u>	<u>17,6</u>	<u>21,3</u>	<u>22,6</u>	<u>17,9</u>
1.De Origem Animal	2,4	2,7	2,3	3,2	3,3	3,7	3,4	2,9	3,0	3,7	4,2	4,8	4,3
2.De Origem Vegetal	1,2	1,2	1,2	1,7	1,8	2,2	1,9	2,0	1,6	2,9	3,7	3,6	3,0
3.De Origem Mineral	2,6	3,2	2,6	2,5	1,6	1,7	1,4	1,6	1,4	2,4	2,2	2,8	2,5
4.De Têxteis e Matérias Primas Sintéticas	2,5	2,7	2,1	2,7	3,0	3,8	3,8	2,7	2,4	3,4	4,0	3,8	2,2
5.Manufaturas Diversas	3,4	3,6	5,4	6,9	5,8	5,6	5,0	5,0	4,7	5,2	7,2	7,6	5,9

PERCENTUAL DAS CLASSES NA PAUTA - 1953/1962

CLASSES DE PRODUTOS	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
<u>CLASSE I - ANIMAIS VIVOS</u>	<u>0,9</u>	<u>0,5</u>	<u>0,7</u>	<u>0,5</u>	...	<u>0,9</u>	<u>1,9</u>	<u>2,0</u>
<u>CLASSE II - MATERIAS PRIMAS, EM BRUTO E PREPARADAS</u>	<u>24,4</u>	<u>26,1</u>	<u>26,7</u>	<u>23,8</u>	...	<u>24,6</u>	<u>24,2</u>	<u>20,9</u>
<u>CLASSE IV - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS e BEBIDAS</u>	<u>56,5</u>	<u>53,7</u>	<u>52,3</u>	<u>54,6</u>	...	<u>44,6</u>	<u>44,5</u>	<u>48,3</u>
<u>CLASSE V - PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS E SEMELHANTES</u>	<u>1,3</u>	<u>1,5</u>	<u>1,5</u>	<u>1,5</u>	...	<u>1,8</u>	<u>1,7</u>	<u>2,0</u>
<u>CLASSE VI - MAQUINARIA e VEÍCULOS seus PERTENCES e ACESSÓRIOS</u>	<u>2,4</u>	<u>3,0</u>	<u>3,5</u>	<u>4,1</u>	...	<u>6,9</u>	<u>8,4</u>	<u>7,5</u>
<u>CLASSE VII - MANUFATURAS CLASSIFICADAS PRINCIPALMENTE SEGUNDO a MATÉRIA PRIMA</u>	<u>5,7</u>	<u>6,7</u>	<u>6,1</u>	<u>5,6</u>	...	<u>8,2</u>	<u>7,4</u>	<u>7,8</u>
<u>CLASSE VIII - MANUFATURADOS DIVERSOS</u>	<u>8,3</u>	<u>8,1</u>	<u>8,6</u>	<u>8,6</u>	...	<u>11,4</u>	<u>10,9</u>	<u>10,6</u>
<u>CLASSE IX - OURO, MOEDA e TRANSAÇÕES ESPECIAIS</u>	<u>0,5</u>	<u>0,4</u>	<u>0,6</u>	<u>1,3</u>	...	<u>1,6</u>	<u>1,0</u>	<u>0,9</u>

A.43 (Continuação)

PERCENTUAL DAS CLASSES NA PAUTA - 1963/1972

CLASSES DE PRODUTOS	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
<u>CLASSE I - ANIMAIS VIVOS</u>	<u>2,2</u>	<u>2,0</u>	<u>1,0</u>	<u>1,9</u>	<u>1,8</u>	...	<u>0,8</u>	<u>0,1</u>
<u>CLASSE II - MATÉRIAS PRIMAS, EM BRUTO e PREPARADAS</u>	<u>17,4</u>	<u>21,0</u>	<u>21,8</u>	<u>19,8</u>	<u>25,0</u>	...	<u>22,7</u>	<u>22,2</u>
<u>CLASSE IV - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS e BEBIDAS</u>	<u>47,1</u>	<u>41,3</u>	<u>42,7</u>	<u>47,2</u>	<u>48,6</u>	...	<u>35,6</u>	<u>31,8</u>
<u>CLASSE V - PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS e SEMELHANTES</u>	<u>2,4</u>	<u>2,6</u>	<u>2,6</u>	<u>2,3</u>	<u>2,2</u>	...	<u>3,1</u>	<u>2,8</u>
<u>CLASSE VI - MAQUINARIA e VEÍCULOS seus PERTENCES e ACESSÓRIOS</u>	<u>7,0</u>	<u>8,7</u>	<u>7,3</u>	<u>6,6</u>	<u>5,0</u>	...	<u>9,3</u>	<u>14,3</u>
<u>CLASSE VII - MANUFATURAS CLASSIFICADAS PRINCIPALMENTE SEGUNDO a MATÉRIA PRIMA</u>	<u>9,2</u>	<u>11,2</u>	<u>9,6</u>	<u>8,4</u>	<u>5,6</u>	...	<u>11,2</u>	<u>9,8</u>
<u>CLASSE VIII - MANUFATURADOS DIVERSOS</u>	<u>12,5</u>	<u>10,8</u>	<u>11,8</u>	<u>10,9</u>	<u>10,4</u>	...	<u>15,5</u>	<u>16,1</u>
<u>CLASSE IX - OURO, MOEDA e TRANSAÇÕES ESPECIAIS</u>	<u>2,2</u>	<u>2,4</u>	<u>3,2</u>	<u>2,9</u>	<u>1,4</u>	...	<u>1,8</u>	<u>2,9</u>

B I B L I O G R A F I A

- ACCURSO, Cláudio; CANDAL, Arthur e VERAS, Arnaldo - Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do RS - nº 16 - 1965
- BRDE - A Indústria de Frigoríficos de Suínos no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - BRDE - Estudos Econômicos nº 2 -
- BURGER, Ary - A Conjuntura da Economia Orizícola no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - IRGA - 1952.
- CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo - São Paulo - Difel - 1977
- CANO, Wilson.- Questão Regional e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970 - Campinas - versão preliminar - 1978
- CARDOSO, Fernando Henrique - Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - Rio de Janeiro - Ed. Paz e Terra - 2a. edição - 1977
- CARRION, Otilia Beatriz Kroeff - Modificações nos Padrões de Utilização da Mão-de-Obra Rural - RS - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em Economia - IEPE - 1977
- CASTRO, Antonio de Barros - Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira - Rio de Janeiro - Ed.Forense Universitária - 1969 - 2 volumes
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS (IEPE) - Aspectos Estruturais das Cooperativas de Comercialização de Soja e Trigo no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Estudos e Trabalhos Mimeografados nº 28 - 1974
- CEPA - Anotações sobre o Comportamento do Setor Agrícola (1965/1967 - 1973/1975) - Porto Alegre - Secretaria da Agricultura do RS - 1978
- DELHAES, Guenther von - Industrialisierung in Sudbrasilien-Germany - Verlag - 1973

- DOMINGUES, Hercílio - Notas sobre a Evolução Econômica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Ed. Globo - 1929.
- ESTUDOS BANMÉRCIO - Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha - Porto Alegre - Banco Nacional do Comércio - 1969 - 2 volumes.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Uma Visão Global da Economia do Estado - Porto Alegre - FEE - 1975
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Aspectos Demográficos e Suas Relações com o Desenvolvimento Econômico do Estado - Porto Alegre - FEE - 1977
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - A Agricultura do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - mimeografado - 1978
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - 25 Anos de Economia Gaúcha - Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - FEE - 1976.
- HILTON, Stanley - O Brasil e as Grandes Potências - Rio de Janeiro - Ed. Civilização Brasileira - 1977
- IKEDA, Akihiro - Plano de Industrialização Regional - São Paulo - CIBPU - 1964
- INCRA - Levantamento e Avaliação dos Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul - Brasília - INCRA - 1973 - 6 volumes.
- INCRA/UNICAMP - Comercialização e Formação de Preços - Campinas - UNICAMP - 1977 - 2 volumes
- KNIGHT, Peter - "Substituição de Importações na Agricultura Brasileira: A Produção de Trigo no Rio Grande do Sul" - Revista Brasileira de Economia - vol. 26, nº 2 - abr/jun. 1972.

- LEMOS, Maurício Borges de - Um Estudo Comparativo sobre as Formas de Organização da Produção de Arroz no Brasil (1950-1970) - Campinas - Dissertação de Mestrado em Economia - UNICAMP - 1977
- LOVE, Joseph - O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930 - São Paulo - Ed.Perspectiva - 1975
- MALAN, Pedro; BONELLI, Régis; ABREU, Marcelo e PEREIRA, José Eduardo - Política Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952 - Rio de Janeiro - IPEA - Relatório de Pesquisa nº 36 - 1977
- MELLO, João Manoel Cardoso de - O Capitalismo Tardio - Campinas - Tese de Doutorado - UNICAMP - 1975
- NOGUEIRA, A.R. e HUTTER, L.M. - A Colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Ed.GARATUJA/DAC - SEC - 1975
- PAIVA, Rui Miller; SCHATTAN, Salomão e FREITAS, Claus - Sector Agrícola do Brasil - Rio de Janeiro - Ed.Forense Universitária - 1969
- PASTORE, Afonso Coelho e ARAUJO, Paulo - Pecuária de Corte, Trigo, Soja, Milho e Sorgo: Produção, Comércio e Políticas - São Paulo - Estudos ANPES, nº 24 - 1974
- PEBAYLE, Raymond - Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul - Lille, France - These pour le Doctorat d'Etat Université de Paris I - Service de Reproduction des Theses - Université de Lille III - 1974
- PEREZ, Luiz Henrique - Caracterização de Áreas Agrícolas Brasileiras segundo suas Formas de Produção - Piracicaba - Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - ESALQ/USP - 1975
- PESAVENTO, Sandra - Charqueadas, Frigoríficos e Criadores - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em História - PUC/RS - 1978

- PIMENTEL, Fortunato - Charqueadas e Frigoríficos - s.l. - Tipografia do Centro - s.d.
- ROCHE, Jean - A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Ed.Globo - 1969 - 2 volumes
- SANTOS, José Vicente Tavares dos - Colonos do Vinho - São Paulo - Dissertação de Mestrado em Sociologia - USP - 1977
- SCHILLING, Paulo - Crise Econômica no Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Difusão de Cultura Técnica - 1961
- SEYPHERT, Giralda - A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim - Porto Alegre - Ed.Movimento - 1974
- SILVA, José Francisco Graziano da (Coord.) - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira - Botucatu - Faculdade de Ciências Agrônômicas - 1977 - 6 volumes
- SILVA, Sérgio - "Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo" - Capital e Trabalho no Campo - São Paulo - HUCITEC - 1977
- SILVA, Sérgio - "Agricultura e Capitalismo no Brasil" - Contexto - São Paulo - HUCITEC - nº 1 - nov./1976
- SINGER, Paul - Desenvolvimento Econômico e Expansão Urbana - São Paulo - Companhia Editora Nacional - 1974
- SINGER, Paul - "Agricultura na Bacia Paranã-Uruguaí" - Revista Brasileira de Ciências Sociais - Belo Horizonte - Fac. Ciências Econômicas - UFMG - Vol.II - nº 2 - jul/1963
- SOUZA, Paulo Renato Costa - Un Modelo Primário Exportador Regional: El Caso de Rio Grande do Sul, Brasil - Santiago de Chile - Dissertação de Mestrado em Economia - Facultad de Economía Política - Universidad de Chile - 1973

TAVARES, Maria da Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil - Rio de Janeiro - Tese de Livre-Docência - UFRJ - 1975

WIRTH, John - A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas - Rio de Janeiro - Ed. Fundação Getúlio Vargas - 1972

ZIMMERMANN, Ario - As Relações da Produção com o Crédito Oficial na Agricultura Gaúcha - Porto Alegre - Dissertação de Mestrado em Economia - IEPE - 1977